



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**A DIVERSIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR E O PROCESSO DE
RECAMPESINIZAÇÃO NO ENVOLVIMENTO RURAL DE PIEDADE-SP**

CLAUDIO EDUARDO SILVA NADALETO

**Araras
Junho 2012**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**A DIVERSIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR E O PROCESSO DE
RECAMPESINIZAÇÃO NO ENVOLVIMENTO RURAL DE PIEDADE-SP**

CLAUDIO EDUARDO SILVA NADALETO

ORIENTADOR: Prof. Dr. PAULO ROBERTO BESKOW
CO-ORIENTADOR: Prof. Dr. LUIZ ANTONIO C. NORDER

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Agroecologia e
Desenvolvimento Rural como requisito
parcial à obtenção do título de
MESTRE EM AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO RURAL

Araras
Junho 2012

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

N127da

Nadaletto, Claudio Eduardo Silva.

A diversidade da agricultura familiar e o processo de recampesinização no envolvimento rural de Piedade-SP / Claudio Eduardo Silva Nadaletto. -- São Carlos : UFSCar, 2012.

160 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2012.

1. Agricultura familiar. 2. Diversidade rural. 3. Envolvimento rural. 4. Recampesinização. 5. Piedade (SP). I. Título.

CDD: 630 (20^a)

MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
DE
CLAUDIO EDUARDO SILVA NADALETO
APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL, DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SÃO CARLOS, *EM 28 DE JUNHO DE 2012.*

BANCA EXAMINADORA:



PROF. DR. PAULO ROBERTO BESKOW

ORIENTADOR

PPGADR/UFSCar



PROF. DR. MARCELO NIVERT SCHILINDWEIN

PPGADR/UFSCar



PROFA. DRA. YARA MARIA CHAGAS DE CARVALHO

IEA – INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, o Pai Maior, e à Mãe Terra pela vida.

Agradeço de coração:

Ao meu pai e à minha mãe, pelo apoio material e força espiritual, e aos meus queridos irmãos Gustavo e Natália.

Ao Fernando Schneider, por me levar à Piedade e a toda a “nossa” família, em especial ao Kurtão e à D. Anézia, pela acolhida com tanto amor em seu meio.

Ao professor Paulo R. Beskow, por tudo o que fez pelo PPGADR, pela agricultura familiar brasileira e por mim, como seu orientado.

Aos amigos e às amigas desta caminhada: Gilmar Pinto, Oliver Blanco, Natália Bellentani, Vinícius Antunes, Douglas Maciel, Thomas Castilho, Ana Terra Reis, Juliana Galo, Haroldo Beraldo, Eduardo Araújo, João E. Ávila, Cinara Sanches, Lisa Tassi, Pedro Kawamura, Thiago Roncon, Túlio Binotti, Renata Costa, Suzana Alvarez, Juliana Vrba, Marinês Kerber, Danúbia Costa, Alejandro Henao, Eduardo Ráo, Carol Duarte e Kenny Roncon. Especialmente à Maria do Rosário.

Aos agricultores familiares de Piedade: ao Joaquim F. Leite, pela maestria de seus ensinamentos, sobretudo na arte política; ao José Claudio V. Menino, pela sabedoria inata; ao Seu Osvaldo e à Dona Glória Gois, pelo carinho que me confiaram; e ao senhor Bruno e à Dona Rosa Komauer, pelos ensinamentos e troca edificante. Especialmente ao Claudio B. da Silva pela parceria firme e sincera e pelo abrigo em seu lar durante grande parte desta pesquisa.

Ao professor Luiz Norder, pela ajuda prestimosa e enorme contribuição nos rumos deste trabalho.

À Claudia Junqueira, pessoa magnífica e exemplo de dedicação profissional na Universidade.

Ao atual Prefeito Municipal Geremias Ribeiro Pinto, por me dar a oportunidade de muito aprender em Piedade.

E a todos os demais que de alguma forma contribuíram neste intento.

A vida rural caipira, assim ordenada, equilibra satisfatoriamente quadras de trabalho continuado e de lazer, permitindo atender às carências frugais e até manter os enfermos, débeis, insanos e dependentes improdutivos. Condiciona, também, o caipira a um horizonte culturalmente limitado de aspirações, que o faz parecer desambicioso e imprevidente, ocioso e vadio. Na verdade, exprime sua integração numa economia mais autárquica do que mercantil que, além de garantir sua independência, atende à sua mentalidade, que valoriza mais as alternâncias de trabalho intenso e de lazer, na forma tradicional, do que um padrão de vida mais alto através do engajamento em sistemas de trabalho rigidamente disciplinado.

(...) As instituições básicas da cultura caipira desintegraram-se ao impacto da onda renovadora representada pelas novas formas de produção agrícola e pastoril de caráter mercantil. Foram destruídas, porém, sem que se ensejassem aos agregados rurais formas compensatórias de acomodação que lhes garantissem um lugar e um papel na nova estrutura. Esse papel teria sido sua integração na categoria de pequenos proprietários que, talvez, lhes permitisse incorporar as inovações tecnológicas, alargando as suas aspirações à medida que se integrassem na economia nacional. O monopólio da terra, fundado no domínio do centro do poder político pela oligarquia agrícola, obliterou esse caminho.

Uma comunidade caipira que conserva as formas tradicionais de sociabilidade é, hoje, uma sobrevivência rara, confinada às áreas mais remotas e menos integradas no sistema produtivo.

Darcy Ribeiro

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| ÍNDICE DE TABELAS..... | 9 |
| ÍNDICE DE FOTOS..... | 10 |
| RESUMO | 12 |
| ABSTRACT | 13 |
| APRESENTAÇÃO..... | 14 |
| Objetivo Geral | 18 |
| Objetivos Específicos..... | 19 |
| Hipótese | 19 |
| CAPÍTULO I - O MUNICÍPIO PAULISTA DE PIEDADE | 20 |
| 1.1 Resgate histórico | 22 |
| 1.1.1 A formação de Piedade..... | 22 |
| 1.1.2 Agriculturas em Piedade | 23 |
| 1.2 Caracterização atual da ruralidade piedadense..... | 31 |
| 1.2.1 Agricultura familiar | 33 |
| 1.2.2 Pluriatividade..... | 37 |
| 1.2.3 Multifuncionalidade: turismo rural..... | 38 |
| CAPÍTULO II - A SUPERAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO PELO DINAMISMO DO ENVOLVIMENTO RURAL | 44 |
| 2.1 As redefinições do rural..... | 46 |
| 2.2 Desenvolvimento versus Crescimento versus Envolvimento | 52 |
| 2.3 Desenvolvimento Rural: novas abordagens sob velhas roupagens..... | 60 |
| Conclusões | 69 |
| Referências Bibliográficas..... | 72 |
| CAPÍTULO III – AGRICULTURA FAMILIAR: ENTRE MODERNIZAÇÃO E MISÉRIA, HÁ UM CAMINHO AGROECOLÓGICO PARA O CAMPESINATO | 75 |
| 3.1 A Agricultura no Brasil Pós-Descobrimento | 78 |
| 3.1.1 Brasil Colonial | 78 |
| 3.1.2 Império e Primeira República..... | 85 |
| 3.1.3 Estado Getulista e Período Democrático até 1964 | 88 |
| 3.1.4 Pós-1964: a modernização agrícola conservadora | 90 |
| 3.2 Agricultura Familiar Camponesa..... | 94 |
| 3.2.1 A diversidade da agricultura familiar | 99 |

| | |
|--|------------|
| 3.2.2 Rumo à insustentabilidade: a modernização de parte da agricultura familiar | 103 |
| 3.3 Agroecologia: Caminho Seguro para a Agricultura Familiar Camponesa | 108 |
| Conclusões | 113 |
| Referências Bibliográficas..... | 115 |
| CAPÍTULO IV – A DIVERSIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR EM PIEDADE | 118 |
| 4.1 Etnografias: a diversidade da agricultura familiar piedadense | 120 |
| 4.1.1 Organização produtiva | 121 |
| 4.1.1.1 Sistema de produção | 121 |
| 4.1.1.2 Força de trabalho, pluriatividade e multifuncionalidade..... | 126 |
| 4.1.2 Comercialização da produção | 130 |
| 4.1.3 Entraves da agricultura e do meio rural piedadense | 133 |
| 4.1.4 Passado, presente e futuro: melhorias e questões a avançar..... | 139 |
| 4.1.5 Análise transversal das estratégias mais positivas | 147 |
| Conclusões | 151 |
| Referências Bibliográficas..... | 154 |
| DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS | 155 |
| ANEXO 1 | 158 |

ÍNDICE DE TABELAS

| | Pag. |
|---|------|
| Tabela 1. População urbana e rural de Piedade-SP, em termos absolutos e relativos, de 1970 a 2010. | 32 |
| Tabela 2. População ocupada e porcentagem de ocupados de 18 a 49 anos por setor em Piedade-SP. | 33 |
| Tabela 3. Área total e uso do solo nas UPAs, Piedade-SP, 2007/08. | 34 |
| Tabela 4. Área e espécies cultivadas, Piedade-SP, 2007/08. | 35 |
| Tabela 5. Explorações animais, Piedade-SP, 2007/08. | 36 |
| Tabela 6. Outras estatísticas agrícolas, Piedade-SP, 2007/08. | 39 |

ÍNDICE DE FOTOS

| | Pag. |
|--|------|
| Foto 1. Hortaliças locais expostas na EXPAP, Piedade-SP. | 30 |
| Foto 2. Exposição de produtos agrícolas municipais na Festa do Kaki Fuyu. Kai Kan, Piedade-SP. | 30 |
| Foto 3. Paisagem à beira da Represa do Jurupará, Piedade-SP. | 40 |
| Foto 4. Fauna da Mata Atlântica: tucano do bico verde (<i>Ramphastos dicolorus</i>). | 40 |
| Foto 5. Cascata em propriedade agrícola familiar. Bairro dos Soares, Piedade-SP. | 42 |
| Foto 6. Placa no portão de ingresso da AGRIFAM em Agudos-SP. | 106 |
| Foto 7. Aplicação de agrotóxicos nas hortaliças. Bairro dos Garcias, Piedade-SP. | 122 |
| Foto 8. Irrigação por aspersão em plantio de hortaliças. Bairro dos Leites, Piedade-SP. | 124 |
| Foto 9. Colheita de abóbora menina no Bairro do Douradinho, Piedade-SP. | 125 |
| Foto 10. Família agricultora em que os três filhos ajudam na roça fora do período escolar. Vila Élvio, Piedade-SP. | 129 |
| Foto 11. Caquizeiros na época do Colha & Pague do Kaki Fuyu. Bairro Sarapuí de Cima, Piedade-SP. | 142 |
| Foto 12. Agricultores familiares “fazendo carga” para o PAA de Diadema-SP. Sede da APPRUPI, Piedade-SP. | 144 |
| Foto 13. Agricultor, Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. Bairro dos Oliveiras, Piedade-SP. | 146 |
| Foto 14. Família agricultora que realiza o Café Caipira. Bairro dos Cavalheiros, Piedade-SP. | 147 |
| Foto 15. Casal de agricultores familiares, criadores do Colha & Pague do Kaki Fuyu. Bairro Sarapuí de Cima, Piedade-SP. | 150 |

ÍNDICE DE MAPAS

| | Pag. |
|--|------|
| Mapa 1. Região Administrativa de Sorocaba, SP. | 25 |
| Mapa 2. Municípios Abrangidos pelo Parque Estadual do Jurupará. | 41 |

A DIVERSIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR E O PROCESSO DE RECAMPESINIZAÇÃO NO ENVOLVIMENTO RURAL DE PIEDADE-SP

Autor: CLAUDIO EDUARDO SILVA NADALETO

Orientador: Prof. Dr. PAULO ROBERTO BESKOW

Co-orientador: Prof. Dr. LUIZ ANTONIO C. NORDER

RESUMO

Esta pesquisa procurou elucidar a diversidade da agricultura familiar de Piedade, SP e o processo de recampesinização em curso dentro desta categoria de ampla relevância no município. O estudo de caso foi feito a partir de um enfoque teórico sobre desenvolvimento e envolvimento rural e também acerca da agricultura familiar. Dessa forma, constatou-se que a agricultura e o meio rural de Piedade já vivenciaram inúmeras situações que podem enquadrá-los nas teorias de desenvolvimento agrícola, de desenvolvimento rural e por fim na de envolvimento rural, proposta por esta pesquisa. Isto porque foi observado que algumas famílias agricultoras estão se tornando mais camponesas com as diversas estratégias que têm empreendido e especialmente por isso suas práticas são atravessadas transversalmente pelo envolvimento e pelo dinamismo que promovem. Além disso, verificou-se que este processo de recampesinização congrega as estratégias mais exitosas e promissoras em promover estabilidade, motivação e autonomia às famílias agricultoras locais.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar; Diversidade; Envolvimento Rural; Recampesinização; Piedade-SP.

**THE FAMILY FARMING DIVERSITY AND THE REPEASANTIZATION
PROCESS ON THE RURAL INVOLVEMENT OF PIEDADE-SP**

Author: CLAUDIO EDUARDO SILVA NADALETO

Adviser: Prof. Dr. PAULO ROBERTO BESKOW

Co-adviser: Prof. Dr. LUIZ ANTONIO C. NORDER

ABSTRACT

This research has been intended to elucidate the family farming diversity of Piedade, in the State of São Paulo and its ongoing repeasantization process within this wide relevant category in the municipality. The case study was made from a theoretical approach on the rural development and involvement as well as over the family farming. Thus, it was noticed that the farming process and the rural environment of Piedade had already experienced countless situations where they could be fit in the agricultural development, rural development and lastly according to the proposal of this research, rural involvement. This is because it has been observed that some farmer families have become more of peasant families with the various strategies they have undertaken and especially because of this, all their practices have been traversed across by the involvement and dynamism of their performers. Moreover, it has been verified that the repeasantization process gathers the most successful and promising strategies in promoting stability, motivation and autonomy to the local farmer families.

Key Words: Family Farming; Diversity; Rural Involvement; Repeasantization; Piedade-SP.

APRESENTAÇÃO

O município paulista de Piedade possui um meio rural e também uma agricultura bastante relevantes dentro do contexto socioeconômico, cultural, político e ambiental local. Em 2010 sua população era majoritariamente rural com cerca de 55% dos habitantes residindo no campo segundo o IBGE (2010). Trata-se de um município bastante extenso territorialmente e dotado de um processo histórico especialmente ligado à atividade agrícola e ao meio rural como um todo. A produção agropecuária é a força motriz da economia local e fatores como a relativa abundância de água e de terras agricultáveis, clima favorável e também a proximidade do grande aglomerado metropolitano de São Paulo a colocam em posição privilegiada no cenário da produção alimentícia.

No geral, o município conta com uma ampla diversidade de atividades no meio rural como o lazer, através das residências de fim de semana de cidadãos urbanos ou até mesmo como residência principal para esse mesmo público em busca de qualidade de vida, o turismo de diversas formas – ecoturismo, cicloturismo, colha e pague, etc – entre outras atividades recreativas como pesqueiros, restaurantes, bares e festas religiosas. Contudo, apesar do

reconhecimento de que a ruralidade piedadense não é estritamente agrícola, a agricultura é certamente a atividade mais importante no cenário municipal, ocupando a maioria dos habitantes e da área produtiva, e responsável por grande parte da renda do município.

Dentro das práticas agrícolas, há vários modos de fazer agricultura sendo empreendidos por diversos tipos de agricultores. A agricultura municipal se caracteriza pela sua pluralidade, tanto em número de produtos agropecuários produzidos como em relação à forma como é desempenhada e organizada a produção. A agricultura familiar é majoritária dentre os tipos de explorações rurais do município e dentro dela, há nuances que indicam a ocorrência de um processo de recampesinização, especialmente pela intensificação e organização da produção através do trabalho familiar e pela prática em diversos níveis de agriculturas de baixo custo, inclusive com o uso integral de ferramentas e técnicas agroecológicas.

Ademais, nota-se que os agricultores familiares desenvolvem diversas estratégias para superar os desafios colocados pelo mercado e garantir não só a reprodução de suas famílias, mas também independência e autonomia. Seja pela comercialização direta com os compradores, resultante da organização coletiva do trabalho; pelo afastamento do mercado convencional de insumos ao praticar uma agricultura de baixo custo; pela diferenciação de seus produtos, especialmente os orgânicos; ou pelo engajamento em atividades não agrícolas, algumas famílias agricultoras estão se tornando mais camponesas ao deixar de lado a cartilha da agricultura empresarial e sua alta subordinação ao mercado. Ou seja, esses agricultores estão caminhando num processo de recampesinização e se tornando camponeses.

As dificuldades vividas por aqueles que desenvolvem atividades agrícolas no meio rural, especialmente a diminuição do nível de renda, parece ser a maior causa desse processo de recampesinização e uma das principais saídas encontrada é a intensificação do trabalho familiar em formas coletivas, a diminuição dos custos e a comercialização direta da produção. Esse tipo de venda direta se dá de várias formas, por acordo ou contrato de fornecimento constante aos compradores varejistas, por meio da obtenção de espaço nas

centrais atacadistas e em menor medida através dos mercados institucionais, criados recentemente.

Dessa forma, a figura dos intermediários, que sempre esteve associada às melhores oportunidades de maior obtenção de renda com menos trabalho, está sendo aos poucos excluída do caminho daqueles que se recampesinam. Não deixa de ser, portanto, uma forma de conquistar estabilidade e autonomia frente aos circuitos convencionais do mercado. Há ainda outras várias estratégias sendo praticadas, como as diferenciações na produção em si, pela incorporação da agroecologia e do sistema orgânico de produção; o engajamento de familiares em atividades não agrícolas rurais ou urbanas; e estratégias relacionadas à multifuncionalidade, em especial com o turismo rural que já demonstra êxito em algumas poucas propriedades.

Postula-se aqui que o maior entrave, cerne das dificuldades para a agricultura familiar piedadense é o mercado, especialmente a venda da produção. No outro lado da propriedade, antes da lavoura, há também uma questão delicada que é o custo de produção. A soma do alto custo para produzir com os obstáculos existentes na venda resultam no aperto financeiro que confina a maioria dos agricultores. O processo em que se tornam mais camponeses é uma decorrência principalmente desta busca por melhores condições de negociação da produção e obtenção de renda, já que a venda dos produtos é o elo frágil.

A partir de estratégias baseadas na intensificação do trabalho familiar de maneira coletiva com o objetivo de fazer as vendas de forma constante e com melhor valor, através de um estreitamento dos laços de confiança e fidelidade com os compradores, os agricultores estrategistas se tornam mais camponeses. E isso é feito, num primeiro momento sem que haja necessariamente o uso de técnicas agroecológicas na produção. Porém, pelo fato de estarem apertados financeiramente, sua agricultura é realizada com baixo custo de produção e a transição para um modelo ecológico, apesar de na prática não estarem muito longe dele, dependerá de fatores como o acesso à informação, assessoria técnica, aptidão dos agricultores e outros incentivos.

Além disso, muitos membros de famílias agricultoras ocupam-se cada vez mais em atividades não agrícolas, seja no meio rural ou urbano, e essa estratégia é compreendida positivamente pelo reforço na renda e na continuação da prática agrícola familiar. Essas ocupações são necessárias para incrementar a renda familiar e devem-se, em parte, à melhoria na mobilidade e na comunicação com os centros urbanos, mas também à ampliação do mercado de trabalho no meio rural com as diversas atividades que surgem nesses domínios.

Em suma, há diversas formas pelas quais os agricultores familiares de Piedade estão se tornando mais camponeses, contribuindo para a dinamização e valorização da ruralidade, para a segurança alimentar, a manutenção de tradições culturais, do território e do ambiente agrícola e, sobretudo, para a reprodução estável de suas vidas no campo.

Dessa forma, esta pesquisa está dividida em quatro capítulos. O primeiro serve como apresentação do município de Piedade, com informações relevantes acerca da geografia, hidrografia e ecologia local. Também é apresentado um panorama histórico da formação do município no intuito de contextualizar sua vocação agrícola e além disso, são elencados dados secundários sobre a produção agropecuária e estabelecimentos rurais, demografia municipal e ocupação da população piedadense.

O segundo capítulo procura discutir as teorias de desenvolvimento agrícola e de desenvolvimento rural, buscando entender os avanços gerados pelos novos enfoques a partir de abordagens sobre o território, os atores locais e os modelos endógenos. Contudo, postula-se que o termo *desenvolvimento* ainda não é o nomeador mais condizente com as melhorias do meio rural já que provém de teorias de perspectiva urbano industrial e caráter reducionista, que relegam o campo a simples produtor de matérias primas para o mundo urbano. Assim, formula-se com base num entendimento etimológico e empírico, que o melhor termo a designar os avanços na ruralidade é o *envolvimento rural*.

O terceiro capítulo traz uma análise ampla da história da agricultura familiar camponesa no Brasil. Sem pretender um avanço teórico neste sentido,

busca mostrar que esta agricultura sempre esteve marginalizada nos rincões não obstante sua importância como abastecedora da maioria da população brasileira. Dessa forma, nas décadas finais do século XX sua relevância começou a aparecer nos estudos de uma parte da academia e ela entra no século XXI com grande força e apelo social, ganhando inédita notoriedade e visibilidade principalmente nos dois mandatos do Presidente Lula (2003-2010).

Porém, mesmo com a alta diversidade de formas práticas em que a categoria agricultura familiar se materializa, revelando contrastes entre agricultores em condições de miséria e em condições de alto aporte tecnológico, nota-se que a modernização tem se propagado copiosamente na agricultura familiar e a está inserindo num caminho insustentável de produção e reprodução. Dessa forma, mostra-se nesse capítulo que a agroecologia contém a resposta mais promissora para os desafios contemporâneos ao ser difundida nos sistemas agrícolas familiares, tornando-os mais camponeses e conseqüentemente, mais autônomos e estáveis em múltiplas dimensões.

Por fim, o quarto e último capítulo busca mostrar que dentre as estratégias criadas e praticadas pela agricultura familiar para o enfrentamento das dificuldades, aquelas em que os agricultores se tornam mais camponeses materializam-se em melhores condições de estabilidade, motivação e autonomia da família e sendo assim, podem ser consideradas mais exitosas e atraentes. Esta constatação foi feita a partir do estudo de caso sobre a ruralidade de Piedade, onde o processo de recampesinização figura como a maneira mais promissora de envolvimento rural.

Objetivo Geral

A partir dos conceitos de agricultura familiar camponesa e de desenvolvimento rural procura-se elucidar a diversidade da agricultura familiar e o processo de recampesinização em curso, bem como suas motivações e condicionantes, nas distintas estratégias com que é praticado pelos agricultores familiares de Piedade, SP.

Objetivos Específicos

- 1) Analisar as experiências e as estratégias que os agricultores familiares piedadenses criam e praticam.
- 2) Desvendar as motivações que levam os agricultores à recampesinização, ou seja, as dificuldades vividas por eles.
- 3) Apresentar uma amostra da diversidade da agricultura familiar piedadense, bem como os motivos que a tornaram tão diversificada e que também ocasionaram a redistribuição fundiária no município.
- 4) Verificar em que medida a agroecologia pode colaborar com o processo de envolvimento rural neste município.

Hipótese

As estratégias das famílias agricultoras são construídas e orientadas a partir dos entraves vividos por esses atores na agricultura, sendo a comercialização da produção o que mais colabora para o aperto e tendo como pano de fundo a busca por autonomia e estabilidade. Assim, a hipótese que motiva esta pesquisa é que dentre as estratégias dos agricultores familiares piedadenses para superar o aperto, aquelas que os tornam mais camponeses são as mais exitosas, atraentes e promissoras.

CAPÍTULO I - O MUNICÍPIO PAULISTA DE PIEDADE

O Município de Piedade incluído no Grande Cinturão Verde, zona do Estado que abastece a cidade de São Paulo, é o maior produtor de cebola do País. Em 1979 respondeu por 19,7% (136.395 t) da produção nacional.(...)

O Município possui importância também na remessa de outros produtos para o mercado. No período de 71/72 apareceu no conjunto do Estado como o 1º produtor de batata-doce e cenoura e o 2º produtor de mandioquinha e morango.

Maria Lucia de Amorim Soares, 1981

A marginalização acompanha Piedade desde suas origens. Este território se constituiu e foi povoado por ocasião da abertura de uma rota alternativa ao fisco que se instalara em Sorocaba e visava tributar as tropas vindas do Sul. Ao longo de sua formação histórica Piedade passou por diversos ciclos econômicos sempre tendo a agricultura com o papel de destaque. Suas atividades agropecuárias se direcionaram muito mais ao abastecimento do mercado interno – regional, estadual e nacional – do que para exportação, apesar de ambas terem tido importância na economia do município.

Contudo, é especialmente em função do mercado doméstico que vai se constituir a maioria das atividades agropecuárias e, como dependentes da economia principal exportadora e de outros centros consumidores, sua característica mais apurada na atualidade será a diversidade de formas e produtos que dela resultam. Mas esta diversidade não foi sempre a regra no município, tanto que nas décadas de 1960, 70 e 80, ele foi considerado como “capital da cebola” no país, título informal que ainda é muito comentado pela maioria dos antigos moradores.

Embora o título de capital da cebola não seja realidade há mais de 20 anos, ele é tido como um grande feito na história municipal e todos aqueles que contam algo referente à agricultura ou ao passado do município, fazem questão de frisar este aspecto. Ao que parece isto acontece porque, após muitas décadas como coadjuvante no cenário econômico e político, o auge vivido com a cebola e que projetou o nome da cidade foi sua chance de sair do anonimato e ser protagonista no mercado interno de alimentos. Ou seja, foi uma oportunidade de reconhecimento para o trabalho da categoria social responsável por este feito, os agricultores piedadenses.

Após o agravamento da crise da cebola nos anos 90, a agricultura piedadense viveu seu divisor de águas no sentido da diversificação. Esta se deu tanto em termos da organização social e produtiva das propriedades, como na redistribuição do acesso à terra e principalmente no número e tipos de produtos produzidos.

Este capítulo introdutório tem o objetivo de caracterizar Piedade, sobretudo seu meio rural, enfocando o protagonismo histórico das atividades agropecuárias no cenário municipal. Dividido em dois subitens, o primeiro traça um resgate histórico e contextual, relatando aspectos da formação econômica do município e destacando o papel relevante da agricultura na socioeconomia local. No segundo subitem, é apresentado um panorama geral da ruralidade piedadense contemporânea e de como interagem pluriatividade, multifuncionalidade e agricultura familiar no território local.

Para isto, utiliza-se de uma revisão bibliográfica e de uma entrevista com o historiador piedadense Rodrigo Araújo, além de informações e dados

secundários dos Censos Agropecuário e Demográfico (IBGE), do Projeto LUPA da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, e de outras fontes.

1.1 Resgate histórico

1.1.1 A formação de Piedade

Em meados do século dezoito, grandes tropas provenientes do Rio Grande do Sul com destino às Minas Gerais, em especial, mas também ao Rio de Janeiro, atravessavam a capitania de São Paulo. Tinham por objetivo trazer do sul através do Caminho de Viamão especialmente muares e também bovinos e charque requisitados pela população da região aurífera das Gerais. Sorocaba foi uma importante paragem neste caminho por causa de suas grandes feiras, onde os mercadores negociavam os animais e demais produtos.

Dessa forma os paulistas se aproveitaram da situação para haurir impostos dos tropeiros que cruzavam seu território e assim, no ano de 1750 começou a funcionar o Registro de Animais de Sorocaba. Essa tributação fez com que os tropeiros procurassem outros caminhos e rotas para não topar o fisco (LEITE NETTO, 1987; MARTINS, 2009), abrindo novas picadas e trilhas nas matas e nos sertões. Assim, colaboraram com a construção de novas paragens de descanso das tropas e num desses caminhos, formou-se a incipiente paragem do rio Pirapora ao sul de Sorocaba, onde mais tarde se constituiria Piedade.

Porém, antes dos tropeiros passarem por onde hoje está Piedade, incipientes desbravadores que até então habitavam o litoral, na região atual de Iguape e Cananeia, subiram o rio Ribeira de Iguape e através de seus afluentes, os rios Juquiá, Juquiá-guaçú e Peixe, chegaram aos flancos da Serra do Mar. Dessa forma, os primeiros habitantes do que se pode considerar atualmente como município de Piedade, subiram até as bordas da Serra de Paranapiacaba e povoaram especialmente as partes sul e sudeste do município.

Conta também a história oral narrada por Rodrigo Araújo, que por volta de 1640, um capelão que acompanhava os bandeirantes pelas cercanias de

Sorocaba se arriscou nos rios onde ficam atualmente os bairros dos Leites, Funil, Caetezal e até na região da Bateia. Sua intenção apesar do insucesso era garimpar ouro, tanto que ficou marcado nesse último bairro o nome do instrumento utilizado para lavagem das areias auríferas. No bairro dos Leites, o rio das Lavras também conserva no nome a herança das tentativas de mineração.

Segundo Leite Netto (1987, p. 13), “até 1750, somente índios, garimpeiros e com algumas ressalvas, os jesuítas, andaram por essas terras”. Ainda de acordo com o autor, os grupos de índios tupi que estiveram na região de Sorocaba se aventuraram pouco além da Serra de São Francisco, nas margens do rio Pirapora, visto que “talvez o terreno acidentado e o clima frio os afugentasse” (Op.cit., p. 13). Considera-se, portanto, que a instalação do registro de animais em Sorocaba é o principal fator para a origem de Piedade.

Após este ocorrido, o bairro do Pirapora e depois Pirapora Acima, ainda pertencente à Sorocaba, passou a ser mais povoado por tropeiros sedentários e outros migrantes que se tornaram moradores da nova paragem recém formada às margens desse rio. Segundo o historiador Rodrigo Araújo, o ponto de pouso formado entre os dois pequenos riachos hoje encobertos pelo centro da cidade e o rio Pirapora, no formato de “U”, era excelente para conter os animais encerrados enquanto os tropeiros pernoitavam. Ainda de acordo com o entrevistado, paravam cerca de 1000 tropeiros ao mês nos limites deste “U”.

Além desta vantagem natural para a boa segurança das tropas, a nova paragem configurava-se como um ponto estratégico por conta de sua localização que, “no cruzamento dos caminhos Sorocaba-litoral e Itapetininga-São Paulo conferiu-lhe expressiva importância” (MARTINS, 2009, p. 69). Em 1840 o bairro sorocabano foi elevado à condição de vila, ficando oficializada esta data como a fundação do município e passando a se chamar Vila de Nossa Senhora da Piedade.

1.1.2 Agriculturas em Piedade

Após o arrefecimento do tropeirismo enquanto atividade estimuladora da economia local, a incipiente agricultura passou a se direcionar aos mercados

das cidades próximas como Sorocaba, Itu e São Paulo, exportando seus produtos por meio de tropas formadas pelos próprios piedadenses. Além da agricultura, a exploração de madeira nativa pelas serrarias configuraria outra atividade de vulto no município na primeira metade do século XX. Merecem destaque a fabricação de móveis e a atividade carvoeira decorrente do desflorestamento, que por algumas décadas possibilitou a formação de uma elite madeireira.

Entretanto, a agricultura sempre foi a principal ocupação e fonte de renda no município. A prática agrícola nasceu juntamente com a ocupação inicial de seus primeiros moradores e surgiu pela própria necessidade de abastecimento daqueles que se tornavam sedentários. Segundo Leite Netto (2011, p. 30), os primeiros habitantes eram provenientes em sua maioria das vilas vizinhas como São Roque, Cotia, Santana do Parnaíba e Una, atual Ibiúna. Esses pioneiros “são lavradores que cultivavam o milho, feijão e fumo para o próprio consumo e para as tropas que passavam pela pousada” (LEITE NETTO, 2011, p. 05).

O município de Piedade está localizado no Planalto Atlântico onde predomina o Bioma da Mata Atlântica, na região administrativa de Sorocaba (mapa 1). Seu relevo é de ondulado a bastante ondulado e a altitude da sede municipal é de 800m, enquanto a média está em torno de 900m. O clima é classificado como tropical de altitude – Cwa, na Classificação Climática de Koeppen, com chuvas no verão e seca no inverno, temperatura média anual de 19,6 °C e pluviosidade anual em torno de 1354,7 mm, de acordo com o Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura – CEPAGRI (2012).

Os primeiros plantios de vulto no município ficaram por conta das culturas de café e algodão, seguindo os rumos da exportação brasileira no século XIX. Porém o café não tolerou muitas safras por conta das fortes geadas e o algodão foi o cultivo mais atraente em meados daquele século.

Mapa 1: Região Administrativa de Sorocaba.



Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico, 2007.

Segundo Leite Netto, “se o café não deu certo, o algodão se adaptou muito bem ao clima e ao terreno. Em 1861 a população que se emprega na agricultura orça de 5 a 6 mil pessoas” (2011, p.30). O algodão prosperou bastante nas terras piedadenses por conta primeiramente, da Guerra de Secessão nos Estados Unidos e depois, para ser vendido como matéria prima às indústrias têxteis de Sorocaba.

Porém, não foi só o algodão exportado para a cidade vizinha além de São Paulo e Santos, já que de acordo com Leite Netto (1987), açúcar, café, milho, feijão e carne de porco também eram exportados para essas localidades. Ainda segundo o autor, um relato de 1877 dá ideia dos produtos agrícolas produzidos: “no município existem plantações de café, cana-de-açúcar, fumo, algodão, milho, feijão, arroz, mandioca, banana, batata inglesa e doce, chá, trigo, cevada, centeio e erva-mate” (Op.cit, p. 30).

Já no começo do século XX, o algodão continuou sendo plantado, mas em menor volume até ser destruído pelas pragas por volta de 1930. “O café e a cana-de-açúcar foram sendo abandonados aos poucos e substituídos pela batata. O milho e o feijão continuaram ocupando a posição de sempre” (LEITE NETTO, 1987, p. 55). Ao passo que o algodão saía de cena, novos atores chegavam para habitar o município, imigrantes vindos de diversos locais da Europa – Alemanha, Itália, Espanha, Hungria, Grécia, Checoslováquia, Áustria – do Oriente Médio, como Líbano e Síria, e do Japão.

Entretanto, Piedade não foi a primeira parada da maioria desses imigrantes no estado de São Paulo. Muitos não se adaptaram às fazendas de café em regiões mais quentes e distantes da cidade de São Paulo e encontraram seu reduto nos altos da Serra de Paranapiacaba. A chegada dos imigrantes trouxe componentes culturais que se miscigenariam e se incorporariam à cultura caipira local, incluindo novos cultivos agrícolas e criações pecuárias, o que incrementou o universo da produção agrícola.

É no bojo desse movimento migratório que frutas como o caqui, a maçã, o pêssego, o morango e a ameixa são introduzidas e propagadas no município. Da mesma forma, hortaliças como a cebola, o tomate, a alcachofra e a mandioquinha ganharam terreno por conta desses novos moradores. Assim, o

componente cultural dos imigrantes incrementaria de forma profunda a agropecuária piedadense e para isso, o clima ameno de altitude e a abundância de água e de terras agricultáveis seriam fatores de grande importância no sucesso destes novos cultivos e criações.

A batata, o tomate, a cebola e a cenoura foram os maiores expoentes da agricultura piedadense no século XX, com destaque especial para a cebola. No entanto, apesar dessas hortaliças ordenarem os plantios voltados unicamente ao mercado, as roças de milho, arroz e feijão sempre estiveram presentes nas propriedades. Diversos relatos de agricultores mostram que abóbora, mandioca, amendoim, melancia e batata-doce também eram cultivos temporários frequentemente encontrados na maioria dos sítios e fazendas.

A cebola foi o maior feito da agricultura local. Bem adaptada às condições edafoclimáticas do município, ela foi bastante plantada em Piedade a partir de meados daquele século, ganhando vulto no mercado nacional nos anos 60, 70 e 80. Suas duas safras anuais – a primeira, colhida em maio e junho e geralmente plantada com os bulbinhos colhidos no final do ano (novembro); e a segunda plantada por meio de mudas em agosto e colhida entre novembro e dezembro – permitiram um grande volume de produção anual e preços viáveis em época de entressafra nas outras regiões produtoras.

Segundo Soares (1981, p. 36), na época da safra produzida através de bulbinhos ou de soqueira, Piedade respondia praticamente sozinho pela produção nacional de cebola. A autora ainda ressalta que “em 1979, o volume produzido foi de 98.400 toneladas, cabendo à produção piedadense 64.800 toneladas”, ou seja, mais de 65% do volume produzido no país naquele período da safra.

É por isso que naquelas décadas citadas anteriormente, o município foi tido como a “Capital da Cebola” no País e isso é um motivo de grande orgulho para a maior parte dos agricultores, especialmente os mais velhos. Percebe-se isso porque todos os entrevistados fazem questão de mencionar esse título informal e de pouco retorno prático, e comentar histórias da “época da cebola”. O imaginário dos agricultores, quando tratam daquela época, parece estar envolvido com as glórias daquele tempo que se foi, representado por uma

saída temporária da histórica invisibilidade em que o sistema socioeconômico os encerrou.

A queda nos plantios de cebola se consumou especialmente após a efetivação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a implantação do Plano Real, o qual fixou o câmbio da moeda nacional atrelada ao dólar. Essa paridade cambial permitiu que os produtos dos outros países membros do acordo entrassem no Brasil com maior facilidade e na época, a Argentina já era uma grande produtora de cebolas. Assim, houve um aumento na importação de cebolas argentinas apesar de a produção nacional também aumentar naquele período. Contudo, nos locais onde a tecnologia de produção ainda era fragilizada pelo baixo nível de produtividade e pouca competitividade, como em Piedade, os reflexos da importação logo apareceriam.

A crise da cebola chegou com muita força em meados da década de 90. O excessivo plantio monocultural desta liliácea no município indicava um caminho tortuoso para a economia municipal, já que em alguns anos de queda nos preços todo o município entrava em letargia. A partir da década de 80 alguns agricultores começaram a diversificar seus cultivos de hortaliças com a introdução de cenoura, beterraba e repolho. Destes, a cenoura foi a que mais teve vulto por ser largamente cultivada nos anos 80, porém, com a expansão dos plantios na região de São Gotardo-MG no início da década de 90, a cenoura de Piedade não teve forças para competir no mercado e muitos cenoureiros quebraram financeiramente quase na mesma época que a cebola.

Assim, inúmeros lavadores de cenoura espalhados pela zona rural piedadense, instalados em propriedades onde também se plantava, passaram a se dedicar somente à lavagem de cenouras provenientes de outras localidades especialmente de São Gotardo. Com o agravamento da crise da cebola e em menor medida da cenoura, a diversificação dos cultivos ocorreu de modo compulsório e inúmeras hortaliças passaram a ser produzidas em grande escala. Além disso, espécies frutíferas que haviam produzido mas que no auge da cebola figuravam irrelevantes no contexto agrícola local se valorizaram com a ruína do setor ceboleiro e os pomares voltaram a receber cuidados.

Outras opções de cultivos também surgiram e foram propagadas, como as flores de corte e de vaso, a produção de cogumelos comestíveis e o plantio comercial de ervas condimentares, aromáticas e medicinais. Em termos de criações, o gado bovino de leite e de corte, que sempre teve seu espaço nos pastos do município, voltou a ter importância. Suínos, javalis, ovinos, peixes, frangos e abelhas melíferas são outros exemplos da atividade pecuária, amplamente diversificada desde então. Por fim, surgiram também plantios de espécies florestais exóticas, principalmente o eucalipto, a melaleuca e o cedro australiano.

Este grande vulto da agricultura no município, especialmente as hortaliças – sejam plantios ou lavadores – deve-se ao fato de a água ainda ser relativamente abundante na região. Em seu extenso território, o município de Piedade possui incontáveis nascentes e cursos d'água que o insere em três diferentes Unidades de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (UGRHI) do Estado de São Paulo: Sorocaba e Médio Tietê; Alto Paranapanema; e Ribeira de Iguape e Litoral Sul. Além de contribuir para o fornecimento de água para o abastecimento de diversas cidades da região, inclusive Sorocaba, os rios nascidos em Piedade são de importância estratégica para os cultivos agrícolas locais.

Segundo dados fornecidos pela Diretoria Municipal de Agricultura levantados em 2010, são cultivadas 60 espécies diferentes de hortaliças, 09 espécies de grãos em cultivos anuais, 25 tipos de frutíferas, 04 cultivos semi-perenes, 15 espécies diferentes de ervas condimentares e medicinais, 04 tipos de flores de corte, 15 tipos de mudas de flores ornamentais, 03 tipos de flores comercializadas em vaso, 15 tipos de criações pecuárias, 05 espécies madeiras florestais, 33 cultivos orgânicos e 03 hidropônicos. Essa enorme diversidade pode ser vista nas duas exposições agrícolas do município, a Exposição Agrícola de Piedade – EXPAP e a Festa do Kaki Fuyu (Fotos 1 e 2).

Foto 1: Hortaliças locais expostas na EXPAP. Piedade-SP.



Fonte: Claudio Eduardo Silva Nadaleta, set. 2011.

Foto 2: Exposição de produtos agrícolas municipais na Festa do Kaki Fuyu. Kai Kan, Piedade-SP.



Fonte: Claudio Eduardo Silva Nadaleta, mai. 2010.

Do total entre os mais de cento e cinquenta itens agropecuários e florestais produzidos em Piedade, as hortaliças correspondem ao grupo de maior relevo em área de produção, pessoal ocupado e volume produzido. Segundo a Diretoria de Agricultura, são comercializadas mensalmente ao redor de 12.000 toneladas de hortaliças apenas na Central de Abastecimento Agrícola de Piedade (CEABASP), fora os caminhões que são carregados nas beiradas das roças e estradas e seguem direto aos Ceagesp's de São Paulo, Sorocaba, Campinas, Ribeirão Preto, Bauru, Piracicaba e outros do interior paulista, bem como as carretas que seguem para Goiânia-GO, Belém-PA, Manaus-AM e até países como Argentina e Chile.

1.2 Caracterização atual da ruralidade piedadense

O meio rural de Piedade tem se mostrado como um espaço de alta heterogenidade e grande diversidade. Essas características podem ser confirmadas por meio das inúmeras espécies produzidas pela agropecuária local, assim como pela variedade de atividades empreendidas no espaço rural, com destaque para o lazer e o turismo rural. A beleza natural de suas paisagens montanhosas entremeadas por rios, matas e cultivos somada à proximidade de grandes centros urbanos como São Paulo (100 quilômetros) e Sorocaba (30 quilômetros) tornaram a ruralidade piedadense uma opção agradável de lazer e descanso aos cidadãos.

A área urbana do município foi expandida há poucos anos em função de questões tributárias e sem qualquer critério geográfico, demográfico ou socioeconômico. Isto fez com que seu perímetro urbano tenha atualmente 40,17 quilômetros quadrados e a área rural conte com 688,83 quilômetros quadrados, numa área total de 729 km² ou 72.900 hectares. Em termos populacionais, mesmo com a expansão urbana o meio rural ainda possui a maioria da população residente, embora ela tenha diminuído em termos relativos desde o levantamento censitário de 1970. Naquele ano, cerca de 75% dos habitantes eram rurais enquanto que em 2010 perto de 55% estavam na zona rural, conforme a tabela 1.

Tabela 1 - População urbana e rural de Piedade-SP, em termos absolutos e relativos, de 1970 a 2010.

| Piedade-SP | População | | | |
|------------|-----------|--------|--------|-------|
| | Ano | Termo | Urbana | Rural |
| 1970 | Absoluto | 6928 | 20712 | 27640 |
| | Relativo | 25,07% | 74,93% | 100% |
| 1980 | Absoluto | 13137 | 22760 | 35897 |
| | Relativo | 36,6% | 63,4% | 100% |
| 1990 | Absoluto | 18327 | 25254 | 43581 |
| | Relativo | 42,05 | 57,95% | 100% |
| 2000 | Absoluto | 22057 | 28074 | 50131 |
| | Relativo | 44,0% | 56,0% | 100% |
| 2010 | Absoluto | 23760 | 28383 | 52143 |
| | Relativo | 45,6% | 54,4% | 100% |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1970/2000 (Séries históricas); Censo Demográfico 2010.

Em que pese a tendência à queda relativa da população rural nestes últimos quarenta anos, ainda assim há que se ressaltar a exceção que o município de Piedade representa no estado de São Paulo e no Brasil por possuir uma população rural maior do que a urbana. Este caráter rural do município mostra ainda uma forte conjunção entre a agricultura tradicionalmente praticada e a cultura dos habitantes, muito ligada às atividades agrícolas e ao ato de habitar no campo.

Assim, ao analisar as ocupações dos habitantes de Piedade, nota-se pelo Censo Demográfico que no ano de 2000 a maioria dos 20.434 trabalhadores estavam ocupados na agricultura (Tabela 2). Além disso, é interessante notar que o percentual de pessoas de 18 a 49 anos trabalhando na agricultura é o menor dentre todos os setores listados, ou seja, há mais pessoas fora desse recorte de idade – mais novos que 18 e mais velhos que 49 – trabalhando na agricultura do que nos outros ramos de atividade.

Isto pode ser explicado pelo processo de envelhecimento geral dos agricultores somado à pequena sucessão ocorrida na maioria das propriedades e por fim, combinado com a inserção de jovens trabalhadores rurais, em geral

camaradas que trabalham como diaristas ou empregados em idade menor que 18 anos.

Tabela 2 - População ocupada e porcentagem de ocupados de 18 a 49 anos por setor em Piedade-SP

| Setor | População ocupada | População ocupada (%) | % de pessoas de 18 a 49 anos na População ocupada |
|----------------------------|-------------------|-----------------------|---|
| Agricultura | 6.860 | 33,6 | 71,8 |
| Indústria de Transformação | 1.255 | 6,1 | 81,7 |
| Construção Civil | 1.668 | 8,2 | 84,0 |
| Comércio | 2.566 | 12,6 | 78,5 |
| Serviços | 6.755 | 33,1 | 81,8 |
| Administração Pública | 433 | 2,1 | 82,3 |
| Outros | 897 | 4,3 | |
| Total | 20.434 | 100 | |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Sobre a renda dos piedadenses, o valor médio de rendimento mensal domiciliar *per capita* estava em R\$ 505,00 segundo o IBGE (2010). Este valor correspondia a 0,99 salário mínimo, que era de R\$ 510,00 na época. No estado de São Paulo o valor médio ficou em R\$ 887,00 (1,73 salários mínimos) e no recorte populacional dos municípios em que Piedade se enquadra – de 50.001 a 100.000 habitantes – o valor médio é de R\$ 730,00 (1,43 salários mínimos). Já o Produto Interno Bruto (PIB) do município foi de R\$ 468.580.000,00 em 2008, o PIB *per capita* ficou em R\$ 9.445,91 enquanto a média paulista foi de R\$ 24.457,00 naquele mesmo ano, segundo a Fundação Seade (2008).

1.2.1 Agricultura familiar

Em Piedade há 2.843 unidades de produção agropecuária (UPAs) de acordo com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo no Projeto LUPA (SÃO PAULO, 2008). Essas UPAs possuem uma área total de 47.685,4 hectares e seus respectivos usos do solo estão distribuídos de acordo com a tabela 3.

Tabela 3 - Área total e uso do solo nas UPAs, Piedade-SP, 2007/08

| ITEM | UNIDADE | N. DE UPAs | MÍNIMO | MÉDIA | MÁXIMO | TOTAL |
|--------------------------------------|---------|---------------|--------|-------|--------|----------|
| Distância à sede do município | km | 2.843 | 0,1 | 15,0 | 48,0 | - |
| Área total | hectare | 2.843 | 0,1 | 16,8 | 676,8 | 47.685,4 |
| Área com cultura perene | hectare | 341 | 0,1 | 1,4 | 25,0 | 484,0 |
| Área com cultura temporária | hectare | 1.876 | 0,1 | 4,6 | 156,8 | 8.573,5 |
| Área com pastagens | hectare | 1.052 | 0,1 | 8,7 | 288,0 | 9.167,4 |
| Área com reflorestamento | hectare | 410 | 0,1 | 9,0 | 172,0 | 3.696,3 |
| Área com vegetação natural | hectare | 2.327 | 0,1 | 6,0 | 408,0 | 13.927,6 |
| Área com vegetação de brejo e várzea | hectare | 707 | 0,1 | 1,3 | 36,0 | 901,8 |
| Área em descanso | hectare | 1.632 | 0,1 | 5,5 | 168,7 | 9.024,1 |
| Área complementar | hectare | 2.248 | 0,1 | 0,8 | 23,0 | 1.910,7 |

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CATI/IEA, Projeto LUPA

Conforme mostra a tabela acima, a área média das unidades de produção é de 16,8 hectares, pouco maior do que o tamanho do módulo fiscal do município, fixado em 16 ha. O módulo fiscal foi estabelecido pelo Estatuto da Terra (Lei 4.504 de 30/11/1964) e definido como a área mínima capaz de prover sustento a uma família agricultora. Dessa forma, ele é fixado de acordo com as características de cada município, conforme Instrução Especial INCRA Nº 20 de 28/05/1980 e no estado de São Paulo a área média é de 20 ha.

O Projeto LUPA ainda traz a estratificação das propriedades segundo a área, mostrando que das 2.843 unidades, 2.692 ou 94,7% do total possuem área menor que 50 hectares. Isso corresponde a 65,2% da área total das UPAs no município. No que se trata da mão de obra ocupada, em 2.013 unidades (70,8% do total de UPAs) haviam familiares do proprietário trabalhando, num total de 4.697 pessoas. Os trabalhadores permanentes eram em número de 2.567 e estavam presentes em 940 unidades, 33,1% do total de UPAs. Em 110 unidades (3,9% do total) a força de trabalho é mista, havendo a presença tanto de familiares como de trabalhadores permanentes.

Os cultivos e criações exercidos nessas UPAs são muito diversificados e embora o levantamento da Diretoria Municipal de Agricultura seja ainda mais detalhado e representativo da realidade, o LUPA também evidencia a multiplicidade de atividades agrícolas, pecuárias e florestais praticadas em Piedade, conforme mostram respectivamente as tabelas 4 e 5.

Tabela 4 - Área e espécies cultivadas, Piedade-SP, 2007/08

| CULTURA | (em hectare) | | | | |
|--|--------------|--------|-------|--------|---------|
| | N. DE UPAs | MÍNIMO | MÉDIA | MÁXIMO | TOTAL |
| Braquiária | 883 | 0,1 | 9,1 | 288,0 | 8.063,2 |
| Eucalipto | 383 | 0,1 | 9,2 | 172,0 | 3.512,6 |
| Milho | 744 | 0,1 | 3,1 | 84,8 | 2.334,0 |
| Repolho | 425 | 0,1 | 2,7 | 25,0 | 1.126,5 |
| Cebola | 233 | 0,1 | 3,5 | 35,0 | 822,8 |
| Outras olerícolas | 505 | 0,1 | 1,6 | 35,0 | 822,4 |
| Cenoura | 248 | 0,2 | 3,3 | 35,0 | 808,9 |
| Beterraba | 264 | 0,1 | 2,7 | 25,5 | 724,9 |
| Inhame | 199 | 0,1 | 3,1 | 36,0 | 614,5 |
| Alface | 212 | 0,1 | 2,5 | 36,9 | 535,4 |
| Capim-napier (ou capim-elefante) | 175 | 0,1 | 2,7 | 67,0 | 475,5 |
| Capim-gordura | 53 | 0,1 | 7,5 | 63,0 | 397,4 |
| Feijão | 295 | 0,1 | 1,3 | 20,0 | 391,0 |
| Brócolos (ou brócolis) | 232 | 0,1 | 1,3 | 18,0 | 293,9 |
| Abóbora (ou jerimum) | 220 | 0,1 | 1,3 | 34,0 | 291,5 |
| Acelga | 119 | 0,1 | 1,7 | 20,0 | 206,0 |
| Caqui | 77 | 0,1 | 2,6 | 15,0 | 197,3 |
| Mandioquinha | 56 | 0,1 | 3,0 | 12,5 | 170,5 |
| Alcachofra | 29 | 0,1 | 5,7 | 19,0 | 165,6 |
| Outras florestais | 28 | 0,1 | 4,7 | 19,3 | 130,7 |
| Batata-inglesa (ou batata, ou batatinha) | 45 | 0,1 | 2,9 | 28,0 | 129,1 |
| Morango | 98 | 0,1 | 1,2 | 19,3 | 113,4 |
| Gramas | 25 | 0,1 | 4,5 | 30,3 | 111,5 |
| Soja | 3 | 4,2 | 35,5 | 96,8 | 106,4 |
| Pomar doméstico | 198 | 0,1 | 0,4 | 3,6 | 87,6 |
| Cana-de-açúcar | 54 | 0,1 | 1,5 | 22,3 | 82,2 |
| Feijão-vagem (ou vagem, ou feijão-verde) | 111 | 0,1 | 0,7 | 6,0 | 72,6 |
| Tomate envarado | 65 | 0,1 | 1,1 | 11,0 | 70,6 |
| Batata-doce | 37 | 0,1 | 1,8 | 10,0 | 65,9 |
| Outras culturas temporárias | 23 | 0,1 | 2,8 | 20,0 | 65,4 |

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CATI/IEA, Projeto LUPA

Tabela 5 - Explorações animais, Piedade-SP, 2007/08

| ITEM | UNIDADE | N. DE UPAs | MÍNIMO | MÉDIA | MÁXIMO | TOTAL |
|--|-------------|---------------|---------|---------|----------|-----------|
| Bovinocultura de corte | cabeças | 85 | 1,0 | 27,3 | 389,0 | 2.317,0 |
| Bovinocultura de leite | cabeças | 188 | 1,0 | 9,6 | 285,0 | 1.804,0 |
| Bovinocultura mista | cabeças | 377 | 1,0 | 12,8 | 185,0 | 4.829,0 |
| Bubalinocultura | cabeças | 18 | 1,0 | 38,7 | 150,0 | 696,0 |
| Apicultura | colmeias | 34 | 2,0 | 24,1 | 150,0 | 819,0 |
| Asininos e muares | cabeças | 134 | 1,0 | 2,7 | 49,0 | 365,0 |
| Avestruz e ema | cabeças | 3 | 2,0 | 47,3 | 120,0 | 142,0 |
| Avicultura de corte | cab./ano | 35 | 2,0 | 22,7 | 100,0 | 795,0 |
| Avicultura ornamental/decorativa/exótica | cabeças | 60 | 1,0 | 25,4 | 70,0 | 1.526,0 |
| Avicultura para ovos | cabeças | 147 | 2,0 | 30,5 | 120,0 | 4.481,0 |
| Caprinocultura | cabeças | 38 | 1,0 | 12,4 | 128,0 | 471,0 |
| Carcinocultura | pós-larvas | 1 | 2,0 | 2,0 | 2,0 | 2,0 |
| Codornicultura | cabeças | 1 | 1.800,0 | 1.800,0 | 1.800,0 | 1.800,0 |
| Cunicultura | cabeças | 6 | 1,0 | 13,0 | 25,0 | 78,0 |
| Equinocultura | cabeças | 387 | 1,0 | 3,4 | 89,0 | 1.321,0 |
| Javalis | cabeças | 4 | 1,0 | 495,3 | 1.500,0 | 1.981,0 |
| Minhocultura | canteiros | 2 | 8,0 | 15,0 | 22,0 | 30,0 |
| Ovinocultura | cabeças | 53 | 1,0 | 53,9 | 900,0 | 2.859,0 |
| Piscicultura, área de tanques | m2 | 18 | 1,0 | 5.804,9 | 60.000,0 | 104.489,0 |
| Ranicultura | girinos/ano | 2 | 2,0 | 2,0 | 2,0 | 4,0 |
| Sericicultura (larvas) | gramas/ano | 1 | 2,0 | 2,0 | 2,0 | 2,0 |
| Suinocultura | cabeças | 121 | 1,0 | 23,6 | 854,0 | 2.853,0 |
| Outra exploração animal | cabeças | 2 | 3,0 | 9,5 | 16,0 | 19,0 |

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CATI/IEA, Projeto LUPA

Já segundo o Censo Agropecuário do IBGE (2006), há 1.773 estabelecimentos agropecuários no município e destes, 1.404 enquadram-se como sendo da agricultura familiar por meio das estratificações calculadas segundo o estabelecido pela Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006, a lei da agricultura familiar. Assim, cerca de 79% do total de estabelecimentos tem predomínio da família como força de trabalho nas atividades; a renda familiar é proveniente, em sua maior parte, das atividades realizadas no estabelecimento; a área explorada está abaixo de quatro módulos fiscais (64 hectares, neste caso); e o estabelecimento é dirigido pela própria família.

Em números absolutos, essa relevância da agricultura familiar piedadense se destaca também no contexto paulista, já que Piedade é o sexto município em quantidade de agricultores familiares dentre os municípios de São Paulo.

Os critérios adotados na prática para identificar os agricultores familiares correspondem aos estabelecidos na referida lei e são requisitados para a expedição da DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf. São os seguintes: renda bruta familiar menor do que R\$ 130.000,00 nos doze meses antecedentes à solicitação da DAP; a maioria da força de trabalho ser da família; 70% da renda ser de atividades desenvolvidas na propriedade; e a área total explorada ser menor do que 64 hectares.

Apesar de algumas distorções e diferenças verificadas entre os dados levantados pela Diretoria Municipal de Agricultura, Projeto LUPA e Censo Agropecuário do IBGE, independente da fonte, o fato de maior relevo é a preponderância do sistema familiar de agricultura no município. Todavia, dos 1.404 agricultores familiares teoricamente encontrados pelo IBGE, em abril de 2012 apenas 313 possuíam a DAP ativa¹, documento oficial de identificação desses agricultores no país e que os credencia a participar das políticas de crédito como o Pronaf e de mercado institucional para comercialização da produção como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

1.2.2 Pluriatividade

Além de produzir alimentos, fibras, forragem e energia pelo exercício da agropecuária, muitas famílias rurais piedadenses têm passado por processos que os reorganizam enquanto agricultores e em muitos casos, direciona um ou mais de seus membros a exercer outra atividade para complementar a renda, conformando a chamada pluriatividade. Os exemplos encontrados no município são diversos e podem ser explicados pela dificuldade em obter recursos financeiros satisfatórios com a produção agrícola bem como sua instabilidade.

O aperto financeiro em que sistema o socioeconômico confina as famílias agricultoras é a principal motivação para que os filhos mais jovens não queiram dar continuidade ao processo de produção agrícola na propriedade, rompendo com o processo de sucessão. Por outro lado, nota-se que quando a atividade agrícola está gerando renda satisfatória por conta do arranjo no sistema

¹ A relação dos agricultores com Declaração de Aptidão ao Pronaf pode ser acessada no endereço: <http://smap.mda.gov.br/credito/dap/dap.asp>. Acesso em 23 abr. 2012

produtivo e comercial, os membros familiares que haviam deixado a atividade agrícola para vender sua força de trabalho na indústria ou no comércio, retornam para trabalhar novamente na agricultura.

O fato de alguns membros da família agricultora exercer atividades não agrícolas não demonstra qualquer aspecto negativo por si só, porém serve como pano de fundo de uma conjuntura desfavorável à atividade agrícola em geral, onde se percebe que muitos agricultores apenas engajam-se em outras atividades fora da agricultura porque precisam complementar a renda e evitar um grande endividamento ou até mesmo a venda da propriedade ou de pedaços dela.

(...) A estratégia de obtenção de renda monetária pelas famílias rurais caracteriza-se pelo recurso sistemático às atividades não agrícolas no interior da unidade familiar e fora dela em ocupações tipicamente urbanas, mas também inclui o trabalho temporário em atividades agrícolas realizadas em estabelecimentos de terceiros. A combinação de atividades agrícolas e não agrícolas insere a família rural em diferentes setores e amplia seu campo de atuação e de inserção social e econômica, associando o enfoque da pluriatividade, diretamente, ao da multifuncionalidade (MALUF, 2003, p. 138).

1.2.3 Multifuncionalidade: turismo rural

As inúmeras funções que o meio rural desempenha passaram a ser mais percebidas e estimuladas pelas comunidades, governos e organizações não governamentais, sobretudo quando o enfoque relaciona-se à áreas tradicionalmente ocupadas pela agricultura familiar. Estas funções sempre estiveram dentro ou próximas da rotina cotidiana da família agricultora, mas não eram percebidas como algo extraordinário e passível de exploração financeira como uma nova atividade econômica.

Em Piedade, os dados secundários do LUPA (SÃO PAULO, 2008) revelam que há propriedades com atividades diversas de turismo e lazer na área rural, de acordo com a tabela 6. Apesar do número ainda ser pequeno em face ao enorme potencial que a ruralidade do município apresenta, encontram-se pesqueiros, haras com passeios a cavalo, pousadas e estâncias rurais, restaurantes e chácaras de lazer como as atividades mais relevantes nas propriedades para além da produção agropecuária.

Tabela 6 - Outras estatísticas agrícolas, Piedade-SP, 2007/08

| ITEM | N. DE UPAs | PERCENTUAL |
|-------------------------------------|------------|------------|
| Esporte e lazer | 43 | 1,5 |
| Hotel Fazenda, Pousada ou SPA | 2 | 0,1 |
| Pesque-pague | 5 | 0,2 |
| Restaurante ou Lanchonete | 4 | 0,1 |
| Transformação artesanal | 1 | - |
| Turismo rural ou ecoturismo | 2 | 0,1 |
| Outras atividades econômicas rurais | 17 | 0,6 |

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CATI/IEA, Projeto LUPA

Desse modo, dentre as outras funções do meio rural que mais se destacam em Piedade com exceção da produção agrícola, estão os serviços de lazer e de turismo rural. As paisagens montanhosas cobertas em parte com vegetação nativa e em parte com criações e inúmeros cultivos, incluindo florestas plantadas, e entremeadas por nascentes, cachoeiras, riachos e represas possibilitam a exploração e o uso dessas pinturas naturais como atrativo aos habitantes das grandes cidades (foto 3). O clima ameno de altitude nos meses de inverno é outro aspecto natural que favorece a atração de turistas, assim como fauna e flora nativas da Mata Atlântica (foto 4).

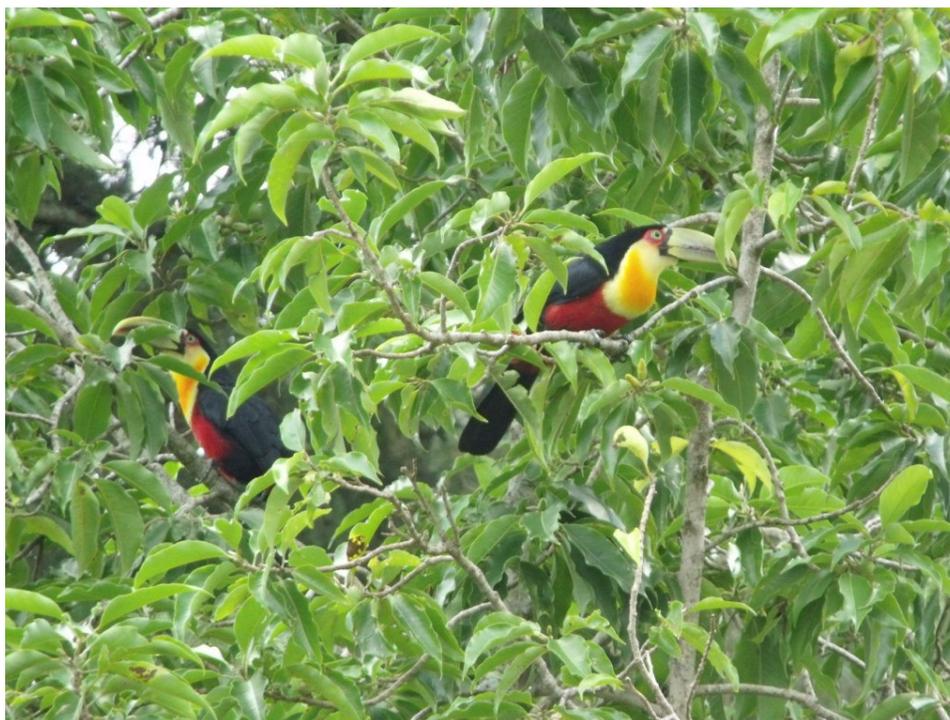
Ademais, há que se considerar ainda a presença de duas Unidades de Conservação nos limites territoriais do município. Além de Piedade, a Área de Proteção Ambiental (APA) de Itupararanga, está situada nos municípios de Alumínio, Cotia, Ibiúna, Mairinque, São Roque, Vargem Grande Paulista e Votorantim. Ela foi criada com a intenção de proteger os recursos hídricos locais, já que a Represa de Itupararanga responde “pelo abastecimento de 63% da população residente na região” (APA ITUPARARANGA, 2012). A outra unidade de conservação em território piedadense é o Parque Estadual do Jurupará, localizado na região sudeste de Piedade nos limites com Ibiúna (mapa 2), “em um dos maiores contínuos de Mata Atlântica ainda existente no país, assumindo importância estratégica na conservação da diversidade biológica e cultural brasileira” (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2012).

Foto 3: Paisagem à beira da Represa do Jurupará, Piedade-SP.



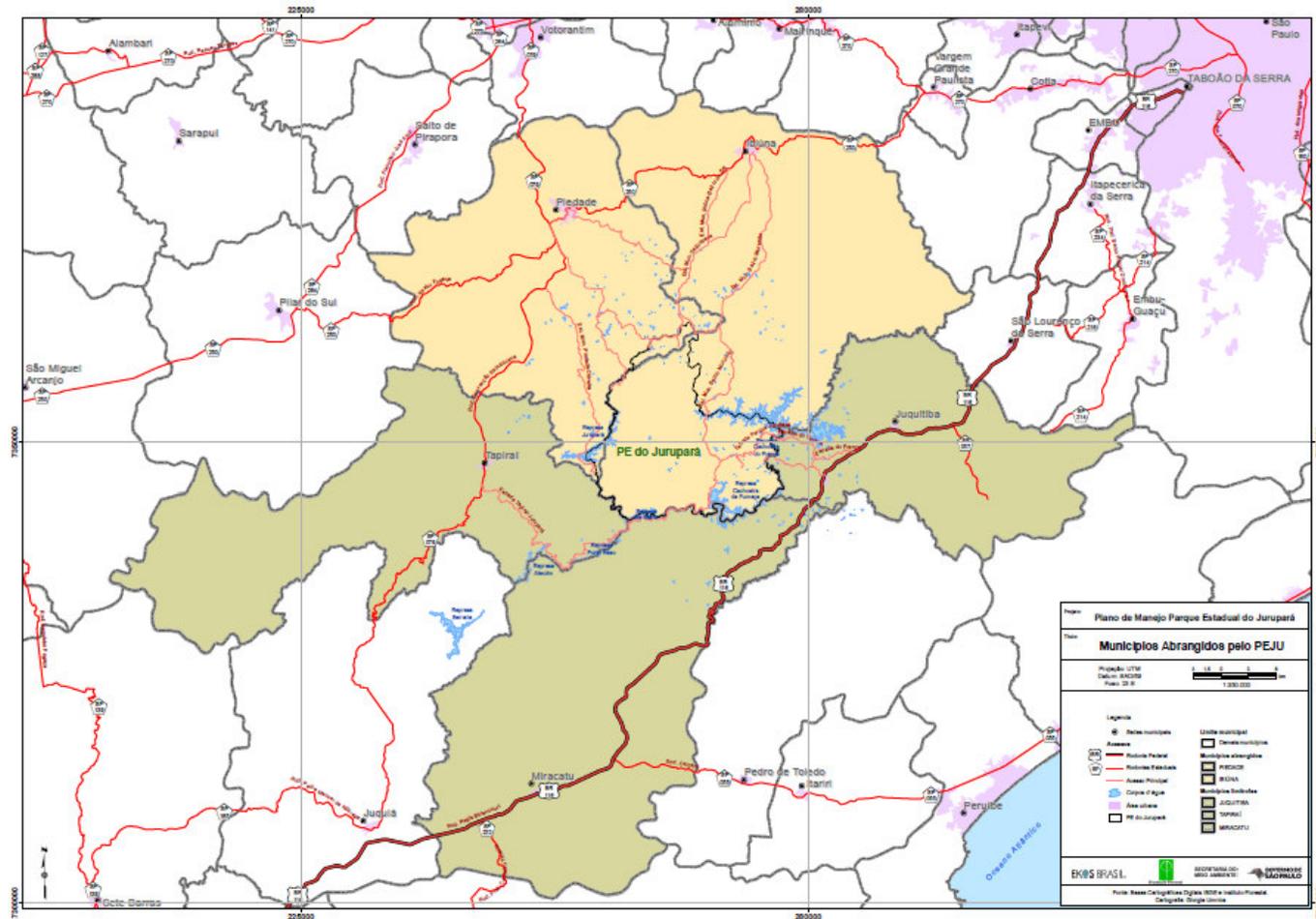
Fonte: Claudio Eduardo Silva Nadaletto, jun. 2010.

Foto 4: Fauna da Mata Atlântica: tucano do bico verde (*Ramphastos dicolorus*)



Fonte: Claudio Eduardo Silva Nadaletto, abr. 2012.

Mapa 2: Municípios Abrangidos pelo Parque Estadual do Jurupará.

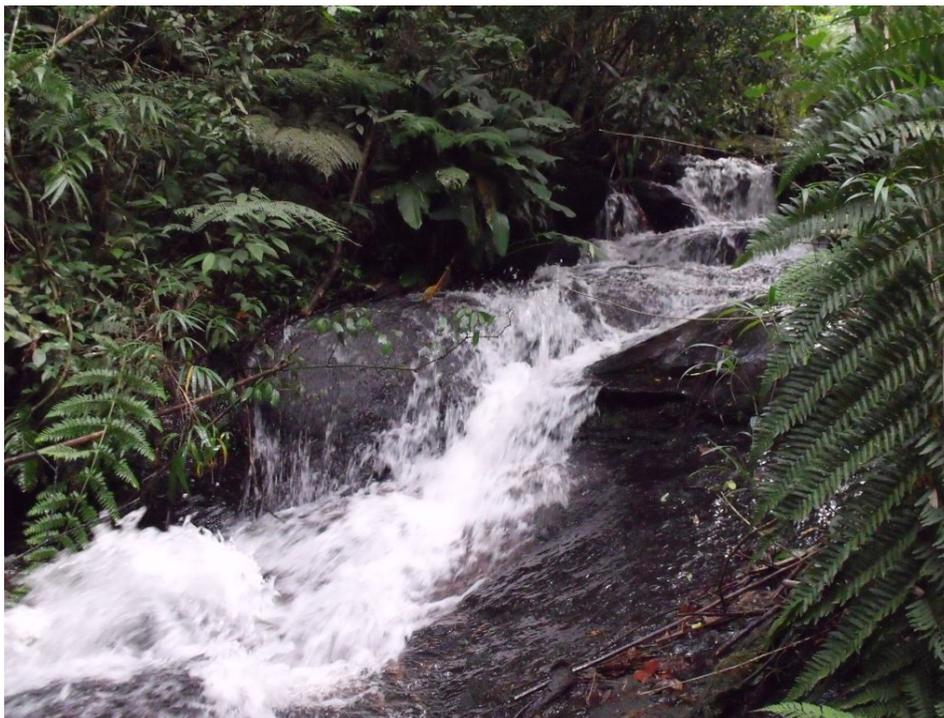


Fonte: Secretaria do Meio Ambiente, Governo de São Paulo.

De acordo com informações do Departamento Municipal de Turismo há seis estabelecimentos entre pousadas e hotéis fazenda no meio rural local. Além disso, há diversos pesqueiros e restaurantes incrementados com opções de lazer também espalhados pelos inúmeros bairros rurais. Contudo, é na agricultura familiar que o município tem um enorme potencial turístico ainda pouco explorado. Cultivos diversos no campo combinados com variadas receitas tradicionais de pratos caipiras ou estrangeiros adaptados e incorporados à culinária local, possibilitam uma exploração econômica que pode ascender de forma excepcional caso seja bem arquitetada.

Assim, os atrativos naturais já existentes em muitas propriedades familiares (foto 5) combinados com a cultura caipira e a grande diversidade de cultivos agrícolas e explorações pecuárias podem servir como uma nova e promissora opção de atividade para a agricultura familiar local. Essa força já é notada nas duas festividades oficiais do município, a EXPAP e a Festa do Kaki Fuyu, que recebem milhares de visitantes anualmente e tem como principal atrativo os produtos agrícolas locais.

Foto 5: Cascata em propriedade agrícola familiar. Bairro dos Soares, Piedade-SP.



Fonte: Claudio Eduardo Silva Nadaletto, jan. 2012.

Referências Bibliográficas

APA ITUPARARANGA. Disponível em <<http://apaitupararanga2.blogspot.com.br/>>. Acesso em 12 jul. 2012.

ARAÚJO, R. Entrevista pessoal. Piedade, SP, 23 nov. 2011.

CEPAGRI. **Clima dos Municípios Paulistas**. Disponível em: <<http://www.cpa.unicamp.br/outras-informacoes/clima-dos-municipios-paulistas.html>>. Acesso em 02 jul. 2012.

FUNDAÇÃO SEADE. PIB Municipal 2008.

IBGE. Censo da Agricultura Familiar 2006.

IBGE. Censo Demográfico 1970/2000 (Séries históricas).

IBGE. Censo Demográfico 2010.

LEITE NETTO, A. **História de Piedade**. Piedade, SP: Edições Culturesp, 1987.

LEITE NETTO, A. **História de Piedade II**. 2011.

MALUF, R. S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

MARTINS, Z. **Rumo ao porvir**. Santa Cruz do Rio Pardo, SP: Viena Gráfica & Editora. 2009.

FUNDAÇÃO FLORESTAL. Plano de Manejo Parque Estadual do Jurupará. Disponível em: <http://www.fflorestal.sp.gov.br/media/uploads/planosmanejo/PEJurupara/volume_principal/1_introducao/introducao.pdf>. Acesso em 12 jul. 2012.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. **Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008**. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>>. Acesso em: 23/abr/2010.

SOARES, M. L. A. **Contribuição ao estudo da meação. O exemplo da cultura de cebola em Piedade**. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, 1981.

CAPÍTULO II - A SUPERAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO PELO DINAMISMO DO ENVOLVIMENTO RURAL

Dizia-lhes ainda uma parábola: “Ninguém rasga um retalho de uma roupa nova para colocá-lo numa roupa velha; do contrário, rasgará a nova e o remendo tirado da nova ficará desajustado na roupa velha”.

Evangelho Segundo São Lucas 5, 36.

A temática do desenvolvimento relacionado ao meio rural tem permeado debates em variadas correntes técnicas, científicas e políticas desde que a agricultura praticada pelos povos do mundo se viu modificada, em algum grau, pela parcial, mas intensa especialização e modernização de suas bases tecnológicas em meados do século XX. Posteriormente, esse debate reacendeu com a constatação empírica, nos finais daquele mesmo século, de que essa modernização não era suficientemente capaz de abranger um processo de melhorias de maneira ampla, justa e sustentável das ruralidades.

O ponto de partida adotado para analisar a questão do desenvolvimento rural está em definir o que pode ser considerado como desenvolvimento, e

quais aspectos indicam retrocessos e/ou avanços em decorrência do processo que esse termo ideologicamente suscita. Afinal, o desenvolvimento é um grande mito, como propôs Celso Furtado (1974), e cabe aqui analisar, a partir de uma perspectiva crítica, os desdobramentos práticos das mudanças estruturais ocorridas no meio rural e das respectivas teorias que os interpretam, a fim de confirmar que a homogeneização e uniformização do rural são símbolos e sinônimos do desenvolvimento agrícola.

Será defendido neste trabalho, sobretudo no presente capítulo, que o desenvolvimento agrícola foi alcançado onde a *modernização conservadora* da agricultura penetrou, pois a acepção do termo desenvolvimento é condizente com o que se identifica empiricamente nesses locais. A perda do envolvimento social e ambiental, inclusive com o afastamento progressivo entre o ser humano e a natureza e a artificialização da agricultura, o êxodo de enormes contingentes populacionais para os centros urbanos, a desconfiguração cultural e a alienação sociopolítica são exemplos factuais que corroboram a afirmação de que o desenvolvimento se fez para esses povos com as mudanças modernizadoras.

Entretanto, as novas abordagens que compõem o arcabouço teórico do desenvolvimento rural, embora vejam a ruralidade e o território sob uma perspectiva revigorada ao abarcar diversas dimensões e categorias analíticas, incorporam e reproduzem o discurso hegemônico fundamentado no desenvolvimento. Muda-se o enfoque, a perspectiva e, conseqüentemente, a abordagem pelo desenvolvimento local, desenvolvimento endógeno e desenvolvimento territorial, porém usa-se ainda a mesma e velha roupagem do desenvolvimento. Em contrapartida, a análise coerente da diversidade da agricultura familiar permitirá a percepção de que a sua viabilidade social, econômica, ambiental, cultural e política encontra-se compreendida na proposta de *envolvimento rural*.

Diante disto, é pertinente definir também o que se entende por ruralidade e seus caracteres, superando a visão unilateral que vê o campo como um território estritamente associado à agricultura, e incorporando assim, uma abordagem multifuncional e mais dinâmica dos espaços rurais. Esta análise

será feita no primeiro dos três itens que compõem o presente capítulo, dando especial atenção à categoria ruralidade, abordando-a essencialmente como território e, portanto, de ordem espacial. No segundo item, as ideias acerca das origens do termo desenvolvimento, seus usos mais recorrentes e a superação dessa negação ao envolvimento serão objetos da discussão.

O terceiro item enfoca as novas abordagens teóricas acerca do desenvolvimento rural, buscando superar as limitações do desenvolvimento agrícola e englobando outras perspectivas, especialmente com relação à valorização dos espaços rurais e dos modos familiares e camponeses de se fazer agricultura. No entanto, essas abordagens se valem do velho e retrógrado termo desenvolvimento para discutir práticas tão envolventes e promissoras, representantes da grande diversidade do meio rural. Por isso, como conclusão, este capítulo indica que as novas abordagens devem considerar que somente um novo conceito – envolvimento rural – dá conta com maior fundamentação das dinâmicas compreendidas pela nova ruralidade.

2.1 As redefinições do rural

O mundo de hoje é composto, em sua maioria, por populações humanas que vivem em áreas consideradas urbanas. Porém, na história da humanidade, este fato não é regra, e sim uma breve e recente exceção, anunciada no ano de 2006 (DAVIS, 2006). O fato é que, independentemente de habitarem na área urbana ou rural, as populações humanas ocupam e interagem nalgum lugar do espaço e, por isso, o conceito de ruralidade tem na sua natureza geográfica o maior de seus consensos, dada pela essência territorial, já que está diretamente relacionada ao espaço.

Outra característica que está colocada nos estudos das ruralidades é o fato de elas serem isoladas, distantes e pouco habitadas. Obviamente, a noção de que o meio rural é distante é relativa e pode ser considerado, em parte, como fruto das dificuldades em relação ao transporte e à locomoção entre as localidades rurais e, por isso, devem ser relativizadas nos dias atuais, quando não só há mais formas de superar essas distâncias, como as ruralidades estão mais acessíveis e com maior infraestrutura de comunicação. Já na questão

desses espaços serem pouco habitados, com relativa baixa densidade demográfica, é uma atribuição considerada na maioria das caracterizações e estudos sobre as ruralidades e de muita pertinência prática.

No campo teórico, alguns eixos principais de entendimento dos espaços rurais são discutidos e aceitos: a abordagem espacial, principalmente com relação à paisagem, sua menor artificialização e antropização da natureza; o povoamento e a conseqüente densidade demográfica; e as dinâmicas de dependência e inter-relações com o urbano, traços estes que em conjunto definem o meio rural. Angela Kageyama, em sua discussão sobre as ruralidades, cita a argumentação de Wiggins e Proctor (2001) de que “embora as áreas rurais sejam claramente reconhecíveis, não há definição conceitual ou empírica exata para o termo *rural*” (2008, p. 16).

A essência territorial da ruralidade é enfatizada por muitos autores, como Abramovay (2000), Kageyama (2008) e Carneiro (2002), sempre no sentido de caracterizar o meio rural como um espaço, e não um setor de atividade econômica da sociedade. E como um espaço repleto de dinamismo e de diversas atividades, o meio rural de hoje não é mais tido somente por um espaço agrícola ou relacionado à agricultura, e sim como um ambiente que abarca inúmeras atividades não agrícolas desempenhadas por habitantes que não dependem apenas da ocupação na agricultura, dada a pluriatividade desenvolvida.

Na prática, essas áreas são identificáveis visualmente por conta da predominância dos campos cultivados, pastos e florestas plantadas ou naturais sobre as estruturas humanas construídas e que ocupam menos espaço na paisagem geral. A própria habitação e ocupação do solo é mais dispersa, conquanto a natureza pareça não estar totalmente modificada. Dessa forma e indo mais além,

entre os traços predominantes das áreas rurais destacam-se três: a) a abundância relativa de terra e outros recursos naturais; b) as significativas distâncias entre os assentamentos rurais e entre estes e as cidades (...); c) (...) muitos de seus habitantes vivem em situação de pobreza (75% dos pobres do mundo vivem em áreas rurais) (WIGGINS e PROCTOR, 2001 apud KAGEYAMA, 2008, p. 17).

Embora esta definição conceitual do rural não seja consenso, é forçoso tomar conhecimento do modo como estas áreas são reconhecidas, delimitadas e trabalhadas pela legislação e pelas esferas político-administrativas no Brasil. Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a definição de área rural é simplesmente “a área de um município externa ao perímetro urbano” (IBGE). Ou seja, na definição do IBGE percebe-se sua “natureza residual” (SARACENO, 1996/99 apud ABRAMOVAY, 2000, p. 2), que relega às áreas rurais todo o território que não é caracterizado como urbano e que está além de seus limites.

Nota-se assim que “há um vício de raciocínio na maneira como se definem as áreas rurais no Brasil, que contribui decisivamente para que sejam assimiladas automaticamente a atraso, carência de serviços e falta de cidadania” (ABRAMOVAY, 2000, p. 2). Kageyama, citando Gómez (2001), ressalta que a “visão tradicional” interpreta a ruralidade com três características principais: “espaços de baixa densidade populacional, em que a população se ocupa de atividades agrícolas e vive em situação de atraso material e cultural” (2008, p. 19) e que a origem dessa visão é a “dicotomia que opõe o tradicional, representado pelo campo, pelo agrícola e pelo rural, ao moderno, representado pela cidade, pela indústria e pelo urbano” (p. 19).

Muitos ideólogos da modernização e da industrialização, observando o rural sempre a partir de, e tendo como referência o ambiente urbano-industrial, pregam que o meio rural está definitivamente condenado ao fracasso e à mudança de seus habitantes para as cidades. No entanto, Abramovay (2000) realça que grande parte dos municípios com os maiores índices de desenvolvimento humano são rurais, e que ao se conhecer a experiência recente dos países capitalistas centrais, não há motivos para se fazer essa associação conceitual entre o meio rural e seu fatal declínio. Pelo contrário, ele cita um relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) com a constatação de que:

algumas regiões rurais fazem parte das zonas mais dinâmicas no interior dos países membros da OCDE. Elas criaram mais possibilidades de novos empregos que a economia tomada em seu conjunto. O dinamismo de certas regiões rurais demonstra que a ruralidade não é em si um obstáculo à

criação de empregos. A fraca densidade de população e a distância são freqüentemente consideradas obstáculos ao desenvolvimento rural. Nem sempre é o caso (...) e, além disso, a experiência mostra que os obstáculos geográficos podem ser ultrapassados. Para as regiões rurais atrasadas, as regiões rurais dinâmicas representam um modelo de desenvolvimento mais realista que as regiões urbanizadas (OCDE, 1996, p. 10 apud ABRAMOVAY, 2000, p. 1).

Abramovay (2000) expõe três formas dominantes de delimitação oficial do rural. Primeiro, há a “delimitação administrativa”, onde o rural é definido pelo poder público municipal e a questão fiscal se sobrepõe aos aspectos geográficos, sociais, econômicos ou culturais, com prestação de serviços públicos aos aglomerados tidos como urbanos e carência destes serviços no meio rural, ou seja, “o rural tenderá a ser definido, em princípio, pela carência” (p. 4). É este o sistema delimitador adotado na estatística oficial do Brasil. Em segundo lugar, há países que se valem do peso econômico da ocupação de mão-de-obra na agricultura como critério principal para delimitar o meio rural. As limitações deste critério se revelam nos países em que as ocupações não agrícolas ganham relevância no meio rural.

A terceira forma de delimitar o meio rural ocorre em muitos países onde são rurais as localidades abaixo de certo patamar populacional, sendo de dez mil habitantes, estabelecidos na Grécia, Portugal e Itália; dois mil habitantes na França; e entre mil a dois mil e quinhentos nos países latinoamericanos como Argentina, Bolívia, México, Venezuela, Honduras, Nicarágua e Panamá. Segundo o autor, as limitações se dão ao refletir mais as “tradições histórico-institucionais que a situações geográficas (...); ao comprometer a comparabilidade internacional sobre as informações do meio rural (...); e ao não permitir uma abordagem regional da ruralidade” (ABRAMOVAY, 2000, p. 5).

Segundo Veiga, no Brasil, o critério administrativo que delimita as áreas rurais pode estar escondendo e subestimando um enorme contingente populacional e territorial em muitos municípios pouco habitados e tidos por urbanos, mas que se configuram por uma extrema dependência e proximidade das atividades desenvolvidas no campo, além de distantes das regiões consolidadamente urbanizadas. De acordo com o autor, o critério utilizado no

Brasil é único em todo o mundo, pois “considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características” (VEIGA, 2003, p. 31).

Dessa maneira, há inúmeros municípios pequenos, de baixa densidade populacional, caracteristicamente rurais ou menos antropizados, distantes de regiões metropolitanas ou de centros regionais urbanizados, classificados todos como urbanos em sua sede, o que configura para Veiga as “cidades imaginárias”.

De um total de 5.507 sedes de município existentes em 2000, havia 1.176 com menos de 2 mil habitantes, 3.887 com menos de 10 mil, e 4.642 com menos de 20 mil, todas com estatuto legal de cidade idêntico ao que é atribuído aos inconfundíveis núcleos que formam as regiões metropolitanas, ou que constituem evidentes centros urbanos regionais. E todas as pessoas que residem em sedes, inclusive em ínfimas sedes distritais, são oficialmente contadas como urbanas, alimentando esse disparate segundo o qual o grau de urbanização do Brasil teria atingido 81,2% em 2000 (VEIGA, 2003, p. 32).

Para o autor, uma boa maneira de classificar os municípios seria abordar de forma conjunta os critérios de população, densidade demográfica e localização. Todavia, no censo mais recente do IBGE (2010), o critério utilizado continuou sendo o mesmo, e a população brasileira, totalizada em 190.732.694, é agora 84,3% urbana e 15,7% rural. Essa forma de classificação esconde muitas singularidades nas diversas regiões brasileiras, as quais evoluíram historicamente, em maior ou menor grau, sempre em conjunto com o meio rural, além de reforçar a ideia de haver um esvaziamento e declínio do campo.

Apesar de a população ocupada em atividades agrícolas vir diminuindo, em termos relativos e absolutos, no Brasil e no mundo, não se pode esquecer da herança agrária das sociedades contemporâneas, especialmente no Brasil, na qual os ciclos econômicos provenientes do mundo rural ocupam lugar de destaque em sua história. Neste sentido,

a complexidade do nosso território rural precede, portanto, a das cidades, no início da ocupação. Os “complexos rurais” que se formariam ao longo dos ciclos exportadores continham em seu interior atividades agrícolas e manufatureiras, produção de alimentos para a reprodução da mão-de-obra escrava, criação

de animais, oficinas, artesanato e atividades de beneficiamento (KAGEYAMA, 2008, p. 86).

E, não obstante a importância secular da ruralidade há ainda uma renovação no interesse político, acadêmico e entre os movimentos sociais pela ruralidade e pelo desenvolvimento rural e territorial no Brasil. Essa ressurgência da ruralidade na agenda de debates é, certamente, consequência da importância que essa temática encerra no atual contexto de crises de proporções planetárias – ambiental/climática, econômico-financeira, alimentar, social e política – sendo inclusive, apontada como alternativa promissora na superação de tais problemas. Nessa mesma perspectiva, Wanderley (2001, p. 31) menciona que “a sociedade brasileira parece ter hoje um olhar novo sobre o meio rural” e frisa que:

esta percepção positiva crescente, real ou imaginária, encontra no meio rural alternativas para o problema do emprego (reivindicação pela terra, inclusive dos que dela haviam sido expulsos), para a melhoria da qualidade de vida, através de contatos mais diretos e intensos com a natureza, de forma intermitente (turismo rural) ou permanente (residência rural) e através do aprofundamento de relações sociais mais pessoais, tidas como predominantes entre os habitantes do campo (WANDERLEY, 2001, p. 31).

Por isso, a prática de várias atividades não agrícolas pelas populações rurais, somada à aplicação de formas mais ecológicas e camponesas de se fazer agricultura, aliadas ainda à capacidade do meio rural em exercer outras inúmeras funções para além da produção agropecuária – lazer, serviços ambientais e de equilíbrio climático, hidrológico e ecológico, turismo, preservação e reprodução das tradições culturais e arquitetônicas, entre outros – criam caminhos mais condizentes e justos para o processo de melhorias qualitativas em diversos âmbitos nesses territórios. Ademais, de acordo com Kageyama (2008, p. 20),

hoje, no meio rural de praticamente todos os países, há uma grande diversidade de ocupações, serviços e atividades produtivas, novas funções não exclusivamente produtivas (residência, paisagem, esportes e lazer), maior interação com o entorno urbano e uma revalorização do rural (pelo turismo, artesanato, etc.) que pode inverter o movimento de uma fração da população em direção às áreas rurais.

Dessa forma, no próximo item, será analisado um pouco da complexidade que permeia as noções sobre o desenvolvimento, um conceito ideologicamente difundido como a garantia do bem estar a todas as sociedades que o alcançassem, porém representativo da desagregação e da ruptura, sob várias dimensões, para muitos povos.

2.2 Desenvolvimento *versus* Crescimento *versus* Envolvimento

Tratar do processo de desenvolvimento rural exige uma contextualização acerca das ideias que permeiam os debates sobre a própria noção de desenvolvimento e suas nuances. A acepção moderna do termo, difundida intensamente no século passado como a garantia de ingresso dos povos na era do bem estar, está associada a uma ordem civilizatória europeia que conduziria todas as sociedades atrasadas e selvagens do mundo ao progresso urbano-industrial. Isto se deve ao processo modernizador experimentado pelas sociedades, em especial no ocidente do globo terrestre e no centro do sistema capitalista, desde o pós-Revolução Industrial, caracterizado pela intensa urbanização e industrialização, além das inovações técnico-científicas na produção industrial e agrícola.

De acordo com Celso Furtado (2000), a noção de desenvolvimento possui três dimensões de entendimento. A primeira seria o aumento da eficácia do sistema social de produção, devido especialmente ao progresso das técnicas e da acumulação, que tornaria este sistema mais eficaz no sentido de maior produtividade da força de trabalho total. A segunda dimensão está relacionada com o grau de satisfação das necessidades básicas da população, incluindo critérios objetivos e de primeira grandeza, como alimentação, habitação e vestuário e outros critérios mais subjetivos, relacionados aos valores culturais. Por fim, a ideia de desenvolvimento relaciona-se com a busca de objetivos dos grupos dominantes da sociedade envolvendo a utilização de recursos escassos.

Para Bursztyn (1995) o processo de assimilação do crescimento econômico como parâmetro de desenvolvimento decorre de um paradigma teórico oriundo da economia industrial que tem na razão utilitária o comando

das ações, além de subestimar os limites da natureza e aprofundar a oposição entre o *ter* e o *ser*. O autor afirma que qualquer necessidade humana é consumidora de natureza e como “utilitarista de berço, a Revolução Industrial padece da deformação congênita do mau desenvolvimento. Quanto maior o crescimento, pior; ou melhor, quanto mais intenso, maior o consumo de natureza” (p. 98).

Furtado (2000) assinala que a aceleração da acumulação conhecida como Revolução Industrial é o ponto de partida no processo histórico de formação do sistema econômico mundial e que este, por sua vez, tem duas faces. Uma está ligada à transformação dos modos de produção com a destruição total ou parcial das formas familiar, artesanal e senhorial, além do progressivo avanço da apropriação privada da força de trabalho e dos recursos naturais. A segunda face é refletida pelo dinamismo nas atividades comerciais, principalmente a divisão do trabalho e a conseqüente especialização produtiva nas regiões onde a acumulação foi incrementada.

A formação do sistema econômico mundial apoiou-se, assim, tanto no processo de transformação das estruturas sociais como no processo de modernização do estilo de vida. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, como expressão de estruturas sociais, viriam a ser as resultantes da prevalência de um ou outro desses dois processos. Cabe, portanto, considerar o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como situações históricas distintas, mas derivadas de um mesmo impulso inicial e tendendo a reforçar-se mutuamente (FURTADO, 2000, p. 27).

O processo de industrialização do final do século XIX fez surgir o conceito de sistema econômico nacional, e como este era decorrente de um aparato protecionista da nação, a ideia de desenvolvimento ligou-se aos interesses nacionais. Conforme o Estado se afirmava como propulsor e orientador das atividades econômicas e definia o interesse nacional, a acepção de desenvolvimento foi englobando o enfoque globalizador de tais processos econômicos. Assim, os conceitos e pautas mais difundidos – produto ou renda *per capita*, produtividade dos fatores de produção, etc. – logo assumiram a dianteira nos debates sobre desenvolvimento, e passariam a ser seus indicadores universais, e nenhuma referência seria feita à distribuição de renda, às injustiças sociais e ao perfil da acumulação (FURTADO, 2000).

Dessa forma, a noção de desenvolvimento, que se enraíza na ideia de progresso e no Iluminismo, “onde a história é vista como uma marcha progressiva para o racional e para a harmonia social” (WEHRMANN e DUARTE, 2002, p. 1), confunde-se com as questões econômicas, elucidadas de forma simplista por indicadores quantitativos de produto e de renda. Assim, o crescimento econômico fez-se sinônimo de desenvolvimento, deixando de maneira implícita uma relação direta com a melhoria das condições de vida de toda a população. Todavia, não foi este o resultado do crescimento desigual e injusto, visto que:

a noção de que o desenvolvimento é um processo do qual resulta um crescimento da renda real, do conhecimento e de tecnologia, beneficiando a todas as camadas da população e a todos os países de forma igualitária tem sido refutada a partir das experiências históricas, especialmente dos países do Terceiro Mundo. Observa-se que, além de não linear e não distributiva, a lógica do desenvolvimento, sinônimo de progresso e crescimento econômico, tem tido como uma das principais conseqüências os impactos degradantes ao meio ambiente (WEHRMANN e DUARTE, 2002, p. 2).

Para Furtado, “a idéia de desenvolvimento econômico é um simples mito” (1974, p. 75) por conta da impossibilidade de os *povos pobres* poderem desfrutar das mesmas formas de vida dos *povos ricos*. Nesse sentido, o mito é um dos pilares da doutrina que objetiva dar cobertura à dominação dos povos dos países periféricos dentro da macroestrutura planetária do sistema capitalista. Ainda a respeito do mito, o autor destaca que a hipótese de generalizar as formas de consumo dos países centrais para todo o conjunto do sistema capitalista não tem cabimento diante das possibilidades evolutivas desse sistema.

O custo, em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida, é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana (FURTADO, 1974, p. 75).

Vale dizer também que há muita influência e preponderância dos preceitos da teoria econômica neoclássica nesse processo de expansão capitalista. A escola neoclássica reduz todo o sistema econômico a um simples processo mecânico circular e auto-sustentado, excluindo o contexto ambiental,

e “funcionando como um movimento em espiral ascendente entre produção e consumo, lubrificado permanentemente pelo dinheiro” (DAYRELL, 1998 apud D’ANGELIS FILHO, 2005, p. 22). Essa corrente analítica ignora as relações bilaterais permanentes entre o processo econômico e a natureza, além de se basear nos índices quantitativos de produto como indicador do desenvolvimento.

A partir dos anos 90, outras abordagens do desenvolvimento têm buscado superar a visão dominante, reduzida e centrada ideológica e limitadamente no aspecto econômico da produção de renda, que ainda guia estudos, políticas e disciplinas por todo o planeta. Neste sentido, Amartya Sen, um economista hindu de renome internacional, trabalha com outras perspectivas de desenvolvimento, especialmente relacionadas aos *fins* que devem resultar desse processo, e não aos *meios* utilizados para alcançá-lo. Assim, em seu enfoque, o crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), ou das rendas individuais, é importante meio para a expansão das liberdades dos membros das sociedades, a finalidade do desenvolvimento.

Uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relativas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele (SEN, 2000, p. 28).

A análise de Sen ressalta a importância da liberdade e das capacidades dos indivíduos em usufruir das riquezas produzidas e em levar o estilo de vida que eles valorizam. Deslocando as prioridades e os objetivos do desenvolvimento do eixo econômico para questões humanas de ordem qualitativa, a liberdade passa a ser o principal fim do desenvolvimento.

O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo (SEN, 2000, p. 29).

Ignacy Sachs (2000) propõe um modelo de desenvolvimento a partir de dentro para os *países menos desenvolvidos* , baseado na inclusão das

populações historicamente marginalizadas. Essa proposta significaria o oposto do atual padrão de crescimento excludente (do mercado de consumo) e concentrador (de renda e riqueza). A garantia do exercício dos direitos civis, cívicos e políticos dos cidadãos é uma busca do desenvolvimento incluyente, e a geração de empregos deve ser preferida às políticas assistencialistas, proporcionando dignidade às pessoas. Isto levaria à erradicação da pobreza, definida como uma meta neste modelo de desenvolvimento.

Tais formulações surgem a partir da constatação de que o desenvolvimento econômico não é igualitário, generalizado e, tampouco, neutro em termos ambientais, mas ao contrário, excludente, concentrador e gerador de desequilíbrios ecológicos enormes. Com isso, passou-se a procurar modelos para outras vias ou tipos de desenvolvimento, e surgem daí as preocupações com o bem-estar humano e com a sustentabilidade ambiental, bem como a necessidade de incorporá-los nesses debates.

Neste contexto, foram formulados os indicadores de desenvolvimento humano, em especial o índice de desenvolvimento humano - IDH, que buscou englobar aspectos qualitativos da vida humana no âmbito da educação, saúde e renda. No entanto, diversos estudos mostram as limitações deste indicador (em especial ver BELLENTANI, 2010), sobretudo por conta do reducionismo com que o conceito de desenvolvimento é abordado no cálculo deste índice.

Antes do IDH, surgiram expressões e conceitos relacionados às preocupações de cunho ambiental representados pelo ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável. Esses conceitos vieram no bojo do movimento ambientalista mundial, que por sua vez, ganhou corpo com as diversas catástrofes ambientais ocasionadas pelo sistema produtivo industrial-capitalista em todo o planeta, nas décadas de 1950, 60 e 70. De acordo com Wehrmann e Duarte (2002, p. 14), o conceito de ecodesenvolvimento foi utilizado por Maurice Strong “para ressaltar a relação entre meio ambiente e desenvolvimento das zonas rurais nos países em desenvolvimento”.

Desenvolvimento sustentável apareceu em 1980, no documento da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), e aos poucos foi substituindo o conceito de ecodesenvolvimento. “Contudo, é em 1987 que ele

se populariza com o Relatório Brundtland (Nosso Futuro Comum), resultado do trabalho da Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (UNCED)” (NADALETO, 2008, p. 36). Desenvolvimento sustentável foi tido como o desenvolvimento “que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades”.

Este conceito ganhou notoriedade e passou a ser vastamente utilizado após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio ou Eco-92. Nela, seu uso foi difundido, embora seu significado fosse dado de acordo com os interesses dos atores que o professavam, independentemente de quão (in)sustentável eram as atividades empreendidas. Como um conceito amplo e impreciso, ele é questionado enquanto se faz hegemônico o sistema capitalista mundial, “pois o desenvolvimento sustentável está atrelado, hoje, a um desenvolvimento capitalista sustentável e à sua lógica de mercado” (NADALETO, 2008, p. 37). De acordo com d’Angelis Filho,

enquanto a crise dos anos 80 desnudava a ilusão do desenvolvimento como saída para todos, a idéia do desenvolvimento sustentável veio dar fôlego novo à ideologia do desenvolvimento que entrava em fenecimento. A dívida externa e a crise ambiental se movem para o centro do debate mundial, colocando em risco o sistema de suprimento dos países do Norte. O desejo de que o desenvolvimento fosse sustentável e humano, propagado desde os países cênicos, passou a ser a justificativa dos países do Norte e do Sul para ações humanitárias, perpetuando um sistema que mantém e aprofunda a exclusão, ao mesmo tempo em que pretende eliminá-la (2005, p. 32).

Adjetivar algo como sustentável tornou-se trivial, sobretudo no início do século XXI, servindo desde às indústrias mais consumidoras e perturbadoras da natureza – petroquímicas, mineradoras, automobilísticas e grandes agroindústrias – até aos programas e políticas de governos em diversas áreas. De acordo com Melo (2006, p. 19), “é imperioso destacar que o significado dado ao desenvolvimento sustentável, em grande parte, carrega uma

conotação “desenvolvimentista”² e, portanto, insuficiente para tratar a complexidade acerca da degradação ambiental”.

No que tange à agricultura, em especial, o conceito sustentável foi incorporado e está sendo utilizado, no bojo da Rio-92, para os mais variados fins. Isso reflete novamente, a imprecisão com que foi definido e a disputa político-ideológica que gravita em torno dele. Há que se observar a apropriação deste termo pelos atores que protagonizaram as mudanças na agricultura mundial rumo à excessiva especialização, quimiquização e motomecanização, na busca de validar, ideologicamente, suas práticas insustentáveis. Esse estilo de agricultura baseado em monoculturas mercantis, tida por moderna ou convencional, é a antítese do sustentável visto que hipoteca as possibilidades de produção no futuro em função de altos rendimentos de geralmente um só produto, no presente.

No entanto, uma nova corrente técnico-científica tem se contraposto ao modelo de agricultura convencional e está ganhando vulto no campo da agronomia. Isto porque o corolário do processo modernizador que atuou na agricultura foi demasiadamente perverso ao romper com os sistemas tradicionais de organização da produção e da vida comunitária dos camponeses. Assim, a agricultura sustentável materializa-se, contemporaneamente, quando é tida como sinônimo de Agroecologia, a qual se baseia em preceitos de sustentabilidade, e é legitimada por meio de diversos indicadores que atestam sua viabilidade social, econômica, ambiental, cultural e política.

Além disso, de acordo com a discussão de d'Angelis Filho,

a crise do ideário do desenvolvimento como único caminho estabelecido no crepúsculo do século vinte (...) tem atraído novas abordagens para a agricultura e a ruralidade. A própria história do campesinato latino-americano tem sido revisitada, bem como o seu papel na construção de alternativas ao desenvolvimento ou de projetos contra-hegemônicos. Os estudos sobre o campesinato têm sido retomados, desde uma perspectiva crítica, pela historiografia, pela geografia e pelas ciências sociais (2005, p. 40).

² Este caráter desenvolvimentista provém do termo desenvolvimentismo, o qual segundo Melo (2006, p. 93) “refere-se à uma visão de mundo estritamente economicista, que se baseia primordialmente em dados técnicos para a promoção do crescimento econômico”.

Outro questionamento crítico pertinente é suscitado pela etimologia do termo *desenvolvimento*. Na acepção que reforça o desmembramento do termo no prefixo *des*, e no substantivo masculino *envolvimento*, percebe-se com maior nitidez seu significado de negação, contrariedade e separação. O não envolvimento é, assim, uma das interpretações, sugerida pelo vocábulo desenvolvimento, mesmo que seu uso geral, intencionalmente, não tenha sido associado a qualquer negação. Pelo contrário, ao ganhar relevo com a teoria da modernização e incorporar-se ao vocabulário popular, foi ideologicamente utilizado como sinônimo de algo benéfico para todos.

Viana (1999) traz uma reflexão interessante baseada em crítica ao desenvolvimento, feita por um caiçara de Paraty-RJ, em função da construção da estrada Rio-Santos nos anos 70. Para este habitante tradicional daquela localidade, a obra marcou o início do *des-envolvimento*, numa antítese à vida *envolvida* que mantinha com a natureza e com a comunidade. Sua rotina diária de muito trabalho – pescar, cuidar da roça, coletar plantas medicinais, preparar ferramentas e instrumentos, fazer farinha, realizar atividades culturais, etc. – fora radicalmente modificada pela chegada dos turistas, encantados com a beleza do local. Assim,

o caiçara (...) não resistiu à tentação e trocou seus terrenos por um "monte de dinheiro". Depois de alguns anos na cidade, o dinheiro se mostrou pouco e fugaz, e chegou a dor da fome, a tristeza da pobreza, a angústia da prostituição e marginalização dos filhos, e a saudade da terra natal. Chegou também o conhecimento sobre o que era *des-envolver* (VIANA, 1999, p. 242).

Assim, o autor, argumentando numa linha de raciocínio que se contrapõe às correntes hegemônicas, ainda ressalta que:

des-envolver para as populações tradicionais - não apenas a caiçara - significa perder o *envolvimento* econômico, cultural, social e ecológico com os ecossistemas e seus recursos naturais. Junto com o *envolvimento*, perde-se a dignidade e a perspectiva de construção da cidadania. Perde-se ainda o saber e com ele o conhecimento dos sistemas tradicionais de manejo que, ao contrário do que normalmente se pensa, podem conservar os ecossistemas naturais de forma mais efetiva do que os sistemas técnicos convencionais (VIANA, 1999, p. 242).

Esta linha de aceção do termo não consta nas análises sobre o desenvolvimento rural feitas pela quase totalidade dos autores, que continuam a usar um conceito de negação para interpretar as mudanças ocorridas no meio rural e deixam de nomear com o sentido real o processo em questão. Por isso, faz-se necessário ressaltar que o uso do termo *desenvolvimento* nos próximos itens estará, conforme o sentido dado pelos autores, ou pelo contexto, com uma conotação positiva. Porém, quando for imprescindível, será frisado pela separação por hífen, *des-envolvimento*, para que seja interpretado em seu sentido de negação.

Por fim, a proposição teórica aqui defendida para caracterizar as mudanças positivas no rural está no sentido positivo também, o envolvimento rural. Este termo compreende em si mesmo toda a dinâmica, as estratégias e a diversidade da ruralidade onde a agricultura familiar assume o protagonismo, conforme será observado mais adiante.

2.3 Desenvolvimento Rural: novas abordagens sob velhas roupagens

Mais especificamente sobre o meio rural, as análises e debates em torno do desenvolvimento também estiveram atreladas à noção de crescimento, fruto das teorias modernizadoras da agricultura. Porém, assim como no plano macro não houve avanços significativos, quando as formulações basearam-se apenas no crescimento econômico, no âmbito das ruralidades, não se confirmaram as formulações segundo as quais o desenvolvimento seria atingido com aumentos de produtividade, da eficácia técnica e ganhos de escala na agricultura por conta da modernização tecnológica, visão essa dominante nos estudos nas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial.

Embora tenha sido “formulado nesse período quase um consenso teórico de que o desenvolvimento das ruralidades seria um efeito diante da incorporação das novas tecnologias produtivas agrícolas” (NAVARRO, 2001), a modernização das bases técnicas de produção agrícola não foi suficiente para abarcar um processo amplo de melhorias no meio rural como um todo. Neste sentido, os debates sobre o desenvolvimento ressurgem num segundo momento, nos anos 1990, contrariamente ao momento anterior,

“caracterizando-se muito mais (...) por uma percepção acerca da aparente *impossibilidade do desenvolvimento*” (NAVARRO, 2001; grifos do autor).

A constatação das limitações em se priorizar apenas o âmbito econômico e de produção agropecuária no processo de desenvolvimento das ruralidades, o chamado desenvolvimento agrícola, gerou uma nova percepção e agenda de pesquisas sobre o meio rural, incorporando dimensões e análises mais abrangentes, o que permitiu, por sua vez, outras interpretações e formulações teóricas para compreender o dinamismo vivenciado no campo. Conterato (2008, p. 42) salienta que:

a clássica resposta do aumento de escala de produção não parece ser efetiva e possui cada vez menos capacidade de sustentar o argumento de que o desenvolvimento rural viria pelo aumento da renda agrícola e, conseqüentemente, condicionaria a melhoria das condições de vida dos agricultores. O enfrentamento do ambiente hostil criado pelo aprofundamento da liberalização e globalização do mercado mundial de produtos agropecuários tem sido cada vez mais um importante aliado na constatação de que o desenvolvimento agrícola não necessariamente leva ao desenvolvimento rural.

Nesse contexto, foi importante a retomada e a renovação dos estudos sobre a agricultura familiar e o campesinato, especialmente, mas não só, na Europa como também no Brasil. A emergência dessas discussões e o reconhecimento da agricultura familiar em suas diversas formas como um fator dinamizador do meio rural e das regiões onde se manifesta, trouxe novos elementos analíticos e conceituais ao processo de desenvolvimento rural. Ploeg et al. (2000), citados por Kageyama (2008), frisam que:

o paradigma da modernização da agricultura, que dominou a teoria, as práticas e as políticas, como a principal ferramenta para elevar a renda e levar o desenvolvimento às comunidades rurais, vem sendo substituído, notadamente na Europa, por um novo paradigma, o do *desenvolvimento rural*, buscando um novo modelo para o setor agrícola, com novos objetivos, como a produção de bens públicos (paisagem), sinergias com os ecossistemas locais, a maior valorização das economias de escopo em relação às economias de escala, e a pluriatividade das famílias rurais (p. 59).

De fato, as mudanças do meio rural e da agricultura passaram a ser captadas e interpretadas sob um ângulo mais condizente com sua realidade, contribuindo para dissipar a obscuridade criada em torno dos modos mais

camponeses de fazer agricultura. Além disso, o fortalecimento e a legitimação sociopolítica de variadas formas sociais sob a denominação de agricultura familiar também dinamizou as pesquisas e as políticas, refletindo a afirmação dessas formas familiares de produção bem como sua importância socioeconômica em todo o Brasil.

A noção de sustentabilidade e sua base, no mínimo, tridimensional – ecologicamente equilibrado, socialmente justo e economicamente viável – incorporou-se crescentemente ao campo e aos sistemas agrícolas, principalmente por meio da aplicação de ferramentas ecológicas de produção, de manutenção e convivência harmônica com os ecossistemas naturais. Essas abordagens também ganharam espaço dentro do arcabouço do desenvolvimento rural, passando a permear ainda mais os debates com os novos conceitos, desenvolvimento rural sustentável e agricultura sustentável.

Da mesma forma, emerge também o debate sobre o papel da pluriatividade e da multifuncionalidade. Novos pontos de vista são aprofundados no olhar sobre as atividades desempenhadas pelos agricultores e seus familiares que não estão ligadas apenas à agricultura. Ademais, percebeu-se que existem inúmeras outras funções públicas exercidas pelos espaços rurais, por muito tempo esquecidas, ou forçosamente escondidas nas análises, que vão além da produção agrícola, como a segurança alimentar, a reprodução da tradição cultural, a manutenção da paisagem e de serviços ambientais enfim, a multifuncionalidade. Para Maria José Carneiro,

ambas as noções advêm de uma reflexão (política) sobre a atuação pública no meio rural, que antecede a produção do conhecimento sobre o tema. São termos que não qualificam um processo ou um fenômeno específico, mas, ao contrário, englobam fenômenos sociais e econômicos distintos. Como já observamos em outro lugar, o termo pluriatividade só toma sentido na atualidade como consequência da política de modernização agrícola que criou o agricultor profissional – aquele que vive exclusivamente da agricultura (Carneiro, 1996). O mesmo se aplica à noção de multifuncionalidade que tenta resgatar a importância do conjunto de contribuições da agricultura (ou do agricultor?) para a dinâmica econômico-social dos territórios. Contribuições essas que, aliás, já faziam parte da prática camponesa e que foram inibidas pelo modelo produtivista (CARNEIRO, 2002, p. 234).

A pluriatividade ganha importância no novo paradigma de desenvolvimento rural pelo reconhecimento de que ela é uma ferramenta estratégica do processo de fortalecimento socioeconômico da família agricultora. Além disso, é um indicativo do dinamismo territorial na medida em que demonstra a interação das atividades agrícolas e não agrícolas, e o contexto espacial onde se localizam, ao passo que “esta interação (...) tende a ser mais intensa quanto mais complexas e diversificadas forem as relações entre os agricultores e o ambiente social e econômico em que estiverem situadas” (SCHNEIDER et al., 2009, p. 141).

Fica claro, portanto, o caráter multidimensional ao qual está submetida a abordagem do desenvolvimento rural, ao incorporar, além das dimensões econômica e social, as questões de cunho ambiental, cultural e territorial. Essa amplitude dimensional faz parte do recorte analítico que critica o entendimento da agricultura como um mero setor econômico, e do rural como sinônimo de agrícola, promovendo e reconhecendo, assim, a multifuncionalidade dos espaços rurais. Neste caminho teórico, Carneiro (2002, p. 237; grifos da autora) faz uma crítica interessante:

Se aceitarmos que a agricultura é apenas uma das atividades exercidas pelos membros das famílias rurais e se estamos de acordo que o foco da análise multifuncional deve se orientar para a unidade doméstica e suas formas de inserção no território, com ênfase nas suas práticas (“funções”) não diretamente produtivas, torna-se difícil compreender porque devemos continuar a falar da multifuncionalidade da agricultura. Parece-nos mais adequado, dentro dessa lógica, reorientarmos o debate para a **multifuncionalidade do território**, incluindo assim as diferentes categorias sociais que são engendradas pelas novas dinâmicas econômicas e sociais das ruralidades contemporâneas.

O foco no território tem se destacado em diversas abordagens do processo de desenvolvimento rural, em especial pelo fato de que a dinâmica regional onde os espaços rurais se inserem interfere e é interferida de diversas formas nos e pelos processos locais e globais. Esse olhar territorial tem como efeito a superação da dicotomia entre rural e urbano já que o enfoque é estudar os espaços rurais sem separá-los das áreas não rurais, superando também o recorte setorial da agricultura. Para Cazella e outros (2009, p. 37),

o espaço-território se diferencia do espaço-lugar pela sua “construção” a partir do dinamismo dos indivíduos que nele vivem. A noção de território designa, aqui, o resultado da confrontação dos espaços individuais dos atores nas suas dimensões econômicas, socioculturais e ambientais. (...) Os estudos mais recentes sobre esse assunto indicam por um lado, que a formação de um território resulta do encontro e da mobilização dos atores que integram um dado espaço geográfico e que procuram identificar e resolver problemas comuns. Por outro, demonstram que um “território dado”, cuja delimitação é político-administrativa, pode abrigar vários “territórios construídos”.

Abramovay (2000, p. 22) ressalta o crescente interesse dos cientistas sociais pela dimensão territorial do desenvolvimento a partir dos anos 90, e salienta a preocupação da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) com os territórios ao criar uma “divisão de desenvolvimento territorial”. O primeiro trabalho desta comissão foi delimitar as fronteiras entre rural e urbano e elaborar indicadores que permitissem a compreensão das disparidades entre situações territoriais distintas (OCDE, 1994 apud ABRAMOVAY, 2000).

Uma das evidências surpreendentes deste trabalho de delimitação e construção de indicadores é a de que muitas regiões essencialmente rurais, de vários países, geram mais empregos que as essencialmente urbanas. Outra evidência é que são as regiões relativamente rurais que mais criam empregos, levando a OECD a assumir que ruralidade não é mais sinônimo de atraso (VEIGA, 1997 apud MIOR, 2005, p. 39).

Os territórios são valorizados no enfoque do desenvolvimento rural pelo sinergismo e interação dinâmica entre os diversos atores e setores envolvidos na produção, assistência, infraestrutura, normatização, transformação, transporte, consumo, reprodução, etc., assentados sobre dado território, local ou regional, e não somente relacionados à agricultura e/ou produtos agrícolas. Para Kageyama, o desenvolvimento rural tem como especificidade sua referência a uma base territorial e “ao mesmo tempo, as áreas rurais desempenham diferentes funções no processo geral de desenvolvimento e, ao longo desse processo, essas funções se modificam” (2008, p. 67).

O território é uma unidade ativa de desenvolvimento que dispõe de recursos específicos e não transferíveis de uma região para outra. Trata-se de recursos materiais ou não, a

exemplo de um saber-fazer original, em geral, ligado à história local. A consequência disso é que não se pode valorizar esse tipo de recurso noutra lugar. O território não é, portanto, só uma realidade geográfica ou física, mas uma realidade humana, social, cultural e histórica (CAZELLA et al., 2009, p. 39).

Os mesmos autores citam, ainda, que o desenvolvimento territorial é decorrente de “um inventário dos recursos locais” e que, dessa maneira, “não se instala uma dinâmica de desenvolvimento territorial sem a criação ou o reforço de redes e de formas de cooperação” (CAZELLA et al., 2009, p. 39). Mior (2005) menciona a noção de redes como uma nova abordagem do desenvolvimento que procura superar os termos dicotômicos discutidos no decorrer dos anos 90, e que tem sido usada pelos pesquisadores para enfatizar as relações sociais entre os agentes locais e não locais como mais importante do que pertencer ou não a um determinado território.

Em sua análise das diversas abordagens teóricas sobre o desenvolvimento rural, Mior (2005) identifica, nas últimas duas décadas, quatro eixos principais de estudo sobre este tema. A primeira abordagem baseia-se nas teorias da globalização da economia e do sistema alimentar, e como contraponto, as que enfatizam a diversidade da agricultura e suas especificidades.

A abordagem da globalização está essencialmente baseada na pressuposição de que a agricultura teria perdido seu dinamismo econômico, ideológico e político e que a estrutura agrícola não é mais a força econômica que formata o sistema alimentar e a sociedade rural. (...) Nesta perspectiva, vários estudos buscam mostrar como as estruturas dos sistemas agroalimentares fora da agricultura formatam a produção agrícola, assim como parte significativa dos componentes da cadeia de produção alimentar (MIOR, 2005, p. 28).

Contudo, há diversos estudiosos que questionam o alcance e o poder das forças externas atuando no meio rural, defendendo que as mudanças no mundo rural devem ser analisadas a partir dos atores sociais envolvidos, da diversidade de estratégias praticadas em diversas escalas de tempo e espaço por inúmeros modos de se fazer agricultura, além disso, assinalam a importância de se levar em conta aspectos microeconômicos nas análises

desses processos, e não apenas os macroeconômicos. No sentido de valorização da diversidade, Norder faz a seguinte consideração:

a diversidade na agricultura e nos processos de desenvolvimento rural já foi pensada como produto do atraso, como um resquício do passado, da força retrógrada de segmentos sociais condenados ao desaparecimento; ou ainda, como consequência da incapacidade de inserção de parte da população na supostamente inevitável modernização. Essa interpretação, amplamente veiculada em meados do século XX (...), tem cedido cada vez mais espaço para abordagens que associam a diversidade à ação deliberada e sistemática de diferenciados grupos populacionais que refutam os limites, as contradições e as relações sociais de dependência que caracterizam a produção em grande escala e que, diante disso, estabelecem processos de produção que se afastam eficientemente da produção em grande escala. Com isso, os camponeses promovem uma importante intensificação da produção e viabilizam determinados modos de vida que exercem menor pressão sobre os recursos naturais (NORDER, 2009, p. 284).

O segundo grupo de formulações destacado por Mior propõe teorias que destacam os espaços, essencialmente as regiões e as localidades, para compreender o processo de desenvolvimento. Esse conceito de localidades não se refere apenas a lugares ou comunidades. “Seriam uma soma de energia social resultante da aglomeração individual, grupos e dos interesses sociais no espaço. Localidades não seriam passivas ou residuais, mas, em diversas formas e graus, centros de consciência coletiva” (COOKE et al., 1989 apud MIOR, 2005, p. 34). As diferenciações espaciais ocorridas seriam, nesta abordagem, a chave para compreender as mudanças sociais promovidas em certas regiões.

No entanto, Mior menciona que diversos autores têm trabalhado a ideia de que é necessário encontrar uma posição teórica mais equilibrada, um caminho intermediário entre a visão da globalização e da localização. O autor cita os argumentos de Buttel (1994) e também de Marsden et al. (1993), no sentido da “necessidade de conceitos intermediários para fechar o hiato entre as análises teóricas e empíricas, e entre as tendências globais e mudanças locais” (MIOR, 2005, p. 35), pois a literatura, em grande parte, tem promovido uma contraposição entre os espaços local e global como se eles fossem totalmente desconectados e independentes.

A terceira linha de teorias acerca do desenvolvimento rural discute o modelo exógeno e a emergência da abordagem endógena nas áreas rurais. Neste debate surge a problematização em torno dos territórios e do papel fundamental da ruralidade e dos atores locais no processo dinamizador dos recursos endógenos, agrícolas e não agrícolas.

Segundo Lowe et al., (1995), o modelo de desenvolvimento exógeno apostava na possibilidade do desenvolvimento rural articulado com processos de urbanização e industrialização. Isto é, enquanto o meio urbano seria o espaço por excelência das atividades econômicas dinâmicas, industriais e de serviços, ao meio rural cabia contribuir para a concretização do modelo, oferecendo alimentos e outros produtos primários. Neste processo o pólo dinâmico seriam as cidades, especialmente as que se transformariam em pólos regionais, deixando as áreas rurais restritas ao recorte setorial da agricultura (MIOR, 2005, p. 38).

Merecem destaque, na análise que Mior faz desse grupo de formulações, autores como Abramovay (1999), Veiga (1997), Lowe et al. (1995, 1998) e Saraceno (1994). Esta última autora destaca-se por propor uma análise conjunta das áreas rurais e não rurais, mostrando que devido à grande integração entre rural e urbano, há a necessidade de se usar conceitos mais abrangentes que dêem conta de ambos. Ademais, é forçoso considerar que as áreas rurais e as economias locais não estão se reproduzindo de maneira isolada, mas sim formando uma economia integrada. Segundo Mior, “a principal contribuição de Saraceno foi trazer para o centro da investigação a análise territorial do desenvolvimento rural” (2005, p. 41).

O autor ressalta ainda que essas teorias de desenvolvimento local aproximam-se bastante das políticas públicas e projetos de desenvolvimento rural, sendo que o modelo exógeno, ou de desenvolvimento agrícola, considera as instituições locais como simples executoras das ações. Já pela abordagem endógena, ou de desenvolvimento rural, organizações e instituições locais assumem papel de destaque no desenrolar desses projetos e políticas. Contudo, ele salienta os riscos ao idealizar o local como único possuidor de aspectos desejáveis para o desenvolvimento rural.

As abordagens endógenas passam assim a ver o espaço local como o portador do bom e, portanto, do desejável, tanto em termos de conhecimento como de experiências e motivações

para a ação, visando o desenvolvimento rural, levando à impressão da inexistência de conflitos e/ou interesses contraditórios neste espaço. Esta idealização do local como portador de um conhecimento puro é contestada por Guivant (1997), que aponta a necessidade de considerar a heterogeneidade de conhecimentos presentes no local como base para a construção de uma agricultura mais sustentável (MIOR, 2005, p. 42).

Por fim, o quarto grupo de formulações focaliza a agricultura e suas relações com outros setores econômicos, tendo como norteadores as noções de cadeia produtiva, *cluster* e distrito industrial. Segundo o autor, Kageyama e outros (1987) propuseram que a agricultura passou a integrar o 'complexo agroindustrial' ao se especializar e intensificar suas relações técnico-produtivas e comerciais com os setores a montante – de insumos, e a jusante – processadores e transformadores de seus produtos. A origem deste termo estaria no conceito de *agribusiness*, formulado nos Estados Unidos e que por aqui foi e é, equivocadamente, utilizado como 'agronegócio'.

A cadeia produtiva é uma variante do complexo agroindustrial, e é mais aplicada nas relações entre a agricultura e os setores econômicos adjacentes, sempre para um produto específico como o milho, algodão, soja, aves, suínos, cana, etc. Este conceito tem sido muito difundido pelas agências governamentais e instituições de pesquisa brasileiras, especialmente nos trabalhos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e por entidades representativas das cadeias produtivas de *commodities*.

Enquanto nos estudos socioeconômicos a idéia da cadeia produtiva tinha o intuito de mostrar como a dinâmica da agricultura era cada vez mais determinada por atores econômicos presentes nos setores industriais, na pesquisa agropecuária e extensão rural a idéia era visualizar possíveis gargalos tecnológicos e organizacionais passíveis de ação por parte destas instituições (MIOR, 2005, p. 46).

Pelo exposto, revela-se a evidente complexidade em se abordar o desenvolvimento das ruralidades, já que estas não são desconexas do meio urbano, e nelas há muitas atividades sendo desenvolvidas em diversos âmbitos por atores institucionalizados nas variadas esferas administrativas ou por agências não governamentais, agrupados formalmente ou não e sob inúmeros

propósitos semelhantes, distintos e algumas vezes até contraditórios. Assim como Kageyama salientou,

a análise do desenvolvimento rural deve contemplar, portanto, o desenvolvimento agrícola e o desenvolvimento da rede urbana local e regional, pois é nesse espaço que muitos membros das famílias agrícolas encontrarão fontes de renda complementares, vitais para a preservação da própria atividade agrícola (2008, p. 72).

Por fim, importa considerar que, nas novas abordagens, o desenvolvimento rural pode ser entendido como uma confluência entre: a) a dimensão social, expressa nas condições dignas de vida; b) a dimensão econômica, evidenciada pelo fortalecimento e estabilidade da renda familiar; c) a dimensão ambiental com a produção dos benefícios públicos calcados na multifuncionalidade; d) a dimensão política e cultural, com o exercício pleno das liberdades individuais; e) a reprodução dos modos de vida tradicionais; e f) na integração das dimensões social e econômica, onde a pluriatividade se mostra como relevante estratégia para a reprodução das famílias rurais.

Conclusões

O mundo rural brasileiro passou por transformações diversas nas últimas cinco décadas, e as disciplinas acadêmicas que procuram discutir e interpretar essa dinâmica também se modificaram e se renovaram. Novas abordagens analíticas procuraram dar conta das interações entre rural e urbano, bem como dos diversos estilos de se fazer agricultura praticados no campo. A valorização das outras funções que a ruralidade desempenha para além da produção agrícola foi identificada e amplamente debatida, bem como a inserção dos rurais em atividades econômicas não agrícolas. O campesinato e a agricultura familiar passaram a ocupar de maneira significativa a agenda de pesquisas e tiveram seu protagonismo reconhecido na dinamização territorial.

No entanto, o mito do desenvolvimento é tão enraizado nas análises e políticas propostas, que as abordagens, não obstante a renovação do enfoque, ainda mantêm as velhas roupagens ideológicas do século passado. O conceito tido como *desenvolvimento agrícola* foi pertinente ao processo da

modernização e aos propósitos que ela propôs, representados pela mercantilização, homogeneização e uniformização dos sistemas produtivos, de consumo e da vida. A concentração da terra e do capital, a exclusão social e os impactos degradantes ao ambiente, aprofundados pelo modelo de desenvolvimento agrícola, são os sinais de que a modernização obteve êxito em seus objetivos.

Já o *desenvolvimento rural*, como uma percepção da multifuncionalidade, da pluriatividade e da diversidade endógena sob a égide da agricultura familiar e camponesa nos territórios, mostra-se incoerente, tanto do ponto de vista teórico por ainda se pautar no termo reducionista *desenvolvimento*, como no âmbito prático. A superação do estritamente agrícola pelo enfoque no rural foi um avanço; contudo, a continuidade em se utilizar do desenvolvimento limitou a abordagem já que seu uso está estritamente ligado ao crescimento econômico.

O conceito de *desenvolvimento* foi carregado de promessas de melhorias em termos gerais, porém o des-envolvimento que ele gerou, desagregando comunidades entre si e com os ecossistemas, desarticulando processos ecológicos e econômicos, desordenando as economias socioculturais e reforçando as desigualdades sociais, corroboram seu mitismo e sua impertinência.

Assim, ao se entender esse processo como *envolvimento rural*, busca-se mais pertinência e coerência com a prática camponesa e familiar na agricultura dentro de seu dinamismo e diversidade de estratégias. Esses atores têm no seu modo de vida o fruto de uma co-evolução social sincrônica com seus respectivos agroecossistemas e sua sociabilidade, pautada por valores como a reciprocidade e a economia moral, vivifica o campo e torna a ruralidade um espaço de envolvimento, como uma clara herança do campesinato.

Além disso, a diversidade da agricultura familiar e camponesa e seus atributos consagrados recentemente como a preservação das paisagens, da arquitetura e dos costumes tradicionais, a contribuição para o equilíbrio ambiental e a produção de serviços ambientais públicos, bem como as inúmeras possibilidades de turismo e lazer no meio rural, só podem ser aceitas

como elementos que perfazem um processo em que o envolvimento é central, e não o des-envolvimento.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. **Texto para discussão n. 702**. Rio de Janeiro: IPEA. jan. 2000.

BELLENTANI, N. F. **Indicadores de desenvolvimento humano no campo e na cidade - Ribeirão Preto, SP**. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, SP: 2010.

BURSZTYN, M. Armadilhas do progresso: contradições entre economia e ecologia. **Revista Sociedade e Estado**. Volume X, n° 1. pp. 97-124. Jan./Jun. 1995.

CARNEIRO, M. J. Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa. In: MOREIRA, R. J.; COSTA, L. F. C. (Org.). **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. p. 223-240.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. Olhares disciplinares sobre território e desenvolvimento territorial. In: CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. (Org.). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X. 2009, p. 25-45.

CONTERATO, M. A. **Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura familiar: uma análise a partir do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). UFRGS. 2008.

D'ANGELIS FILHO, J. S. **Políticas locais para o “des-envolvimento” no Norte de Minas: uma análise das articulações local & supralocal**. Temuco, Chile. Dissertação (Mestrado em Gestão em Desenvolvimento Rural e Agricultura Sustentável). Universidad Catolica de Temuco. 2005.

DAVIS, M. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico-estrutural. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Noções Básicas de Cartografia**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual_nocoos/elementos_representacao.html>. 12 set. 2011.

IBGE, **Censo Demográfico 2000-2010**.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2008.

MELO, M. M. **Capitalismo versus sustentabilidade**: o desafio de uma nova ética ambiental. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

NADALETO, C. E. S. **O setor sucroalcooleiro moderno e suas raízes coloniais propagando-se no campo ideológico do desenvolvimento sustentável**. Brasília. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Sustentável e Direito Ambiental). Universidade de Brasília. 2008.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**. [online]. ISSN 0103-4014. Vol.15, n.43. pp. 83-100. 2001.

NORDER, L. A. C. A diversidade no desenvolvimento rural. In: CHAIA, V. e MACHADO, E. (Orgs.). **Ciências Sociais na Atualidade**: tempo e perspectiva. São Paulo: Editora Paulus. 2009, pp. 271-286.

SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A.; KOPPE, L. R.; CASTILHO e SILVA, C. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 139-166.

SACHS, I. **Desenvolvimento Incluyente, Sustentável e Sustentado**. Rio de Janeiro: Gamarron, 2000.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. 2.ed. Campinas: Autores Associados. 2003.

VIANA, V. M. Envolvimento sustentável e conservação das florestas brasileiras. **Ambiente & Sociedade**. [online]. ISSN 1414-753X. Ano II, n.5. pp. 241-244. 1999.

WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, N. **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. ISBN: 950-9231-58-4 Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>>. 12 mai 2010.

WEHRMANN, M.; DUARTE, L. **O modelo de desenvolvimento na perspectiva do desenvolvimento sustentável.** Brasília. [2002]. Texto recebido por clunadaletto@yahoo.com.br em 08 mar. 2007.

CAPÍTULO III – AGRICULTURA FAMILIAR: ENTRE MODERNIZAÇÃO E MISÉRIA, HÁ UM CAMINHO AGROECOLÓGICO PARA O CAMPESINATO

O excessivo desconhecimento e o menosprezo pelo passado, a demasiada pressa e a presunção inovadoras, a excessiva produtividade puramente quantitativa, as pouquíssimas precauções humanas, ecológicas e qualitativas conduzem, forçosamente, a longo prazo, à enorme concentração das atividades de cultivo e de criação, ao excessivo esvaziamento de várias regiões, gerando expressivo êxodo e desemprego... De onde vêm tantos prejuízos, senão dos próprios mecanismos do desenvolvimento da concorrência, mecanismos que se mostraram muito eficientes para proporcionar os meios, os métodos e a organização da produção até à abundância, mas que podem se revelar também muito eficientes para levá-los além de sua área de utilidade, até mesmo ao excesso?

Marcel Mazoyer & Laurence Roudart

Este capítulo trata da agricultura brasileira, abordando especialmente a agricultura familiar desde sua formação enquanto categoria esquecida pelos colonizadores, obscurecida pela ciência social e agrônômica e parcialmente subordinada pela modernização agrícola. Depois de uma longa existência de pouca representatividade e participação nos rumos do país houve, nas últimas três décadas do século XX, uma intensificação dos esforços para afirmação

desta categoria apoiando-se sobremaneira na renovação dos estudos acerca do meio rural e da pequena produção familiar e nas mobilizações dos movimentos sociais. Isto culminou no início do presente século, em ganhos de visibilidade e reconhecimento junto à sociedade brasileira em geral, bem como uma importância política inédita.

Para isso, será necessário abordar algo da historiografia da agricultura no Brasil, sem a pretensão de aprofundar este debate, mas pretendendo observar com mais acuidade alguns fatos do passado para que se compreenda melhor os processos que culminaram no quadro atual. Esta abordagem histórica da agropecuária nacional permitirá a reflexão acerca da disparidade socioeconômica e política que se estabeleceu entre a agricultura patronal e as formas familiares, a despeito desta última garantir grande parte do abastecimento interno de alimentos e representar a maioria dos agricultores.

Mesmo sendo concebidas simultaneamente e com grande interdependência, a agricultura patronal exportadora e as formas familiares de agricultura ocuparam espaços diferentes na economia, política e no todo da sociedade brasileira, com ampla prioridade e visibilidade da primeira enquanto a segunda esteve quase sempre relegada à própria sorte. Em meados do século XX, ambas experimentaram em algum grau a famigerada revolução verde e após sucessivas transformações, a agricultura familiar entra no século XXI extremamente diversificada e mais valorizada pelas políticas públicas, pela academia e até por uma parte da sociedade por conta de sua importância incontestável.

Logicamente, tal valorização está sendo conquistada com muita luta em diversos âmbitos e momentos. A confirmação de sua importância se deu por meio de estudos que se iniciaram nos anos 1970 e 80 mas que foram primordiais na década de 1990 e 2000 ao mostrarem a importância da produção familiar no contexto brasileiro, especialmente em relação à eficiência produtiva; geração de empregos por unidade de área; geração de renda por unidade de área; produção de alimentos; bem como sua importância na reprodução cultural e na multifuncionalidade que desempenha. No entanto, há ainda sérias contradições no universo familiar de produção agrícola visto que o

chamado modo convencional de produção é predominante e por outro lado, há muitas famílias agricultoras em condições de extrema miséria.

Por isso, além de persistirem na luta contra as dificuldades históricas que ainda são enfrentadas contemporaneamente, os agricultores familiares, no geral, encontram-se subordinados aos setores industriais e comerciais anteriores e posteriores à produção agrícola, corolário da modernização conservadora. Essa alta carga de subordinação os coloca num grande aperto socioeconômico que deles subtrai parte importante da renda, do trabalho produtivo e até mesmo da saúde. Por outro lado, alguns exemplos de agricultores familiares que constroem rotas alternativas ao modelo da modernização se mostram em melhores condições de autonomia e bem-estar, visto que, praticando uma agricultura mais ecológica, se tornaram mais camponeses.

Ademais, uma das principais nuances do modo camponês de fazer agricultura, menos dependente e subordinado ao capital externo, pode ser encontrada atualmente, na transição que a agricultura familiar faz ao se afastar do sistema convencional em direção à agroecologia. As estratégias vinculadas às práticas difundidas pela agroecologia têm se mostrado de enorme viabilidade para que os agricultores familiares superem o aperto em que o mercado e o sistema socioeconômico os confinam e assim, os tangenciem rumo ao campesinato. Do outro lado, uma parte dos agricultores familiares inserida na lógica convencional está altamente subordinada e dependente dos atores comerciais e financeiros externos por conta das próprias características deste sistema de produção.

Enfim, a hipótese que orienta este capítulo fundamenta-se na ideia de que para a agricultura familiar brasileira superar as contradições que a acompanham desde sua gestação conjunta com a agricultura patronal exportadora e aprofundadas pela modernização e pelas crises contemporâneas, é necessário que ela se encontre com a agroecologia e dessa união promissora floresça um campesinato de alta eficiência e sustentabilidade produtiva em suas multifunções.

3.1 A Agricultura no Brasil Pós-Descobrimento

3.1.1 Brasil Colonial

No Brasil colônia, a agricultura surgiu no momento em que os portugueses constataram que somente se justificava colonizar este território por meio de alguma empresa lucrativa, extraíndo e/ou produzindo itens valorizados no mercado europeu. Esta condição era imposta pelos objetivos do Reino de garantir a posse da terra recém-descoberta e de expandir seu capital mercantil sedento por produtos rentáveis. É por conta desses objetivos “que se instala a colônia de bases rurais, mesmo com a pouca disposição agrícola do colonizador português” (ALTAFIN, 2003, p. 39).

A madeira, retirada da Mata Atlântica, foi o primeiro produto exportado pela colônia e após algum tempo de grande extração do pau-brasil e de outras espécies, os colonizadores empreenderam a grande lavoura açucareira, tendo como centro principal a zona da mata no litoral nordestino. Essas grandes plantações apoiaram-se na monocultura e no trabalho escravo, primeiramente indígena e depois africano, e eram administradas pelos concessionários da coroa portuguesa, os donatários das capitanias, que possuíam o direito de distribuir as sesmarias.

A opção pela grande propriedade ligou-se ao pressuposto da conveniência da produção em larga escala. Além disso, pequenos proprietários autônomos tenderiam a produzir para a sua subsistência, vendendo no mercado apenas um reduzido excedente, o que contrariaria os objetivos da Coroa e dos grandes comerciantes (FAUSTO, 2009, p. 48).

Formar-se-ia a partir de então, a “primeira grande empresa colonial agrícola européia” (FURTADO, 2007, p. 31). A cana de açúcar já era cultivada pelos portugueses nas ilhas do Atlântico, onde produziam o açúcar, uma especiaria muito apreciada e de alto valor no mercado europeu. Furtado (2007) destaca que alguns fatores ajudaram no êxito desta empresa agrícola portuguesa na colônia brasileira, entre eles o fato de os portugueses já deterem a técnica de produção do açúcar nas ilhas atlânticas; a parceria com flamengos, em especial os holandeses, para expandir o mercado açucareiro e financiar instalações produtivas; a quebra do monopólio de comercialização do

açúcar dos venezianos; e o elemento essencial que permitiu a viabilidade do empreendimento: a mão de obra escrava.

Muito bem adaptada ao litoral brasileiro e posteriormente, ao planalto do Centro-Sul, a cana prosperou vigorosamente pelos estabelecimentos agrícolas coloniais. Muito contribuiu para sua rápida expansão a força de trabalho compulsória representada pelos africanos, a extensão abundante de terras cultiváveis e o crescimento do mercado do açúcar na Europa. Estudo de Nadaletto (2008, p. 16) cita que “segundo relatos de Mozambani et al. (2006), ao final do século XVI, os estados de Pernambuco e Bahia já possuíam mais de uma centena de engenhos, e o país, até 1650, liderou a produção mundial de açúcar”.

Contudo, na segunda metade do século XVII, os preços do açúcar no mercado europeu se reduziram muito e o escravo africano ficava cada vez mais caro por conta da mineração e do início do ciclo aurífero. Além desses dois fatores, a concorrência do açúcar produzido pelos holandeses nas Antilhas também colaborou para a decadência da economia açucareira no Brasil. Esse arrefecimento duraria mais de um século, prosseguindo até início do século XIX, quando boas condições internacionais impulsionariam sua recuperação.

O sertão nordestino foi o cenário da pecuária, que mesmo sendo uma atividade econômica de subsistência, direcionada ao mercado interno e dependente da região açucareira, não obstante o declínio de seu principal mercado, conseguiu expandir suas atividades ao longo dos séculos XVII e XVIII. Caracterizava-se, bem como as demais regiões de criação de gado da colônia, pela extensão de áreas que ocupava, pelo manejo rudimentar do solo, das forragens e dos animais, e pela baixa produtividade em geral. O crescimento da economia nordestina em geral, apesar do arrefecimento da região açucareira, refletia a expansão deste setor de abastecimento interno e do crescimento da população sertaneja.

Ao passo que o açúcar já não prosperava como dantes, em meados do século XVIII o algodão começou a tomar vulto e reavivar antigas regiões agrícolas nas capitanias de Pernambuco e Bahia. O Maranhão também teve seus tempos de glória na exportação desta matéria-prima para a Inglaterra,

recentemente revolucionada pelas invenções que a tornariam o centro da indústria têxtil moderna, no quarto final daquele século. De acordo com Prado Júnior (2008), novas regiões açucareiras são abertas nos finais do século XVIII no Rio de Janeiro e em São Paulo, sendo que nesta última capitania a cana se desloca da baixada litorânea e vai de encontro aos solos férteis da região de Campinas.

Além disso, a época de auge da mineração já havia sido experimentada e seu declínio era fato no início do século XIX, havendo agora um redirecionamento de capitais e esforços para atividades agropecuárias de subsistência nas regiões mineiras. Na colônia em geral, permanecia a busca por produtos de exportação em que a terra fosse o fator básico da produção a fim de reacender sua economia. Este objetivo central da agricultura de grande escala praticada no Brasil, o mercado externo, vai configurar a ocupação territorial das populações, estabelecidas majoritariamente ao longo da faixa litorânea dada a proximidade dos portos exportadores. Outro efeito da agroexportação será também a péssima condição imposta aos solos e o rastro de destruição deixado em especial na Mata Atlântica.

Prado Júnior (2008) cita que uma das piores conseqüências do modelo agrícola exportador foi a paradoxal separação que houve entre pecuária e agricultura, com especial prejuízo para a última pela não utilização do esterco. Embora não acessassem os mesmos canais de escoamento em proporção semelhante – enquanto a pecuária surgiu em função subsidiária na dependência do complexo agrícola e voltada ao abastecimento interno, a grande lavoura foi promovida sempre com o foco no mercado externo – as práticas agrícolas e pecuárias, separadas, embasavam-se nos mesmos processos destrutivos de queimar, usar até esgotar, abandonar e migrar quando não havia mais possibilidade de produção.

Esta separação nos leva à outra constatação sobre os modelos de produção agrícola brasileiros de grande ou de pequena escala: a falta de critérios técnicos e seu baixo nível produtivo. Por certo, embora a renda e o capital dos grandes proprietários fossem sobremaneira maiores em comparação ao dos pequenos agricultores e até permitissem melhorias no

sistema produtivo, não eram somente as grandes propriedades exportadoras que padeciam da falta de técnicas mais eficientes, visto que “do ponto de vista tecnológico, tanto nas grandes fazendas como na agricultura de subsistência ou pequena agricultura, a situação de atraso era predominante” (PRADO JR., 1963 apud THEODORO, 2000, p. 16).

Mais uma vez, Prado Júnior (2008) ressalta que nem o bagaço da cana, incinerado quando se amontoava em grande volume nos engenhos, era usado para fertilizar o solo ou como combustível para a própria produção açucareira. O autor faz ainda outros relatos acerca de técnicas de produção agrícola e pecuária desconhecidas ou parcamente praticadas, como o manejo dos pastos, sempre efetuado com a queimada e aproveitamento da rebrota, mas nunca fertilizado convenientemente.

Muito contribuiu para isso a imensidão do território e a forma com que eram cedidos os abundantes terrenos, sem qualquer respeito em relação aos indígenas que os habitavam milenarmente. Afora o sistema indígena da coivara, copiado e deturpado pelos colonizadores em seu uso para grandes monoculturas, a alimentação dos povos originários também seria incorporada de maneira muito intensa aos hábitos da população brasileira em geral, sendo essencial para a manutenção dos primeiros colonizadores que trocavam ferramentas e outros artefatos por alimentos cultivados pelos índios: mandioca, milho, feijão, abóbora, batata-doce e frutas nativas.

Aliás, a alimentação e o abastecimento doméstico já era um grande motivo de preocupações no período colonial por conta do objetivo maior de auferir lucros com a exportação. Com as atenções majoritariamente voltadas ao açúcar, algodão e tabaco, a produção de gêneros alimentares era desprezada e houve até legislações que determinavam o plantio de mandioca na mesma proporção do plantio de cana de açúcar e dos outros itens exportáveis. Isto porque a alta dos preços das mercadorias exportadas fazia com que se abandonassem temporariamente os cultivos de gêneros alimentares e a fome, sempre manifesta de forma crônica na colônia, se agravasse.

Segundo Prado Júnior (2008), o cultivo e o fornecimento de alimentos na época colonial sempre foram secundários no plano dos atores que se ocupavam da exportação, e seus reflexos se deram tanto na localização geográfica periférica onde a agricultura de subsistência se deu, quase sempre nos locais mais remotos, depreciados ou já depauperados pela grande lavoura, como na população que se ocupava deste intento, aqueles que não achavam lugar ou não conseguiam se estabelecer na grande lavoura.

A mediocridade desta mesquinha agricultura de subsistência que praticam, e que nas condições econômicas da colônia não podia ter senão este papel secundário e de nível extremamente baixo, leva para elas, por efeito de uma espontânea seleção social, econômica e moral, as categorias inferiores da colonização (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 159).

Como uma economia subsidiária da grande lavoura, Prado Júnior frisa que a agricultura de subsistência foi um apêndice dos empreendimentos agrícolas exportadores. Alguns escravos eram designados pelo senhor do engenho ou pelo fazendeiro para cuidar, em algum dia específico da semana, dos cultivos que abasteciam a propriedade. Havia, nos estabelecimentos exportadores, plantios de mandioca em meio à cana de açúcar e de milho e feijão entre as linhas de algodoeiro, ou em áreas específicas destinadas a este fim. Ainda conforme esse autor, os grandes estabelecimentos eram autônomos em relação ao abastecimento de gêneros alimentares, somente necessitando importá-los nos momentos de alta dos produtos de exportação.

Todavia, tratando-se do período colonial e contrariando a historiografia tradicional brasileira, Fragoso (1998 apud ALTAFIN, 2003, p. 46) “apresenta evidências de que os alimentos oriundos dos latifúndios exportadores eram insuficientes até mesmo para seu sustento, não chegando, assim, para abastecer as cidades”. O certo é que os centros urbanos dependiam de outras áreas externas ao seu perímetro para adquirir os alimentos e dessa forma contribuíram para a constituição de pequenas propriedades familiares e até mesmo centros produtores regionais dedicados unicamente à produção diversificada de gêneros para o mercado doméstico³.

³ Segundo Prado Junior (2008, p. 159-160), apesar das culturas alimentares se constituírem majoritariamente longe das cidades mesmo sendo este seu único mercado, elas se

Estes eram organizados desde a forma de uma pequena roça, sítio ou chácara até o ponto de uma grande propriedade, contando inclusive com alguns poucos escravos. Mais do que essa equitativa distribuição das oportunidades representada pela diversidade de tamanho das terras cultivadas, havia também heterogeneidade na forma como se dava a relação de posse entre o trabalhador e a propriedade. Em alguns casos, o trabalhador era possuidor do terreno cultivado mas em outros, era ocupante, parceiro ou agregado que cultivava em área cedida pelo grande proprietário.

É por isso que há inúmeros autores discordantes da preponderância da grande lavoura como única formadora dos atributos socioeconômicos e culturais do país, especialmente no que se refere ao mundo rural. O campesinato, que como temos visto em diversos estudos (CANDIDO, 1979; SABOURIN, 2009; WANDERLEY, 1996; ALTAFIN, 2003), se fez e faz presente nas diversas regiões brasileiras em maior ou menor grau, tem sido entretanto sistemática e permanentemente obscurecido pelos meios acadêmico, político e técnico. Segundo Ploeg (2008), este é um dos “buracos negros” criados pela ciência, que oculta os camponeses e sua forma de atuar no mundo moderno.

Há por isso, diversos autores que defendem a chamada “brecha camponesa”, observada no Brasil colônia e do século XIX por conta principalmente da oportunidade que se criava no momento em que os escravos assumiam a responsabilidade de produzir alimentos dentro dos engenhos e das fazendas, com certa relevância no abastecimento doméstico.

A tese parte da constatação de que nas fazendas de cana, e sobretudo de café, os escravos tiveram permissão de trabalhar em quintais próximos a suas cabanas ou em pequenos lotes de terra, produzindo gêneros alimentícios para seu sustento e para venda no mercado. Essa permissão teria se generalizado, a ponto de se converter em um costume. Desse modo, afirma-se que, ao produzir por conta própria para o mercado, o escravo se tornou também um camponês, abrindo uma brecha no sistema escravista (CARDOSO, 1988 apud FAUSTO, 2009, p. 221-226).

estabeleceram nos locais de acesso facilitado pelo transporte marítimo. É por isso que se formam áreas de agricultura de subsistência na costa desde o Recôncavo baiano passando pelo Rio de Janeiro e indo até o Sul, incluindo o litoral paulista, o atual Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul. Ainda de acordo com o autor, em Minas Gerais também se constitui em “porções apreciáveis” este tipo de agricultura desvinculada da grande lavoura.

Além disso, havia também diversas outras formas sociais de organização produtiva fora dos domínios da grande lavoura, nas quais o campesinato e outras organizações familiares agrícolas puderam se reproduzir, contando inclusive com poucos escravos em alguns casos ou apenas com a mão de obra familiar livre. Fausto (2009) cita, por conta disso, alguns autores que tecem críticas pertinentes ao uso recorrente da abordagem da grande lavoura ou *plantation*, como a forma única da colonização brasileira, predominante na maioria das análises historiográficas e que muito colaborou para deixar outras categorias sociais imperceptíveis ou com análises superficiais. Dessa forma, o autor salienta que

ela vem sendo criticada, há alguns anos, por historiadores como Francisco Carlos Teixeira da Silva e Ciro Flamarion Cardoso. Teixeira considera que o projeto “plantacionista” era assumido pela classe dominante colonial, mas a Coroa sempre se preocupou em diversificar a produção e garantir o plantio de gêneros alimentícios para consumo na própria Colônia. Cardoso assinala que a obsessão com o conceito de *plantation* fez com que se deixassem de lado alguns fatos importantes da complexa realidade econômico-social brasileira. Assim, não se deu o necessário relevo às áreas geográficas periféricas e houve uma excessiva redução da estrutura social a senhores, em um pólo, e escravos, em outro, esquecendo-se a importância dos brancos e ignorando-se a existência de um campesinato, ou seja, de pequenos proprietários, na sociedade rural (FAUSTO, 2009, p. 58).

O fato relevante de ser destacado é que no Brasil colonial, a função essencial e inata da agricultura de garantir o abastecimento das populações humanas foi ignorada pelos colonizadores e por isso, a produção alimentar esteve sempre em crise e “como se vê, até a alimentação de seus habitantes é no Brasil-colônia função subsidiária da exportação” (PRADO JR., 2008, p. 163). Neste sentido,

além das causas naturais, como secas e pragas nas lavouras, Linhares e Teixeira da Silva (1981: 161) apontam três fatores para a persistência da escassez de alimentos: em primeiro lugar, a recusa dos grandes proprietários em produzir para o mercado interno e, em alguns momentos, para o seu auto-abastecimento, ignorando as ordens da metrópole, conforme já mencionado anteriormente. Um segundo fator, relacionado ao primeiro, é a concentração do uso da mão-de-obra na cultura de exportação, devido aos altos preços e vantagens da mesma. E por último, o pouco prestígio da agricultura de

subsistência, com *status* social secundário para seu lavrador (ALTAFIN, 2003, p. 48).

E se não fosse pelas explorações familiares na agricultura, a carência de alimentos teria sido ainda maior na colônia. Neste sentido, Cardoso (1990 apud ALTAFIN, 2003, p. 38) “cita pesquisas históricas sobre o período colonial no Rio de Janeiro e Minas Gerais, demonstrando a evidência de agricultores livres, responsáveis por uma produção que, em diferente medida, respondia por parte do abastecimento interno”.

De modo geral, os pequenos produtores eram indivíduos legalmente livres, porém econômica e socialmente destituídos de qualquer capacidade de barganha ou iniciativa. Devido a esse fato, eles eram, em geral, paupérrimos, vivendo em condições materiais pouco melhores daquela dos escravos (PRADO JR., 1963 apud THEODORO, 2000, p. 16).

3.1.2 Império e Primeira República

O café seria outro produto brasileiro exportado em grandes quantidades a partir da terceira década do século XIX, após a independência. Inicialmente cultivado na região montanhosa próxima à cidade do Rio de Janeiro, se expandiu para o Vale do Paraíba, onde floresceu como a primeira região cafeeira do país e depois para a região de Campinas e rumo ao Oeste Paulista, onde se expandiu amplamente. Antigos trabalhadores e escravos provindos das minerações e de antigas regiões açucareiras foram importantes neste processo, além dos muares, já amplamente usados na região aurífera, que constituíram a base da locomoção e transporte pelas regiões serranas cafeeiras. Neste aspecto, contribuíram muito as tropas de bestas criadas no Rio Grande do Sul e exportadas em grandes quantidades para esses locais.

De acordo com Celso Furtado (2007), a economia cafeeira foi formada por homens com experiência comercial e os interesses da produção e do comércio estiveram juntos desde a etapa de gestação. Além do mais, a proximidade da capital do país, então no Rio de Janeiro, era uma grande vantagem pois o governo poderia ter um papel importante como instrumento de ação econômica para este grupo. Organizada com base no trabalho escravo, os fazendeiros começariam em breve a ter problemas com as reivindicações e

pressões pelo fim da escravidão. Por isso, logo também seria instituída a Lei de Terras de 1850, instrumento que caracterizaria profundamente a distribuição fundiária brasileira até os dias atuais.

A saída encontrada por alguns fazendeiros cafeicultores foi promover a imigração de europeus de várias nacionalidades para substituir, paulatinamente, os escravos africanos em suas lavouras de café. A substituição foi, não obstante o conservadorismo dos que se opunham a ela, ganhando corpo à medida que se caminhava para o último quarto do século XIX, culminando enfim com a abolição em 1888. O trabalho assalariado na produção cafeeira foi, para Furtado (2007), o fato mais relevante na economia brasileira em fins do século XIX, e a imigração europeia marcaria bastante a cultura da região Centro-Sul do Brasil.

Esses trabalhadores recebiam anualmente em dinheiro quando da ocasião da colheita e outro pagamento pelo trato dos pés de café. Eles podiam cultivar as entrelinhas do cafezal, principalmente na sua formação, com roças de milho, feijão, algodão e em menor importância, mandioca e frutas como mamão e banana. Tais cultivos serviam não só para o autoconsumo, mas também para a venda ou mesmo troca com outros produtos. Assim, a nova massa de trabalhadores dinamizaria a economia no mercado interno por conta de suas demandas por diversos itens alimentícios e manufaturados, alguns importados inclusive, que passariam a ser fabricados no país. E por outro lado, passaram a fornecer matérias-primas à industrialização incipiente que surgia.

Outra contribuição que os imigrantes europeus deram para a agropecuária brasileira em geral foi ao cultivar e criar diversos tipos de plantas e animais com maior integração entre estas atividades. A policultura praticada com o apoio de vários tipos de esterco animal para fertilizar e melhorar as propriedades físicas, químicas e biológicas do solo possibilitou a intensificação da produção nas pequenas áreas exploradas e garantiu a reprodução de numerosas famílias de colonos. Porém, no que se refere ao acesso à terra como propriedade, “a falta de garantia quanto ao usufruto das terras que cultivavam era o principal motivo do modo precário de vida dessa população,

responsável, em parte, pelo grande salto de produtividade do cultivo do café” (THEODORO, 2000, p. 23).

No entanto, não foi apenas nas regiões cafeeiras que a imigração desempenhou papel de destaque. No Sul do império, especialmente no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde as primeiras iniciativas de imigração aconteceram, famílias alemãs foram assentadas a partir de 1824 com o objetivo de colonização fundamentado nas pequenas propriedades. Fausto (2009, p. 241) ressalta que esses “imigrantes dedicaram-se à criação de porcos, galinhas, vacas leiteiras, batatas, verduras e frutas até então inexistentes no Brasil, como a maçã”. Mais tarde, depois de 1875, seria a vez dos italianos chegarem às províncias meridionais e iniciarem cultivos de uva, produção de vinho e refletir, nos dias atuais, na formação da agricultura familiar sulina, a de maior projeção dentre todas as regiões brasileiras.

O Brasil ainda era um país agrícola na Primeira República, com amplo predomínio da população ocupada neste setor. “Segundo o censo de 1920, dos 9,1 milhões de pessoas em atividade, 6,3 milhões (69,7%) se dedicavam à agricultura, 1,2 milhão (13,8%) à indústria e 1,5 milhão (16,5%) aos serviços” (FAUSTO, 2009, p. 281). Com o agravamento da crise mundial do capitalismo no final da década de 1920 e início dos anos 30, o café e os outros produtos brasileiros relevantes nas exportações - algodão, cacau e borracha - tiveram um arrefecimento no mercado externo e os proprietários convergiram parte de seus esforços ao mercado interno.

Theodoro (2000) comenta que nesse período a produção doméstica foi viabilizada pelos arranjos produtivos que favoreciam a agricultura organizada em base familiar, especialmente do tipo colonato e moradia. De acordo com Fausto (2009, p. 282), embora predominassem ainda naquele período as atividades agroexportadoras com a liderança do café, a produção agrícola para o mercado interno também teve significação e o Estado de São Paulo se destacava à frente da expansão capitalista brasileira, caracterizado pela diversificação agrícola, pela urbanização e pela industrialização.

3.1.3 Estado Getulista e Período Democrático até 1964

Com a Revolução de 1930, o governo de Getúlio Vargas, apesar de sua oposição ao modelo agrícola de exportações baseado nas monoculturas, ainda dominante na pauta econômica nacional, manteve uma política de não enfrentamento direto às elites agrárias do país. Isso é verificado nas políticas de financiamento e educação rural, de abastecimento e de acesso à terra. Segundo Altafin (2003), a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, CREAL, em 1937, concentrou seus financiamentos no setor agrário-exportador e a respeito das questões de abastecimento o Estado brasileiro seguiu a tendência do período colonial de não intervir diretamente na produção de alimentos, mas apenas regular os preços por tabelamento e controlar a distribuição de produtos.

Para Beskow (1994), através da CREAL Vargas teria apoiado também a produção para o mercado interno visto que diversos produtos destinados ao abastecimento doméstico, alimentos e matérias-primas para as agroindústrias, foram objeto de fomento. Ainda de acordo com o autor, a CREAL “representou uma primeira e importante iniciativa para fornecer crédito ao conjunto das atividades agropecuárias, e não mais apenas para alguns poucos produtos de exportação” (1994, p. 5) e por isso seu papel foi relevante na reorientação das atividades agrícolas para o mercado interno.

Por outro lado, como ela, além de crédito rural, também proporcionava financiamento para a indústria – notadamente para a agroindústria – sua atuação acabou se constituindo num poderoso instrumento de implantação e/ou consolidação dos principais complexos agroindustriais do país (especialmente os do algodão, da cana-de-açúcar, do café, da carne bovina, do trigo e do arroz irrigado) (BESKOW, 1994, p. 5).

Ao estimular e atingir diversas atividades agropecuárias, a CREAL se destaca como um importante instrumento de apoio ao setor que até então era o mais relevante na economia nacional – a agropecuária – e que, mesmo deixando de ser dominante, ainda se mostrava estratégico do ponto de vista da geração de empregos, renda e divisas para o País. Além disso, produzia alimentos e matérias-primas para os mercados internos e externos, e foi particularmente importante ao liberar mão de obra e transferir capitais

necessários à formação e à consolidação dos setores urbano-industriais (BESKOW, 1994).

Ademais, a agricultura focada no mercado interno mostrou crescimento no período Vargas também porque “no geral, a produção de alimentos se beneficiou da retração da lavoura cafeeira e das restrições às importações” (ALTAFIN, 2003, p. 75). Essa autora ressalta que Vargas somente “abre um flanco de conflito com seus opositores” (p. 73) na questão agrária, por conta de seus projetos de colonização que mesmo sendo na fronteira agrícola, ou seja, longe dos domínios dos grandes fazendeiros, é a primeira vez que se autoriza a desapropriação de terras no Brasil.

O final do primeiro período Vargas em 1945 marca “o início de um processo de transição para a fase de modernização da agricultura brasileira” (ALTAFIN, 2003, p. 78). Os governos que a partir daí se seguiram até o golpe civil-militar de 1964 mantiveram a orientação à industrialização, ao fortalecimento do mercado interno e à abertura paulatina da economia ao capital internacional, com poucos avanços no que se refere ao apoio aos modos familiares de produção agropecuária. Cabe destacar, no segundo período Vargas (1951-54), a busca de iniciativas para o aperfeiçoamento das técnicas de produção e aumento de produtividade das culturas, embora o crescimento quantitativo da agricultura com a incorporação de novas áreas ainda fosse predominante.

No entanto, o foco no aumento da produtividade da exploração agropecuária através do uso de tecnologias era limitado, por sua vez, pelo precário parque industrial nacional, ainda não apto a fabricar implementos, máquinas e insumos modernos. Mas não tardaria a chegar esse momento, já que após a Segunda Guerra Mundial, inúmeros inventos bélicos foram adaptados e tiveram suas respectivas plantas industriais realocadas à produção de equipamentos e insumos agrícolas nos países centrais. Com isso, a agricultura, antes independente e quase auto-suficiente apesar do caráter predatório que assumiu no Brasil, passaria a ser cliente da indústria.

As empresas estrangeiras produtoras dos maquinários, equipamentos e insumos modernos para a agricultura logo desembarcariam nas terras

brasileiras, em consonância com o projeto de expansão dos capitais industriais privados com origem principal nos Estados Unidos e encontrariam as bases fundamentais colocadas por Kubitschek. Sobre esse período democrático como um todo, pode-se dizer que a agricultura iniciou o processo de importantes transformações com o foco no incremento tecnológico das grandes culturas e aprofundamento de sua ligação com a indústria. Merece destaque, neste período, a expansão da fronteira agrícola para o Paraná tendo o café na linha de frente.

Contudo, a estrutura agrária se manteve inalterada em linhas gerais. Por isso o governo de João Goulart tentaria avançar no sentido das reformas estruturais, especialmente inclinadas ao desenvolvimento das capacidades internas da nação com ampla ênfase ao acesso à terra, tema que nunca fora sustentado por algum governante até então. Primeiramente, formulou o Estatuto do Trabalhador Rural, aprovado em 1963, levando ao campo diversos direitos já consolidados aos trabalhadores urbano-industriais.

Posteriormente, formularia um projeto de Reforma Agrária, enviado ao Congresso Nacional em 15 de março de 1964 e que nem chegou a ser votado devido ao golpe civil e militar do dia 31 do mesmo mês. Este golpe sepultava as intenções dos pequenos proprietários rurais, camponeses e trabalhadores sem terra em receber atenção do Estado e com ele “inicia-se o período de consolidação da mudança na agricultura, quando ela passa então a responder às demandas do modelo urbano-industrial que se instalara no país” (ALTAFIN, 2003, p. 84).

3.1.4 Pós-1964: a modernização agrícola conservadora

A prioridade do governo militar era pelo crescimento econômico dentro de um projeto modernizante de desenvolvimento em que o alimento não fosse um vilão do processo inflacionário e assim permitisse a reprodução dos trabalhadores urbanos sem quaisquer inquietações sociais. Além disso, cabia à agricultura fornecer matérias primas ao parque industrial recém instalado, gerar divisas através da exportação dos excedentes e absorver os novos equipamentos e máquinas produzidos pela indústria incipiente.

Contudo, a época era de protestos e questionamentos, e no que tange à agricultura, sua imagem estava debilitada pelos baixos índices de produtividade em função do também baixo nível tecnológico. Além desse 'atraso', outro grave problema se referia à propriedade da terra e à combinação latifúndio/minifúndio diante de uma produção agrícola deficiente em relação ao crescimento demográfico. Para o atraso técnico, o regime militar promoveu a modernização tecnológica e para a questão agrária, instituiu um programa de distribuição de terras como uma medida de caráter social a fim de reduzir a pobreza e as inquietações no campo (ALTAFIN, 2003, p. 91).

Apesar de não promover uma redistribuição fundiária abrangente e efetiva, e não modificar a estrutura agrária brasileira, apontada como a pior herança do período colonial, o governo de Castelo Branco responde aos movimentos que reivindicavam a reforma agrária com a promulgação do Estatuto da Terra, a Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964. Ela estabeleceu as modalidades de propriedade da terra e previu novas formas de desapropriação por interesse social.

Essa lei também criou o órgão responsável pela execução da reforma agrária nas áreas prioritárias, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA. Entretanto, Linhares e Teixeira da Silva (1979, p. 167) reforçam que “a ‘política agrária’ do novo regime foi tímida e compassada, sendo aplicada de forma quase que ‘homeopática’”. Altafin corrobora essa informação acrescentando que “mesmo com o aparato legal e institucional, pouco se efetivou em termos de reforma da estrutura fundiária durante o regime militar” (2003, p. 92).

Por isso, a época em que os militares estiveram diretamente no controle político do país foi caracterizada, na área agropecuária e no mundo rural em geral, por transformações de ordem técnica, organizativa e socioeconômica, iniciadas no período democrático anterior e pela manutenção da estrutura fundiária. Porém, essas transformações foram seletivas e inacessíveis para a maioria dos produtores rurais. Seu conjunto seria chamado de revolução verde ou de modernização agrícola conservadora e nada mais representou do que a consolidação da indústria como fornecedora de elementos para viabilizar a produção de monoculturas no campo e também como compradora de alguns

produtos agrícolas que passaram a ser transformados, entrando nos processos agroindustriais como matérias primas.

Seu caráter seletivo se deve ao fato de que poucos agricultores mais capitalizados e articulados politicamente foram incluídos nas medidas governamentais para a agricultura, ao passo que “a grande maioria dos agricultores, que historicamente estiveram envolvidos com o abastecimento alimentar do País, ficaram à margem das políticas para o setor” (ALTAFIN, 2003, p. 85). Além de sua seletividade na escolha dos produtores beneficiados, a modernização foi parcial e concentrada. Segundo Norder (2003), ela atingiu apenas uma pequena parcela de produtos e regiões. E citando Kohl (1981, p. 197), Norder (2003, p. 52) enfatiza que “calcula-se que 60% do crédito agrícola tenha sido direcionado para cinco produtos: soja, café, algodão, açúcar e milho”.

O autor ainda observa que “o mais incisivo mecanismo promotor da modernização agrícola foi o sistema estatal de crédito rural, acoplado a um conjunto de políticas agrícolas” (NORDER, 2003, p. 52). Os créditos financeiros foram concedidos para aqueles agricultores que possuíam mais condições de oferecer garantias, dadas pela posse da terra e de outros bens, e estiveram atrelados ao uso dos agroquímicos industriais modernos, especialmente os agrotóxicos. Naquele momento, a indústria química assim como a mecânica, haviam conquistado território com as invenções decorrentes das guerras e os adubos nitrogenados, inseticidas, e posteriormente os herbicidas de uso agrícola, todos saídos da fabricação bélica⁴, compuseram a receita de produção de monoculturas que ficou conhecida por “pacote tecnológico”.

O uso de agroquímicos casado ao aporte de novos maquinários e equipamentos motomecanizados viabilizou a supressão de grandes contingentes da força de trabalho humana, e mesmo regiões tradicionalmente monocultoras ampliaram seus cultivos com menor utilização de mão de obra. O

⁴ Segundo Khatounian (2001, p. 22) “De forma análoga aos adubos nitrogenados, desenvolvidos como corolário da indústria do salitre para pólvora, e dos inseticidas, ligados inicialmente à guerra química, o avanço no desenvolvimento dos herbicidas foi fruto da Guerra do Vietnã. Para combater com pouco risco o inimigo escondido sob a floresta tropical, era necessário desfolhá-la, desenvolvendo-se para essa finalidade o agente laranja. Após o agente laranja foram vindo outros herbicidas, reforçando a posição da indústria química como principal supridora da agricultura”.

resultado dessa mecanização combinada com agroquímicos foi o intenso êxodo das populações rurais para os centros urbanos nas décadas de 1960, 70 e 80, despovoando ainda mais as regiões agrícolas patronais. Para isso, o sistema de crédito também favoreceu ao priorizar os grandes proprietários que muitas vezes adquiriam mais terras com seus financiamentos, algumas em caráter especulativo, comprando-as daqueles que não obtinham crédito e tampouco possuíam rendimento suficiente através de suas atividades.

A pesquisa agrícola brasileira tem sua linha divisória realçada em 1972, com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. A Embrapa surge para coordenar a pesquisa agropecuária nacional e apesar de atuar em diversas áreas, inclusive nos gêneros alimentares domésticos, acaba também priorizando os produtos exportáveis de maior representação comercial, tendo investido nesses produtos os maiores recursos. Completava-se assim o pacote tecnológico com o aprimoramento das variedades e raças, selecionadas e melhoradas geneticamente para alta resposta aos insumos químicos modernos.

Verifica-se nessa época um avanço de atividades na fronteira agrícola rumo ao oeste do país, com a criação bovina de corte e a soja protagonizando a incorporação de terras agricultáveis na região Centro-Oeste, onde se consolidou a produção nas médias e grandes propriedades. No Paraná, à medida que o café saía de cena, era substituído pela soja e em São Paulo, antigos cafezais cederam terreno aos pomares de laranja e aos canaviais. A cana experimentou uma grande expansão no território paulista na década de 70 por conta da substituição da importação de petróleo pelo uso de álcool hidratado como combustível de automóveis. Esta expansão também seria observada no Nordeste.

Já no que concerne à extensão rural, seu surgimento no país esteve condicionado e orientado pela abertura de mercado na agricultura aos insumos modernos das indústrias, executados pelos novos serviços estatais de assistência técnica e extensão. Além disso, também foram objeto de apoio estatal políticas de seguro rural, garantia de preço mínimo e programas de comercialização de produtos exportáveis para aqueles que acessavam os

créditos subsidiados. A modernização, conduzida pelas políticas do Estado totalitário, induziu o uso das tecnologias de produção recém-criadas, mas manteve a estrutura fundiária e o apoio aos produtos exportáveis inalterados, por isso seu caráter conservador.

O impacto socioambiental dessas políticas agrícolas no campo e na cidade seria profundo. A relação social entre proprietários e trabalhadores rurais seria fortemente modificada, dando fim aos sistemas de colonato, moradia e outros do tipo ao passo que se estabelecia o trabalho assalariado, criando-se os “bóias-frias”. Esses empregados das grandes fazendas e da parte agrícola de agroindústrias processadoras, geralmente temporários ou safristas, já não eram mais habitantes do despovoado meio rural mas sim das periferias dos municípios vizinhos às grandes monoculturas, as chamadas “cidades dormitório”.

Com isso, estava criado o agronegócio, o novo nome dado ao velho latifúndio monocultor. Em sua busca de afirmação, o uso da retórica se concentra no caráter exportador, importante gerador de superávit na balança comercial e até mesmo como produtor que visa alimentar uma população planetária cada vez maior. Para isso, se vale e se apóia na plena aplicação das tecnologias modernas, tidas também por convencionais, de produção agropecuária e de gestão administrativa, com alta subordinação aos capitais industrial, comercial e especulativo. Calcado nos monocultivos de larga escala, seu lado ineficiente começou a aparecer quando novos estudos sobre a agricultura familiar mostraram qual vertente da agricultura brasileira pode responder aos desafios e crises enfrentadas pela sociedade, o que será abordado no próximo item.

3.2 Agricultura Familiar Camponesa

Como foi demonstrado, o agronegócio ou agricultura patronal exportadora esteve tão presente e foi por demais influente nas políticas agrícolas e agrárias do país que a historiografia tradicional confunde a própria história geral do Brasil com a dos ciclos econômicos onde a produção agrícola foi determinante. Não obstante, as formas familiares e camponesas de se fazer agricultura

também estiveram sempre presentes e tiveram o importante papel de fornecer gêneros alimentícios ao mercado doméstico brasileiro. Daí, a disparidade com que ambas foram tratadas pela ciência e pela sociedade em geral é brutalmente perceptível.

Em se tratando das formas sociais reunidas sob o termo agricultura familiar, no Brasil, encontramos uma gama enorme de denominações populares, de acordo com o contexto sociocultural, regional, histórico e ecológico. Enquadram-se os caiçaras, ribeirinhos, sitiantes, colonos, assentados, geraizeiros, quilombolas, sertanejos, caboclos, caipiras, entre outras nomenclaturas que designam ocupantes tradicionais, sem notabilidade sócio-política e econômica, dos inúmeros rincões brasileiros. Na teoria, esta categoria já foi tratada como pequena agricultura, pequenos produtores rurais, produtores familiares, agricultores de subsistência e camponeses.

De acordo com Altafin (2003), os movimentos sociais do campo, atuando de maneira local ou com representação nacional, retomaram sua organização após a redemocratização do país em meados da década de 1980 e pressionaram o Estado por políticas apropriadas para a agricultura de pequena escala. Assim,

as ações empreendidas pelos movimentos sociais demonstravam, acima de tudo, que não se comprovou a hipótese de que o desenvolvimento capitalista no campo levaria ao desaparecimento dos caipiras, camponeses ou pequenos produtores (ALTAFIN, 2003, p. 14).

Foi no início da década de 1990 que, segundo Schneider et al. (2004, p. 2), os agricultores mobilizaram-se ainda mais, através dos sindicatos de trabalhadores rurais ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT), no sentido de uma “reconversão e reestruturação produtiva dos agricultores familiares”. Simultaneamente, estudos feitos pela cooperação FAO/INCRA trataram da agricultura familiar com maior precisão metodológica e permitiram a formulação de novas políticas públicas, tornando-se um marco na pesquisa acerca da agricultura familiar brasileira.

No bojo deste processo e diante de um quadro de constantes reivindicações dos agricultores, surgiu em 1994 o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), que operava especialmente com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e foi o embrião da primeira e mais importante política pública que seria criada mais tarde, em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (SCHNEIDER et al., 2004; MATTEI, 2006).

A criação do PRONAF representou não só um enorme avanço depois de quase cinco séculos de negligência por parte do Estado em termos de ações de apoio à agricultura familiar, mas principalmente porque essa política agrícola possibilitou a legitimação dos agricultores familiares enquanto categoria social, historicamente marginalizada no acesso aos créditos agrícolas estatais. O PRONAF foi criado

(...) para atender a uma antiga reivindicação das organizações dos trabalhadores rurais, as quais demandavam a formulação e a implantação de políticas de desenvolvimento rural específicas para o maior segmento da agricultura brasileira, porém, o mais fragilizado em termos de capacidade técnica e de inserção nos mercados agropecuários (MATTEI, 2006, p. 13).

Ademais, o campo teórico-acadêmico das diversas disciplinas que se ocupam em analisar as transformações da agricultura e do meio rural, como a sociologia e economia rural, geografia agrária, antropologia e agroecologia, teve uma renovação promissora na década de 1990, sendo enriquecido por abordagens que tiveram a agricultura familiar como objeto de análise em diversas investigações sobre os processos de desenvolvimento rural. Neste sentido, Schneider (2009, p. 9) salienta que

a crescente projeção social e política da agricultura familiar no Brasil pode ser compreendida como expressão de seu reconhecimento e legitimação, o que demandou ampla capacidade de mobilização, protestos e ações dos próprios agricultores, materializados em políticas governamentais cada vez mais identificadas com este público.

Por isso, a agricultura familiar é atualmente, objeto de estudo e de trabalho de inúmeros pesquisadores, técnicos, gestores públicos e agentes não governamentais por se tratar de uma categoria social reconhecidamente importante na sociedade brasileira, além de sua viabilidade e fortalecimento

representar uma estratégia de desenvolvimento rural defendida por diversos acadêmicos. A criação do PRONAF e sua consolidação, após dez anos, com a Lei da Agricultura Familiar representaram os avanços políticos mais significativos. Neste sentido, o volume de recursos financiados via PRONAF, embora ainda seja minoritário em relação ao que é destinado à agricultura patronal, aumentou significativamente a cada ano (SABOURIN, 2009, p. 147).

A lei de nº 11.326 de 24 de julho de 2006 serviu para definir o marco legal e decretar o que é entendido institucionalmente como agricultura familiar no país, ou seja, delimitar um conceito operacional além de consolidar a instituição do PRONAF. A delimitação foi importante para caracterizar a tipologia familiar das explorações agropecuárias, quantificar sua participação no total da agricultura nacional e identificar com mais propriedade os beneficiários das políticas públicas, sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Para tanto, a agricultura familiar foi definida com estes quatro critérios:

a área do estabelecimento ou empreendimento rural não excede quatro módulos fiscais; a mão de obra utilizada nas atividades econômicas desenvolvidas é predominantemente da própria família; a renda familiar é predominantemente originada das atividades vinculadas ao próprio estabelecimento; e o estabelecimento ou empreendimento é dirigido pela família (MDA, 2009, p. 3).

O Governo Lula (2003-2010), apesar de não reformar profundamente a estrutura injusta de acesso à terra, promoveu outras diversas políticas agrícolas para os modos familiares de fazer agricultura. Um ponto de avanço se refere aos programas criados no sentido de apoiar a comercialização, um dos maiores entraves da agricultura familiar, e dois em especial merecem destaque: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Ambos objetivam adquirir os produtos agrícolas oriundos da agricultura familiar, destinando-os, respectivamente, à população em condição de insegurança alimentar e nutricional nos grandes centros urbanos e aos alunos das escolas públicas.

Enquanto o PAA ainda é um programa de governo, e que foi continuado pela Presidenta Dilma, sucessora de Lula, o PNAE foi instituído por Lei em

2009 e obriga todos os municípios e estados brasileiros a comprar da agricultura familiar pelo menos 30% dos alimentos consumidos nas escolas. Tais políticas só puderam ser formuladas e executadas porque os estudos prévios deram conta da grandeza do universo familiar na agricultura brasileira e os próprios agricultores já estavam mais organizados. O Censo Agropecuário de 1996 já surpreendia os pesquisadores do tema com dados incontestáveis da eficiência produtiva desta categoria.

No bojo desta pesquisa, Guanzirolí e colaboradores (2001) usaram como base a análise quantitativa do Censo de 1996 e incorporando a utilização de microdados, traçaram o renovado perfil da agricultura familiar brasileira. Além dessa publicação, outras se seguiram no sentido de dar visibilidade à constatação empírica que colocava a agricultura familiar em destaque por sua importância socioeconômica. O Censo Agropecuário de 2006, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2009, sedimentou a constatação desta categoria como a de maior relevância na agricultura nacional e corroborou ainda mais o processo de fortalecimento que vinha se construindo sob esta denominação desde meados dos anos 90.

Os dados do IBGE mostram a singular importância socioeconômica deste setor, presente em 4.367.902 estabelecimentos agropecuários (84,4% do total), onde trabalham cerca de 12,3 milhões de brasileiros, ou seja, 74,4% da mão-de-obra ocupada nas propriedades rurais do país. No ano de 2006, a agricultura familiar gerou 38% do valor bruto total da produção agropecuária, embora possuísse apenas 24,3% da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Outro dado interessante é que a agricultura familiar ocupa 15,3 pessoas a cada 100 hectares explorados, enquanto a agricultura patronal emprega 1,7 pessoas na mesma área (MDA, 2009).

A despeito de possuir menos de um quarto do total de terras agricultáveis do país ocupando três quartos da população envolvida com a produção agrícola nacional, o volume de financiamentos destinados a agricultura familiar foi apenas 17% do total de créditos concedidos à agricultura patronal e empresarial no Plano Safra 2006/2007. Além disso, cada hectare de terra explorado pela agricultura familiar gera um valor bruto de R\$ 677,00 ao ano,

89% superior aos R\$ 358,00 gerados anualmente na mesma área pela agricultura patronal (MDA, 2009).

Portanto, é evidente a grande eficiência produtiva da exploração familiar no meio rural, produzindo maior valor e ocupando mais pessoas por unidade de área, embora conte com crédito e áreas bem menores do que as explorações patronais e empresariais, além de concorrer em desvantagem técnica. Entretanto, considera-se que nem tudo deve ser comemorado no estudo das estatísticas sobre o meio rural brasileiro, visto que “a má distribuição da propriedade da terra é o traço mais marcante, e ao mesmo tempo a principal distorção, da estruturação fundiária no Brasil” (GUANZIROLI et al., 2001, p. 60). Os mesmos autores destacam que além do problema fundiário, a situação da agricultura familiar brasileira é marcada por

(...) insuficiência de terra, as dificuldades de acesso ao crédito e a inexistência de assistência técnica, cujos efeitos atingem, em particular, aos 39,8% de estabelecimentos familiares que possuem, sob qualquer condição, menos que 5 hectares de terra (...), bem como também outros 30% de estabelecimentos que possuem entre 5 e 20 hectares (GUANZIROLI et al., 2001, p. 49).

Além disso, é importante considerar que dentro do amplo universo operacional da agricultura familiar, o acesso às políticas agrícolas foi seletivo e parcial. No que se refere especificamente ao PRONAF, Sabourin (2009, p. 147) cita que os diversos pesquisadores que o avaliaram, reconheceram que este programa, enquanto crédito individual ou para aquisição de equipamentos coletivos beneficiou agricultores mais capitalizados e articulados com a rede bancária, majoritariamente nos estados do Sul do país. O autor menciona ainda que, mesmo aumentando a cada ano, o volume de créditos para a agricultura familiar representa somente em torno de 15 a 20% dos financiamentos destinados à agricultura patronal e empresarial.

3.2.1 A diversidade da agricultura familiar

No campo teórico, embora esteja em evidência e seja objeto de inúmeras investigações, a agricultura familiar ainda não é um consenso no que se refere à conceituação. Altafin (2003, p. 6) ressalta que “no meio acadêmico, alguns

autores buscam aprofundar as reflexões sobre o conceito de agricultura familiar, propondo um tratamento mais analítico e menos operacional do termo”. Ainda sobre o termo agricultura familiar, a autora frisa que “ele é utilizado como um guarda chuva conceitual, que abriga um grande número de situações, em contraposição à agricultura patronal, tendo como ponto focal da polarização o tipo de mão-de-obra e de gestão empregadas” (ALTAFIN, 2003, p. 15).

A posição adotada como balizadora na presente investigação é a proposta sugerida por Hughes Lamarche, na qual “a exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família” (1997, p. 15). A respeito disso, Wanderley salienta que, embora a essência “genérica” do termo, “é importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem conseqüências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente” (1996, p. 2).

De acordo com Schneider (2009, p. 11),

(...) o estudo da agricultura familiar requer uma análise sociológica multidimensional sobre a diversidade das formas sociais familiares, que pode começar pelo estudo da organização do trabalho e da produção e sua relação com a natureza, mas passa pelo entendimento dos mecanismos de construção das estratégias de interação com o ambiente social e econômico e reclama a compreensão dos aspectos culturais e simbólicos que caracterizam as suas relações domésticas (parentesco, gênero etc.) assim como os múltiplos meios de exercício da ação política.

A diversidade de formas com que se apresenta certamente é o atributo que melhor caracteriza a agricultura familiar e é fruto de singularidades na ocupação do espaço, de inserção e proximidade ao mercado, de reprodução das tradições culturais e das relações político-econômicas mantidas com o restante da sociedade. A centralidade caracterizadora da agricultura familiar está, portanto, na diversidade de formas como organiza a produção, o trabalho e sua reprodução social, bem como nas estratégias que empreende e na diferenciação social decorrente desse processo.

Não obstante as singularidades e particularidades existentes no universo familiar e camponês, há segundo Wanderley (2009, p. 40), traços de união entre os inúmeros tipos familiares de agricultores, dada pela condição de “agricultores territoriais” por conta de “sua referência ao patrimônio familiar e ao pertencimento à comunidade rural”. Ainda segundo a autora, os agricultores territoriais “são portadores da história territorial de seus lugares de vida e de trabalho, bem como de suas potencialidades produtivas” (WANDERLEY, 2009, p. 43).

Wanderley salienta que este conhecimento, apesar de pouco valorizado pelos técnicos de pesquisa e assistência técnica, é essencial para a preservação dos recursos naturais, para a realização de iniciativas inovadoras e, além disso, há que se considerar o papel relevante da agricultura familiar ao povoar e dar vida às áreas rurais onde se encontra. Ademais, as múltiplas funções da agricultura têm sido reconhecidas como dinamizadoras dos espaços rurais e territórios, ao passo que não só a produção de alimentos é atribuída aos camponeses já que a noção de multifuncionalidade “incorpora a provisão, por parte desses agricultores, de bens públicos relacionados com o meio ambiente, a segurança alimentar e o patrimônio cultural” (MALUF, 2002 apud CAZELLA et al., 2009, p. 47).

Dessa forma, as pesquisas sobre a multifuncionalidade têm se dedicado a focar especialmente

quatro expressões da multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira, a saber: a) reprodução socioeconômica das famílias rurais; b) promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade; c) manutenção do tecido social e cultural; d) preservação dos recursos naturais e da paisagem rural (MALUF, 2003, p. 136-137).

Além disso, “a unidade de observação deixa de ser a agricultura *stricto sensu* e passa a ser a família rural considerada uma unidade social e não apenas unidade produtiva” (CAZELLA et al., 2009, p. 48). Daí o papel de destaque das formas familiares de agricultura diante desta abordagem multifuncional de análise dos territórios.

Independente dos critérios operacionais e teóricos utilizados para definir a agricultura familiar, muitos autores demonstram que é irrelevante querer delimitar a linha sutil que tipifica e até contrapõe camponeses e agricultores familiares, apesar de que, conforme observado por Lamarche “a exploração camponesa é familiar mas nem todas as explorações familiares são camponesas” (1997, p.16). No entanto, Wanderley (2009) sugere que não há uma separação ou mutação radical entre camponeses e agricultores familiares apontando para uma nova classe social de forma a substituir o campesinato e suas tradições. Para a autora, na medida em que a lógica familiar segue orientando as decisões e sendo ela mesma decorrente da tradição camponesa, as categorias são equivalentes.

Evidentemente, a agricultura familiar experimentou em algum grau, as mudanças ocorridas no bojo da modernização agrícola e uma das mais significativas foi o processo de mercantilização da produção, com reflexos na obtenção dos insumos, equipamentos, créditos e assistência técnica; no processamento e na comercialização dos produtos; e nos hábitos alimentares e culturais ligados ao autoconsumo. Os efeitos marcantes desse processo são o aumento da dependência dos agricultores em relação aos agentes externos, a desarticulação entre a produção e as características socioambientais e econômicas locais e a maior submissão dos agricultores aos mercados agropecuários e financeiros. Para Norder (2009, p. 63),

é certo que o avanço das políticas de modernização agrícola provocou – e continua provocando – substanciais modificações nas condições de produção na agricultura familiar. Mas esse dado não nos permite prever ou generalizar um completo desaparecimento da autonomia na mobilização e conversão de recursos econômicos (e na utilização de saberes locais) no interior das unidades produtivas. Isso nos leva a focalizar as estratégias sociais e produtivas voltadas para a construção e fortalecimento da autonomia e sua particular interação com o processo de *mercantilização* e *externalização* da produção, sobretudo porque estas estratégias podem levar, entre outros resultados, a um aumento na absorção de trabalho e na rentabilidade das atividades (...). Neste sentido, o modelo produtivo representado pela modernização agrícola pode ser contrastado com um diversificado elenco de estratégias e práticas sociais que tem entre seus objetivos o alargamento da autonomia técnica e produtiva e a obtenção de maior rendimento por unidade de área ou unidade de produto.

Por certo, as modificações que atingiram uma parcela da agricultura familiar foram promovidas em especial, pelas políticas agrícolas modernizadoras. Logicamente, o principal objeto da crescente penetração do sistema produtivista industrial na agricultura eram as explorações de larga escala, que por suas próprias condições estariam mais aptas a assimilar as mudanças. Neste sentido, é pertinente fazer a reflexão e o balanço dos avanços e retrocessos políticos e socioeconômicos no conjunto familiar da agricultura brasileira nos anos recentes.

3.2.2 Rumo à insustentabilidade: a modernização de parte da agricultura familiar

O reconhecimento do protagonismo e a crescente visibilidade política que a agricultura familiar conquistou nos últimos anos estiveram relacionados, em grande parte, ao grande apoio estatal, sobretudo na esfera federal, por conta do governo Lula. Além do espaço destacado que conseguiu na agenda da política pública, “também ocupa um espaço importante na agenda de desenvolvimento sustentável do País, seja pela contribuição econômica que pode dar seja em virtude dos aspectos distributivos e de equidade que estão associados à agricultura familiar” (BUAINAIN, 2006, p. 39).

Porém, o caminho em direção à sustentabilidade não parece ser a opção escolhida nas políticas para a agricultura familiar. É sabido que o modelo produtivista industrial de agricultura tem gerado externalidades e impactos negativos de significativa grandeza por conta de suas práticas altamente exigentes em energia sobretudo petrolífera e pouco eficientes em conversão energética, ou seja, para cada unidade energética empregada obtém o retorno de outras poucas unidades energéticas. Além disso, há outros riscos inerentes ao uso da biotecnologia, como os organismos geneticamente modificados (OGM), em que se menospreza a incerteza científica acerca dos possíveis danos futuros decorrentes do cultivo desses transgênicos, ignorando o princípio da precaução.

As propriedades que adotaram as práticas do pacote tecnológico modernizador mostram-se em elevada dependência dos insumos químicos

industrializados, mudas e sementes geneticamente melhoradas ou modificadas, acentuada mecanização e alta dependência energética externa, além da redução da mão de obra humana no processo produtivo. Não obstante haver alguns sistemas não tão agressivos e insustentáveis pelo fato de minimizarem seus impactos através de técnicas ecológicas de manejo do solo, de pragas e doenças e da própria cultura, que passa a ser rotacionada com outras e inclusive com alguma adubação verde, o cerne do pacote que leva à homogeneização e à perda da biodiversidade se mantém.

Assim, as políticas governamentais têm promovido a difusão desses pacotes para a agricultura familiar, especialmente através das operações de crédito. Isto acontece porque os manuais que direcionam a formulação dos projetos de financiamento estão construídos com base na pesquisa agropecuária convencional, que por sua vez está calcada no viés dos pacotes tecnológicos. Weid mostra os aparentes avanços nessas políticas a partir do governo Lula: “o crédito para custeio e investimento foi multiplicado quase sete vezes entre 2002/2003 e 2010/2011, passando de R\$ 2,4 bilhões para R\$ 16 bilhões. Nesse período, o número de operações de crédito passou de 890 mil para dois milhões” (2010, p. 4).

Além disso criaram-se programas de seguro agrícola, de assistência técnica e extensão rural, de aquisição de alimentos, de produção de agrocombustíveis, entre outros. Um amplo leque de políticas de apoio à agricultura familiar foi o saldo dos quase oito anos de governo e seus efeitos foram consideráveis... mas discutíveis (WEID, 2010, p. 4).

Na sua argumentação, Von der Weid problematiza alguns “fatos preocupantes”, como a maior vulnerabilidade dos sistemas familiares em relação aos desequilíbrios naturais – instabilidade e mudança climática, ataques de pragas e doenças, etc. Por certo, antes de fazerem o financiamento, os agricultores corriam os mesmos riscos, porém não havia associado a eles um compromisso de caráter financeiro. Outro ponto questionado é o alcance do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que “foi sempre aplicado em escala reduzida, atingindo o seu auge na última safra, com não mais do que 120 mil operações de compra” (WEID, 2010, p. 4).

Ainda segundo o autor, outro ponto questionável é o que significa a entrada de mais de um milhão de agricultores familiares acessando o crédito do Pronaf. Neste sentido, ele cita algumas pesquisas que demonstram que a expansão do Pronaf induziu a disseminação da lógica técnica e econômica do agronegócio para as unidades familiares, ganhando o nome de “agronegocinho”.

Isso significou um aumento das áreas de monoculturas, a perda da diversidade dos sistemas produtivos, o emprego crescente de insumos comerciais (sementes, adubos químicos, agrotóxicos) e maquinário e equipamentos motomecanizados. Esse mergulho na *modernização agrícola* levou os agricultores familiares a uma crescente dependência dos mercados de capitais (bancos) e de mercados de produtos agrícolas dominados por agentes monopolísticos (empresas agroindustriais, grandes atacadistas, etc.) (WEID, 2010, p. 4).

Esta penetração do agronegócio no universo familiar é vista na maior feira voltada para a agricultura familiar do Brasil, a AGRIFAM – Feira da Agricultura Familiar e do Trabalho Rural. Realizada anualmente no município de Agudos, SP, segundo o veículo oficial de comunicação, “com um volume de negócios cada vez maior, a Agrifam é uma referência em feira de agricultura familiar para o país. Aguarda-se um público de aproximadamente 35 mil visitantes que movimentarão cerca de R\$ 18 milhões de reais” (JORNAL DA AGRIFAM, 2011, p. 3).

A feira tem se mostrado como um espaço de divulgação não só de tecnologias inovadoras e desenvolvidas para a produção familiar camponesa – como iniciativas de associativismo e cooperativismo, exemplos de produção agroecológica e divulgação de pesquisas universitárias aplicadas ao sistema familiar de produção – mas também conta em sua programação atividades e palestras de empresas multinacionais abordando transgenia e outras biotecnologias altamente ligadas ao modelo convencional de produção agrícola. É o que mostra a foto 6, retratada no portão de ingresso da feira na edição de 2011.

Foto 6: Placa no portão de ingresso da AGRIFAM em Agudos-SP.



Fonte: Claudio Eduardo Silva Nadaletto, ago. 2011.

Além das palestras, o modelo convencional de produção se faz presente através dos representantes comerciais nos espaços de divulgação dos produtos e de crédito rural:

a Agrifam conta com espaço de estandes para 200 expositores, que comercializarão tratores, máquinas, implementos e todo tipo de produto específico voltado à agricultura familiar e a participação de entidades agrícolas governamentais e financeiras, que irão auxiliar o pequeno e o médio agricultor com programas de financiamentos para, segundo os organizadores, “fazer a ponte entre o acesso de benefícios da aquisição por esses programas e as empresas que atuam no setor com produtos que estão dentro das especificações exigidas”.

Para Buainain (2006, p. 17), a agricultura familiar “é parte — frágil, sem dúvida — do agronegócio brasileiro. Há evidências de que o setor mais dinâmico e próspero da agricultura familiar é exatamente aquele que logrou inserir-se em algumas cadeias produtivas regionais e nacionais”. Porém, diversos trabalhos mostram que esse dinamismo tem um alto custo tanto na

etapa do investimento como na do custeio das safras por sua grande dependência dos mercados de insumos. E isto tem parte relevante de sua origem nas políticas que financiam os agricultores e direciona o crédito aos sistemas convencionais de produção. Neste caminho, Weid faz questão de frisar que

tal como vêm sendo concebidas, as políticas de apoio à agricultura familiar acabam sendo convenientes para o grande agronegócio. De um lado, elas não competem com as políticas para a agricultura patronal que alocam recursos financeiros em escalas muito maiores. Por outro, a agricultura familiar modernizada representa um mercado expressivo para a expansão da venda de agrotóxicos, adubos químicos e maquinário. Além disso, vários setores da agricultura familiar assumem funções importantes como produtores de matérias-primas para empresas agroindustriais dos ramos da fumicultura, suinocultura, avicultura, laticínios, papel e celulose, agroenergia, entre outros (2010, p. 4).

Não cabe aqui polemizar e criar uma questão maniqueísta entre a agricultura familiar e o agronegócio como acontece em muitas discussões, mesmo porque uma boa parte da agricultura familiar adota a mesma lógica dos grandes estabelecimentos e só difere deles quanto ao tamanho da área explorada e em relação ao gerenciamento e composição da força de trabalho. Cabe sim ressaltar que o padrão de produção modernizador infere tanto a uma como ao outro, um caráter multidimensional de insustentabilidade. Por isso, não será prolongado o debate sobre os impactos gerados pelas técnicas convencionais, visto que

já são bem conhecidos os seus efeitos sobre o esgotamento dos recursos naturais não-renováveis dos quais depende (petróleo, gás, fosfato, potássio), assim como sua ação destrutiva sobre recursos naturais renováveis (solo, água, biodiversidade) e sua contribuição decisiva nas mudanças climáticas globais (WEID, 2010, p. 5).

Além disso, destacam-se também os efeitos sociais negativos em consequência da inserção das técnicas modernas de produção agrícola, ou seja,

Com a evidência das tecnologias da Revolução Verde no Terceiro Mundo, é importante lembrar que os produtores perderam suas autonomias, tornando-se dependentes da indústria para a obtenção de sementes e outros insumos. Portanto, os sistemas de produção das comunidades rurais

tornou-se governado por instituições distantes, sobre as quais eles têm pouco controle (PEARCE, 1975 apud ALTIERI, 1989, p. 119).

Por fim, é relevante salientar que apesar de contribuir com a maioria dos alimentos consumidos pelos brasileiros, a agricultura familiar em geral, com ainda poucas exceções, está produzindo alimentos contaminados por agrotóxicos, seja em quantidades dessas substâncias acima dos limites permitidos ou ao usar moléculas tóxicas não registradas para as culturas e até mesmo com uso proibido no Brasil ou em outros países. Esse fato tem se consumado anualmente com a divulgação do relatório do Programa de Avaliação de Resíduo de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

O programa da ANVISA tem demonstrado que as frutas, legumes e verduras, alimentos que por si só possuem um enorme conteúdo nutricional e funcional para o ser humano, estão em grande parte com qualidade insatisfatória por conta de contaminações por agrotóxicos. Esta questão recai especialmente sobre o sistema produtivo adotado pela maior parcela da agricultura familiar e que é a produtora responsável por significativa quantidade desses tipos de alimentos no país. Portanto, a mudança no sistema de produção, de um estilo convencional e por isso mais empresarial, para um sistema agroecológico e talvez mais camponês, pode superar tais contradições na base da agricultura familiar.

Assim, na terceira e última parte deste capítulo, tratar-se-á da agroecologia e de como esta ciência pode colaborar para a superação das contradições e dificuldades da agricultura familiar brasileira.

3.3 Agroecologia: Caminho Seguro para a Agricultura Familiar Camponesa

As transformações da agricultura e da sociedade no século XX, com o avanço crescente do capital industrial nas cidades e no campo trouxeram inúmeros efeitos socioambientais de grande impacto aos países centrais e periféricos por todo o globo. O movimento ambientalista ganhou força nos anos

1960 após a constatação, por uma parte cada vez mais ampla da sociedade, de que as consequências do uso desmedido sobre a natureza dos processos industriais de produção, incluindo a agricultura que recentemente se modernizara, eram por demais graves e perigosos.

A publicação de maior impacto – *Silent Spring* (Primavera Silenciosa), de Rachel Carson – e que seria um dos marcos iniciais do movimento ambientalista juntamente com o Relatório Meadows, do Clube de Roma, era nada mais do que a percepção da autora acerca do desastre que se aproximava por causa do uso desenfreado de inseticidas na agricultura modernizada estadunidense. Após esta e outras obras serem publicadas, diversos eventos de cunho ambiental também serviriam para a reflexão sobre os impactos negativos do modelo de produção industrial na agricultura. Assim, os debates sobre outros estilos de produção agrícola passariam a compor a pauta de discussões de um novo enfoque científico, a agroecologia.

Para Altieri (1989, p. 33),

Embora a agronomia seja, certamente, a disciplina-mãe da agroecologia, esta foi fortemente influenciada pela emergência do ambientalismo e pela expansão dos estudos ecológicos. O ambientalismo foi necessário para fornecer a estrutura filosófica que suporta os valores da tecnologia alternativa e dos projetos normativos em agroecologia. Os estudos ecológicos foram essenciais para expandir os paradigmas através dos quais as questões agrícolas puderam se desenvolver, assim como as técnicas para analisá-las.

Tida por uma disciplina científica que abarca métodos de análise multidimensionais a partir da unidade básica calcada nos agroecossistemas, a agroecologia congrega à agronomia, disciplinas como a ecologia, a economia, a sociologia e a antropologia. Esse enfoque multidisciplinar possibilita olhar o campo para além da produção agrícola, entendendo melhor as questões culturais, econômicas, territoriais e globais e as inter-relações dentro dessas dimensões que perfazem e resultam em diferentes estratégias das famílias agricultoras. Segundo Paulo Petersen, no prefácio do Marco Referencial em Agroecologia da EMBRAPA,

o que a Agroecologia traz de novo é um embasamento conceitual e uma abordagem metodológica que permite articular especialistas de diversos ramos do conhecimento para

que, juntos, em projetos de pesquisa multi, inter e transdisciplinares, avancem nos estudos sobre os fundamentos da sustentabilidade dos sistemas agropecuários (PETERSEN, 2006, p. 17).

Além disso, a agroecologia também se constitui de ferramentas que visam empoderar as comunidades rurais no sentido de maior autonomia e independência frente aos agentes comerciais e frente aos atores políticos, seja dentro ou fora dos espaços institucionais. A maior autonomia relativa frente aos insumos externos e conseqüentemente, maior sustentabilidade ambiental, provém da contribuição das análises dos agroecossistemas tradicionais indígenas em conjunto com os avanços no campo da ecologia, especialmente na pesquisa de ecossistemas tropicais.

Essas ferramentas permitem o arranjo de agroecossistemas altamente produtivos com a menor perturbação ecológica possível, já que se usa e estimula o aumento da agrobiodiversidade através de práticas como faixas vegetadas, corredores ecológicos naturais ou implantados e pelo próprio desuso de agroquímicos. Weid (2009) corrobora essa informação e ainda indica diversos estudos em que a produtividade de sistemas em transição agroecológica foi superior em relação aos sistemas convencionais.

Além disso, os sistemas agroecológicos conservam e promovem a melhoria qualitativa dos outros recursos naturais renováveis, como a água e o solo. No que se refere aos recursos naturais não renováveis como petróleo, fosfato e potássio, as técnicas agroecológicas são pouco consumidoras já que dependem em pouca medida dos insumos externos, e por isso geram um balanço energético positivo.

Poderia surgir a indagação sobre a produtividade do trabalho, já que a mecanização é racionalizada e usada em menor escala do que nos sistemas convencionais, além das capinas químicas não serem feitas. Talvez a produtividade geral do trabalho seja menor nos sistemas agroecológicos, contudo, a principal vantagem da agricultura familiar camponesa está na centralidade que a força de trabalho assume e o que ela representa, quando intensificada, nos aumentos de produção.

Com isso, o próprio processo do trabalho encaixa-se mais uma vez a favor dos camponeses pois nesta categoria não há distinção entre trabalho braçal e intelectual e a família toda mais os possíveis funcionários acabam sendo valorizados pelo seu saber fazer. Gliessman (2009, p. 611) reforça este argumento mostrando que

o manejo agroecológico é melhor implementado quando se intensifica o uso de mão-de-obra humana, em vez de maquinaria. Como esta mão-de-obra exige um alto grau de conhecimento, discernimento e especialização técnica, o manejo agroecológico da produção pode proporcionar meios de vida dignos e satisfatórios a muita gente.

Outra vantagem de se demandar mais força de trabalho humana nos sistemas agroecológicos familiares fica por conta da atual conjuntura estrutural de desemprego que afeta países centrais e periféricos no mundo inteiro. Weid (2009) ressalta que o desemprego estrutural que afeta muitos países se deu de forma concomitante ao processo em que a produtividade do trabalho dependeu do uso cada vez maior de energia fóssil barata e, assim, ele questiona o que acontecerá quando a fonte fóssil secar. Sua resposta é:

a crise econômica que a diminuição da disponibilidade de energia fóssil vai gerar provavelmente ocasionará a revalorização do trabalho humano frente ao capital e às máquinas, mas haverá um tortuoso processo de redefinição dos padrões tecnológicos e, é claro, dos padrões de consumo. Até que isso se dê, assistiremos a uma crise social cuja manifestação mais forte será o desemprego maciço (WEID, 2009, p. 63).

Com tantas vantagens, a agroecologia pode e deve ser a disciplina científica a orientar as práticas agrícolas sustentáveis no século XXI e melhorar diversos aspectos das comunidades inseridas no meio rural. Além de produzir alimentos orgânicos⁵ de elevado valor nutricional, há que se ressaltar as transformações sociais e políticas que esta ciência oferece ao centrar-se no

⁵ Há que se ressaltar que a agricultura orgânica não é sinônimo de agroecologia, pois esta é uma ciência que dá bases conceituais e metodológicas para a aplicação de técnicas de produção agrícola com base na ecologia. Há mesmo que se fazer este parêntese por conta da crescente ampliação da agricultura orgânica no campo e nos mercados. Embora ela possua uma vertente de mercado que apenas substitui insumos convencionais por orgânicos e modifica certos procedimentos de manejo do solo, da cultura e das pragas e doenças em sistemas monocultores – o que não pode ser confundido com agroecologia – a agricultura orgânica é apenas um dos diversos tipos de agricultura praticados a partir do arcabouço da agroecologia.

empoderamento dos agricultores. A transição do modelo convencional para a prática agroecológica seria assim, uma progressão da agricultura familiar no sentido de se tornar mais camponesa e menos empresarial, visto que, de acordo com Ploeg (2009a, p. 23),

a unidade camponesa de produção é precisamente a forma institucional que distancia a atividade agropecuária, de maneira específica e estrategicamente organizada, dos mercados (de insumos), ao mesmo tempo em que a vincula (também de maneira específica e estrategicamente organizada) a outros mercados (de produtos).

E por se tornar mais camponesa é que a agricultura pode se tornar mais produtiva, pois conforme indicado por Ploeg (2009b, p. 30), a agricultura camponesa é superior aos demais modos de produção agrícola do ponto de vista produtivo e “mesmo sob condições adversas, os camponeses produzem muito mais por hectare (e também por quantidade disponível de água, etc.) do que as agriculturas empresarial e capitalista”. Além do mais, “o modo de produção camponês é, em essência, orientado para a produção e para o aumento de valor agregado” (PLOEG, 2009a, p. 34).

Miguel Altieri (1989, p. 119) também frisa essa vantagem intrínseca da agricultura familiar nas práticas agroecológicas ao mostrar que

não há dúvida que, dentro das circunstâncias da produção mundial e devido à estrutura atual da pesquisa agrícola e da extensão, as técnicas agroecológicas são mais apropriadas, adaptam-se melhor e têm melhor desempenho que as técnicas da Revolução Verde quando os recursos naturais e sócio-econômicos são escassos. Evidentemente, quanto mais pobre for o produtor, mais relevantes serão as técnicas de baixo insumo, uma vez que os agricultores pobres têm poucas alternativas de escolha, a não ser o uso de seus próprios recursos.

Os agricultores familiares que caminham no sentido de uma agricultura de baixo custo e de transição agroecológica, com a intensificação do trabalho familiar, maior rentabilidade e um nível mais elevado de autonomia frente aos mercados e agentes financeiros, estão qualitativamente se tornando camponeses ou como definiu Ploeg (2008, 2009a), entram num processo de “recampesinização”. Para o autor, este processo é uma tendência de resposta dos agricultores para sair do aperto econômico e da subserviência

sociopolítica, já que “estas mudanças qualitativas resultam em reconstrução e fortalecimento da *autonomia*” (PLOEG, 2009a, p. 49).

Dessa forma, sendo uma tendência que não indica qualquer retorno ao passado ou a uma etapa anterior, os agricultores tornam-se camponeses justamente pelas mudanças qualitativas que operam em seus sistemas produtivos. Geralmente, são agricultores que baseiam sua força de trabalho e a gestão da propriedade na mão de obra familiar, mas acontece também de serem antigos agricultores capitalistas ou empresariais falidos e até mesmo novos habitantes do meio rural em busca de uma mudança no estilo de vida, com foco numa produção diferente daquela propagada pela modernização.

Enfim, de acordo com Ploeg (2009a, p. 44-45)

Recampesinização contempla uma mudança qualitativa: trata-se de pessoas *tornando-se* camponesas. Elas entram na condição camponesa, no modo de produção camponês, vindas de qualquer outra condição. Isso relaciona-se a uma dimensão quantitativa: o *número* de camponeses está aumentando. (...) Evidentemente, há também múltiplos e multifacetados processos de descampesinização (Bryceson e colaboradores, 2000). Frequentemente, ambos, re- e descampesinização, ocorrem ao mesmo tempo e no mesmo local, podendo os dois processos estarem interligados de forma complexa.

Conclusões

Um traço geral e marcante da agricultura brasileira, apesar de suas nuances ao longo do tempo, do espaço e dos ciclos exportadores predominantes é a sua alta subordinação ao capital mercantil, primeiramente, e ao capital industrial, posteriormente, que sempre se apoderaram de grande parte dos rendimentos da produção primária. Tanto na grande lavoura como na agricultura de subsistência, os comerciantes e mais tarde outros atores externos (indústrias de máquinas e insumos e agroindústrias processadoras) atravessaram o caminho entre a propriedade agropecuária e o consumidor final e foram agentes promovedores da subordinação da agricultura ao capital.

Além disso, com o avanço da modernização agora há também a alta dependência dos recursos não renováveis, dos quais o estilo convencional de agricultura é um grande consumidor e que estão em vias de esgotamento. Somada ao agravamento das mudanças climáticas, do efeito estufa e da crise

estrutural e crescente do desemprego, percebemos que insistir no modelo convencional de se fazer agricultura já é contraditório para os grandes estabelecimentos do agronegócio. Pior ainda para a agricultura familiar camponesa, pelas suas características e potencialidades de contribuir assertivamente para com os dilemas contemporâneos.

Ao apoiar a agricultura familiar como nunca dantes havia sido feito na história, o governo Lula deu o passo mais firme no sentido de fortalecer esta categoria, tornando-a visível para a sociedade e valorizando-a por seus atributos socioeconômicos. Porém, ao fomentar o uso do aparato tecnológico moderno de produção agrícola, o governo age no sentido de não preparar a agricultura familiar para a realidade conturbada no cenário da crise multidimensional contemporânea. Assim, grande parte da agricultura familiar perde ao não receber as condições apropriadas que permitiriam sua transição a um estilo mais sustentável de produção e reprodução. Ademais, todo o planeta também perde pelo aprofundamento da insustentabilidade que é inerente ao sistema convencional de produção.

Por fim, conclui-se que os primeiros passos foram dados ao valorizar e dar visibilidade aos agricultores familiares, no entanto, os próximos devem ser mais bem planejados no sentido de fazer com que a agricultura familiar incorpore a agroecologia como ferramenta principal de trabalho. Só assim poderá haver o devido enfrentamento aos graves problemas de desemprego, de instabilidade climática, de esgotamento dos recursos naturais e de carência alimentar e nutricional. A união entre agricultura familiar e agroecologia permitirá a emergência de um campesinato sustentável em multifunções, especialmente na produção de alimentos, superando a triste contradição de ser a principal produtora de alimentos, porém com altíssimos níveis de agrotóxicos.

Referências Bibliográficas

ALTAFIN, I. G. **Sustentabilidade, Políticas Públicas e Agricultura Familiar**: uma apreciação sobre a trajetória brasileira. UnB-CDS, Doutora, Política e Gestão Ambiental, 2003. 225p.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

BESKOW, P. R. **O crédito rural público numa economia em transformação**: estudo histórico e avaliação econômica das atividades de financiamento agropecuário da CREA/BB, de 1937 a 1965. Tese. Doutor em Economia. UNICAMP, Campinas, 1994.

BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M (colaboração). **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável**: questões para debate. Brasília: IICA, 2006.

CANDIDO, A. **Os parceiros do rio bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 5.ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e o enfoque da pesquisa. In: CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. (Org.). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p. 47-70.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 13. ed., 1.reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 351 p.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: procesos ecológicos em agricultura sustentável. 4.ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2009.

GUANZIROLI, C. E. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 288 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Agricultura familiar ocupava 84,4% dos estabelecimentos agropecuários**. Comunicação Social. 30 set. 2009. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1466&id_pagina=1. Acesso em 26 fev. 2011.

JORNAL DA AGRIFAM. Agudos: Fetaesp, 2011. 10 p.

KHATOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Agroecológica, 2001.

LAMARCHE, H. (coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. 2.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

LINHARES, M. Y. L.; TEIXEIRA DA SILVA, F. C. **História política do abastecimento: 1918-1974**. Brasília: BINAGRI, 1979. 242 p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO-MDA. **Agricultura Familiar no Brasil e o Censo Agropecuário 2006**. Brasília, 2009.

MALUF, R. S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S (Org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003, p. 135-152.

MATTEI, L. **Pronaf 10 anos: mapa da produção acadêmica**. Brasília: MDA, 2006.

NADALETO, C. E. S. **O setor sucroalcooleiro moderno e suas raízes coloniais propagando-se no campo ideológico do desenvolvimento sustentável**. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Sustentável e Direito Ambiental). UnB-CDS, Brasília, 2008.

NORDER, L. A. C. Mercantilização da agricultura e desenvolvimento territorial. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 59-83.

PETERSEN, P. Prefácio. In: **Marco Referencial em Agroecologia**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 70 p.

PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 372 p.

PLOEG, J. D. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 15-56.

PLOEG, J. D. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p. 17-31.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 23. ed., 11.reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2008.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. Histórico, Caracterização e Dinâmica Recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.

SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 295 p.

THEODORO, S. M. C. H. A Fertilização da Terra pela Terra: uma alternativa para a sustentabilidade do pequeno produtor rural. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2000. Tese de Doutorado.

WEID, J. M. von der. Um novo lugar para a agricultura. In: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p. 47-65.

WEID, J. M. von der. Agricultura Familiar: sustentando o insustentável? **Agriculturas**. v. 7, n. 2, jul. 2010. p. 4-7.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. XX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, MG. Out. 1996.

_____. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. In: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p. 33-45.

CAPÍTULO IV – A DIVERSIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR EM PIEDADE

*Quando eu morrer
Cansado de guerra
Morro de bem
Com a minha terra:
Cana, caqui
Inhame, abóbora
Onde só vento se semeava outrora
Amplidão, nação, sertão sem fim
Ó Manuel, Miguilim
Vamos embora
Chico Buarque*

A diversidade é o termo que melhor define a agropecuária piedadense no atual momento. Por isso, este quarto e último capítulo tem como objetivo geral desvelar essa diversidade de modos de se fazer agricultura em Piedade, especialmente dentro do universo familiar de produção, e também mostrar os desdobramentos dessa diversidade no que tange à pluriatividade e à multifuncionalidade do território, especialmente o turismo rural.

O recorte sobre a agricultura familiar justifica-se pela preponderância desta categoria no contexto agropecuário geral do município e pela sua

extrema importância socioambiental, econômica, política e cultural em Piedade. Este capítulo está baseado em informações qualitativas coletadas na pesquisa de campo. Tais relatos, tomados de quinze agricultores familiares em dez propriedades, foram coletados por meio de um roteiro semi-estruturado (anexo 1) o qual buscou coletar elementos relevantes acerca das atividades agrícola e de turismo rural empreendidas pelas famílias agricultoras.

Os entrevistados foram escolhidos por terem, apesar das características que os unem no universo familiar agrícola, diferentes maneiras de agir dentro da propriedade e na relação com o exterior. Essa pequena amostra da agricultura familiar piedadense pode ser definida como um grupo específico de famílias agricultoras que cultivam hortaliças e em menor medida, frutas, em que duas realizam eventos de turismo rural e outras duas produzem de acordo com as técnicas agroecológicas. É um grupo que pode, de certa forma, representar o meio rural e agrícola de Piedade na atualidade.

Além disso, essa amostra inclui agricultores que desempenham papel de liderança nos cenários agrícola e político municipal, incluindo o Diretor Municipal de Agricultura, o Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e o Presidente da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Piedade - APPRUPI.

Objetivou-se de forma específica captar as estratégias criadas em função das dificuldades enfrentadas a fim de entender quais mecanismos são mais exitosos e promissores neste sentido. Os relatos serviram para fundamentar a discussão e estão sistematizados como etnografias, divididos de acordo com os principais temas abordados.

Além disso, outro objetivo específico foi reunir informações sobre como se expressa a diversidade na agricultura familiar piedadense: a organização do processo produtivo; a comercialização da produção; as principais dificuldades encontradas e as possíveis formas de superá-las; e aspectos subjetivos como a motivação dos agricultores, incluindo o processo de sucessão familiar e de inclusão das mulheres nas ocupações produtivas do sítio, e por fim o êxito ou o insucesso das estratégias criadas.

A hipótese que norteia este capítulo é que apesar das melhorias nas condições de vida de muitos agricultores familiares trazidas pela diversificação da produção, ainda há grandes entraves sendo enfrentados. Há diferentes estratégias de enfrentamento e dentro delas, aquelas em que os agricultores se tornam mais camponeses, ou seja, com a produção mais ecológica ou mesmo de baixo custo, com a intensificação do trabalho familiar, a diferenciação dos produtos e serviços oferecidos, incluindo ações de turismo rural, sem olvidar a relevância que o exercício da pluriatividade assume em certas situações, são as que se mostram mais estáveis e atraentes.

Optou-se por fazer o estudo de caso, enfatizando o processo de recampesinização e as estratégias que o caracterizam na área pesquisada, tendo os agricultores familiares piedadenses como unidade de estudo. Pretende-se interpretar os relatos das vivências e experiências desses agricultores com o auxílio da metodologia compreensiva baseada nas entrevistas semi-estruturadas. Este tipo de entrevista, segundo Lüdke e André (1986), “se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as adaptações necessárias”.

Além das entrevistas, irão compor também o capítulo informação livre, coletada no campo em outras oportunidades de contato com os agricultores e uma pequena fotodocumentação. Todo este material coletado será sintetizado e organizado para, posteriormente, ser analisado de modo a gerar interpretações e explicações para os questionamentos que levaram à investigação. Nesta etapa, como em todas as outras da pesquisa, será estreitado o diálogo dos dados obtidos em campo com a respectiva teoria e conceitos.

4.1 Etnografias: a diversidade da agricultura familiar piedadense

A pesquisa de campo permitiu que se aprofundasse a coleta de informações específicas e detalhadas acerca dos seguintes caracteres da agricultura familiar piedadense: a) organização produtiva: sistema de produção; força de trabalho, pluriatividade e multifuncionalidade; b) comercialização da

produção; c) entraves da agricultura e do meio rural; d) passado, presente e futuro: melhorias e questões a avançar.

Por fim, após os relatos serem transcritos e analisados criteriosamente, foram comparados entre si, tanto em seus pontos comuns como também nas divergências e o conjunto das informações mais relevantes possibilitou a realização de uma análise transversal das estratégias mais positivas dentro da diversidade, organizada no último dos subitens.

4.1.1 Organização produtiva

4.1.1.1 Sistema de produção

A organização produtiva varia muito entre o grupo pesquisado. No que se refere ao sistema de produção, das dez propriedades apenas duas não utilizam agrotóxicos e fertilizantes sintéticos em seus cultivos, inclusive uma delas tem a certificação orgânica. Em outras duas, os agricultores demonstraram vontade de diminuir o uso dos pesticidas e em outra, a filha agricultora já parou e quer que o pai também pare de usar venenos. Enquanto apenas um ficou envergonhado em dizer que utiliza venenos em seus cultivos, alguns frisaram que não é possível produzir sem utilizá-los. Aqueles que pretendem parar de usar já vêm adotando alguma prática de fertilização orgânica combinada com adubação verde pensando em melhorar as propriedades do solo.

Outro casal de agricultores afirmou sem qualquer constrangimento e com algum orgulho que seu uso de agrotóxicos é pouco porque as hortaliças cultivadas são mais rústicas - repolho, brócolis e salsa - e pelo fato de usarem o esterco do gado numa rotação que integra lavoura e pecuária. A rotação é feita com plantio de milho após cultivarem alguns ciclos de hortaliças, e após o milho ser colhido e seus pés virarem matéria orgânica, cercam a área e formam um pasto para os bovinos que ali permanecem por aproximadamente um ano até que plantem hortaliças de novo. O esterco das galinhas é juntado e aplicado nos canteiros.

Embora entendam o uso de agrotóxicos como pequeno por causa da fertilização orgânica, não crêem que seja possível fazer uma agricultura totalmente ecológica. O orgulho de usar pouco veneno nos cultivos se deve ao

fato de que a imensa maioria dos agricultores do município faz uso desmedido e sem critérios dessas substâncias tóxicas nos cultivos. Além disso, assim como demonstra a foto 7, quase não há preocupação com a própria saúde no manuseio e utilização dos agrotóxicos, visto pelo comum desuso dos equipamentos de proteção individual (EPI's) nas aplicações.

Foto 7: Aplicação de agrotóxicos nas hortaliças. Bairro dos Garcias, Piedade-SP.



Fonte: Claudio Eduardo Silva Nadaletto, mar. 2010.

A maioria dos agricultores pesquisados também faz uso de adubação verde, em especial com uma única espécie, a aveia preta, mas também com milho. A aveia é a espécie mais usada principalmente porque é semeada no outono e ocupa o solo em parte do inverno, que é a época de preços menores no mercado de hortaliças. Os únicos três agricultores que não usam esta técnica já bem difundida no município têm motivos diferentes para não fazê-la. Um, porquê possui um terreno grande e sua lavoura é pequena, portanto nas palavras dele, “a gente tem tempo de deixar a terra descansando” e assim vão

rotacionando pela área toda enquanto talhões cultivados anteriormente ficam em pousio para que o mato cresça e se torne o esterco para o solo.

Já o segundo agricultor que não realiza a adubação verde é, dentre todos os entrevistados, aquele que está mais próximo à cidade. Além de ter essa facilidade para comprar os adubos sintéticos que diz usar em pequenas quantidades, sempre planta milho para vender verde aos feirantes e talvez por esse motivo não se interesse em fazer adubação verde. Ele também é o mais velho dentre todos os entrevistados, o que está há mais tempo na agricultura – está com 76 anos e pratica agricultura desde os 14 de idade – e a técnica de plantar espécies somente para melhorar as propriedades do solo e sem qualquer colheita ou outro tipo de retorno é algo mais recente e distante de sua realidade produtiva.

O último, um casal na verdade, que não faz adubação verde cultiva caqui da variedade Fuyu em sistema agroecológico, mas sem certificação. O sistema de fertilização das plantas é feito através da roçada das ervas espontâneas nas entrelinhas somada ao retorno de frutos maduros que caem espontaneamente quando não colhidos e mais a aplicação de composto orgânico residual do cultivo de cogumelos. Os mil caquizeiros do sítio, plantados há 53 anos, estão bem nutridos e conduzidos pelo casal, que há mais de uma década parou de aplicar e manusear qualquer tipo de agrotóxico por conta da intoxicação crônica de um irmão do proprietário.

Do restante, há uma propriedade orgânica certificada há doze anos que quase não aplica nem mesmo os fertilizantes permitidos por constatar que apenas a matéria orgânica do solo bem trabalhada supre as necessidades das hortaliças e portanto, a adubação verde é constante. Na maioria das propriedades, há uma dependência não só dos agrotóxicos e adubos químicos como também das sementes compradas no mercado e com custo cada vez mais elevado. Normalmente as mudas das hortaliças são feitas por alguma “estufa” comercial, onde os agricultores podem levar a semente como comprá-la no próprio local. Somente em duas propriedades os agricultores fazem as mudas que utilizam.

Os sistemas de irrigação são muito parecidos em todas as propriedades, feitos sempre por aspersão, como mostrado na foto 8. Apenas no pomar de caquis não há irrigação. No cultivo de hortaliças, o preparo do solo é também muito parecido, com a realização de gradagem pesada para quebra de canteiros antigos e da matéria verde existente. Depois, como a maioria delas é cultivada sobre canteiros, estes são feitos com uma encanteiradeira que normalmente é passada duas vezes no mesmo local para levantá-los. Com exceção da produção orgânica e do caqui agroecológico, o controle das plantas espontâneas é feito com herbicida, e em poucos casos este é o único tipo de agrotóxico utilizado na propriedade.

Foto 8: Irrigação por aspersão em plantio de hortaliças.
Bairro dos Leites, Piedade-SP.



Fonte: Claudio Eduardo Silva Nadaletto, mai. 2011

O plantio em canteiros justifica-se pela necessidade de melhorar a drenagem, o arejamento e controlar a umidade do solo para que as hortaliças não pereçam ou adoecem pelo excesso de água. Dentro do grupo entrevistado,

são produzidas as seguintes hortaliças encanteiradas ou não: acelga, abobrinha italiana, alface crespa, alface americana, beterraba, batata doce, cebolinha, couve flor, alho porró, coentro, nabo, brócolis “ninja” e de maço, couve manteiga, salsa, repolho, rabanete, ervilha, nirá, cebote, capim cidrão, alecrim, jiló, hortelã, cenoura, almeirão, catalônia, pimentão, pimenta, rúcula e maxixe, além de chuchu e abóbora menina (foto 9), produzidos em parreira.

Foto 9: Colheita de abóbora menina no Bairro do Douradinho, Piedade-SP.



Fonte: Claudio Eduardo Silva Nadaleta, jan. 2012.

Além disso, produzem ainda milho verde e seco, morango, mandioca, batata, feijão, pêssego, caqui fuyu e dois tipos de flores: agapanto e moreia. No que tange às criações, apenas numa única propriedade foi constatada atividade pecuária, com produção para o autoconsumo de gado de corte e de leite, frango caipira, suínos e abelhas melíferas, sendo que apenas o mel é parcialmente vendido aos conhecidos.

4.1.1.2 Força de trabalho, pluriatividade e multifuncionalidade

Com relação à organização da força de trabalho, a variedade de formas como as famílias se organizam é grande. Neste sentido, há uma família em que quinze pessoas de um mesmo núcleo familiar trabalham nas diversas tarefas bem definidas e planejadas, e por conta dessa intensificação do trabalho, suas vendas são mais remuneradoras pois não falta produto aos compradores. As despesas da lavoura e a receita são divididas em partes equitativas, ou seja, o lucro é igual para todos os envolvidos e segundo o entrevistado, esse “giro seguro” que eles fazem é o que motiva os familiares.

Há também dois irmãos que trabalham juntos, sendo que um fica no gerenciamento da produção, comandando os serviços de um empregado fixo e de mais um diarista enquanto o outro irmão comercializa os produtos no Ceagesp de Sorocaba três vezes por semana e junto às Prefeituras de São Bernardo do Campo, Sorocaba e Diadema em projetos do PNAE e PAA, viabilizados através de sua inserção numa associação de pequenos produtores e também numa cooperativa. Um deles é o presidente da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Piedade – APPRUPI.

Aquele senhor de 76 anos que está próximo à cidade trabalha na maioria do tempo sozinho e às vezes conta com a ajuda da esposa e de um filho que nos finais de semana gosta de plantar e ajudar o pai. Na propriedade do casal que rotaciona as verduras com milho e gado, o marido está trabalhando na prefeitura como tratorista há pouco mais de um ano e a esposa é quem “toca a roça” junto com algum dos três filhos, no período em que não estão na escola. Porém, ele ainda faz os serviços pesados com o trator e de pulverização nos finais de semana, além de tirar o leite todo dia antes de ir para o emprego.

Um outro senhor, que não possui filhos ajudando-o nos plantios, trabalha em companhia de um funcionário fixo para o auxiliar nas tarefas da lavoura. Este, por fazer 80% das vendas para intermediários e por obter baixo retorno financeiro ou até mesmo perder diversos cultivos inteiros, já teve que vender alguns pedaços de terra – “de uns tempo pra cá, de uns dez anos pra cá eu tô sobrevivendo na lavoura porque eu tô vendendo terra” – e foi quem se mostrou mais desanimado com a agricultura dentre os entrevistados.

O produtor orgânico certificado trabalha com a esposa e um filho, mais a ajuda esporádica de alguns diaristas “quando aperta” o serviço. Sua vontade é de ampliar os plantios ao ponto de contratar uns quatro funcionários para os trabalhos, mas por enquanto ainda não chegou neste ponto. O interessante deste caso é que a tomada de decisão em mudar o sistema de produção convencional para o orgânico foi a partir de um pedido do filho, feito há mais de doze anos atrás. O pai disse que aceitou a proposta desafiadora porque a roça seria dos filhos no futuro e desde então transformou seu modo de produzir hortaliças, certificando a produção rapidamente.

Já no caqui agroecológico, o trabalho é organizado de duas maneiras ao longo do ano. Pelo fato de realizarem um evento de turismo rural em formato de “Colha & Pague” na época da safra, que em geral se dá desde meados de março até meados de maio, chegaram a contratar trinta e duas pessoas no evento deste ano para serviços no restaurante e na monitoria dos visitantes pelo caquizal. Além desses contratados havia muitos familiares trabalhando, “vinte pessoa é família, irmão, cunhada, sobrinho, filha, filho”. Fora do mês em que o evento é realizado – neste ano de 2012 foram cinco finais de semana entre 31 de março e 29 de abril – a mão de obra é composta pelo casal, um filho e um funcionário.

Já noutra família que está promovendo um evento denominado “Café Caipira” há um ano na propriedade, apenas a força da família – pai, mãe e filha – é usada nos trabalhos da roça. Porém no café, realizado sempre no último domingo do mês e com enorme variedade de bolos, pães, geleias, bolinhos, doces e sucos feitos com receitas tradicionais e ingredientes locais, já estão contratando alguém externo para ajudar: “normalmente é eu e a minha mãe e agora eu tô já buscando uma vizinha pra que ela possa tá me auxiliando na cozinha, senão só eu e minha mãe não dá conta”.

Há ainda outra família pluriativa em que o marido trabalha na prefeitura e a esposa toma conta da lavoura junto com um funcionário, empregado deles há vinte e três anos. O marido sempre esteve empregado ou trabalhando por conta própria fora do sítio enquanto a esposa cultivava as hortaliças. O serviço de trator fica a cargo do marido em suas horas vagas e a esposa afirma que se

sente bem na roça ao mexer com a terra, além de dizer que é “muito independente” e “livre” no sítio e que se tivesse chance de sair e trabalhar como empregada não iria.

Em outro sítio onde o marido também está empregado na prefeitura, se percebe a inserção da mulher como agricultora ocupada não só com os afazeres da lavoura, mas com a tomada de decisões e a participação na receita. Primeiro a esposa comenta sobre a época em que pararam de plantar morango:

Esse [*morango variedade Toyonoka*] é o que enterrou nós, deu muita doença e não deu nada, entrou praga tipo um fungo, aí quando você ia encaixar ela começava apodrecer. Ela apodrecia e não dava pra gente mandar. Aí eu falei pra ele: ‘dessa vez em diante eu não planto mais morango’, aí ficamo até hoje. Ficamo onze ano sem plantar morango. Agora que tamo resolvendo plantar um pouquinho.

Depois, o marido demonstra como é importante a participação da esposa e dos filhos para administrar a lavoura e os recursos financeiros da família.

A família que tá ali, trabalha junto, o ganho é nosso, não é de um, não é de, é nosso o ganho. Que nem eu falo pros filho, o que cêis trabalha não é meu, é de nós tudo. Então, quer dizer, o que entra dentro da casa é de todo mundo. Se eu posso comprar um sapato, eles podem também. É uma coisa assim. E hora de trabalhar, trabalha tudo junto, pra nós tá sendo melhor, pelo menos a cabeça da gente fica mais sossegada, mais tranquila.

Do mais, merece destaque o fato de que muitos filhos e filhas de agricultores não estão trabalhando na agricultura, principalmente os que mais estudaram. Os que ajudam seus pais se enquadram em três categorias: 1) crianças ou adolescentes mais novos que ainda estão estudando (Foto 10); 2) os filhos promovem junto com os pais algum evento de turismo como o Colha & Pague do Kaki Fuyu, ou a própria filha que encabeça o evento com a ajuda dos pais, como no caso do Café Caipira, mas que já trabalhou fora por vários anos; 3) os filhos estão motivados com a agricultura e até deixaram o emprego para retornar ao sítio.

Foto 10: Família agricultora em que os três filhos ajudam na roça fora do período escolar. Vila Élvio, Piedade-SP.



Fonte: Claudio Eduardo Silva Nadaletto, abr. 2012.

Esse último caso é observado em duas famílias. A primeira família é a que possui a lavoura orgânica certificada e neste caso específico, como dito anteriormente, foi o filho que pediu ao pai que cultivasse em sistema orgânico para que ele ajudasse o pai no momento oportuno. É certo dizer que o retorno está sendo satisfatório porque o filho continuou a trabalhar com pai e mãe, fato que não seria observado se estivessem atravessando alguma crise. O próprio pai confirma isso ao sustentar que não voltaria ao sistema convencional e ao ser questionado sobre o filho ele fala que o mesmo “tá contente também, pra nós tá bom”.

Na segunda família em que os mais jovens estão motivados com a agricultura há o caso de quatro sobrinhos do entrevistado que estavam empregados na cidade e retornaram para a lavoura. Nesta família, quinze pessoas do mesmo núcleo familiar trabalham juntas na propriedade e a organização da força de trabalho nas distintas tarefas é tão bem orquestrada

que suas vendas são realizadas de forma a garantir estabilidade de preços por conta da frequência nas entregas. Além disso, o custo de produção é o mínimo possível por conta das adubações verde e orgânica. Este conjunto de fatores permite que a situação do sítio seja de grande estabilidade e o entrevistado garante que se a conjuntura estivesse favorável assim antes, os sobrinhos nem teriam deixado o campo.

4.1.2 Comercialização da produção

A comercialização, como será mostrado em profundidade mais adiante, é o maior entrave enfrentado pelos agricultores familiares de Piedade e nas entrevistas diversos depoimentos corroboraram esta constatação. A diversidade de modos como os agricultores vendem suas mercadorias é um ponto comum a unir os entrevistados. A comercialização de hortaliças e frutas, como é o caso aqui analisado, por serem altamente perecíveis exige uma logística cautelosa para preservar as várias propriedades dos produtos, sobretudo a aparência.

Isto porque a partir do momento em que o produto é colhido, ele já está dentro de alguma classificação do mercado que é quase imutável para a venda *in natura*. Assim a qualidade aparente do produto só pode ser modificada para pior, em função de más condições de embalagem, transporte e armazenagem. As estratégias para preservar os atributos são inúmeras e variam de acordo com o tipo de produto – frutas, folhosas, legumes, raízes, tubérculos, ervas condimentares e aromáticas –, o veículo de transporte, as embalagens, o tipo de comprador e de mercado.

O processamento das frutas e hortaliças é uma opção que pode melhorar tanto o valor de venda dos produtos assim como a aparência e a longevidade. Apesar de haver algumas iniciativas sendo realizadas com este intuito em algumas propriedades rurais do município, especialmente no que diz respeito ao processamento mínimo⁶, dentre os entrevistados nenhum faz qualquer tipo de processamento em seus produtos para comercializar.

⁶ Segundo Moretti (2007, p. 27) “frutas e hortaliças minimamente processadas são, em essência, vegetais que passaram por alterações físicas, isto é, foram descascados, picados,

Entretanto, a embalagem pode se tornar uma carga pesada de serviço a mais como no caso dos dois irmãos que estão vendendo e coordenando a venda para o PNAE, a “merenda escolar” dos municípios de São Bernardo do Campo e Sorocaba, ambas no estado de São Paulo. Especialmente em São Bernardo, a distribuição nas escolas é feita em embalagens de meio, um e dois quilogramas para determinados produtos e todo o serviço gerado é de responsabilidade dos agricultores com um acréscimo de 10% no valor pago. Cebola, chuchu, cenoura, pimentão, pepino, beterraba, salsa, cebolinha entre outros são todos embalados em saquinhos plásticos e pesados um a um, o que acarreta um trabalho de grande vulto nos dias de entrega.

Mesmo assim este tipo de comércio é tido pelos agricultores como bom, mas em parte, porque o preço é tabelado e fixo para todo o ano. Porém, mesmo sendo com preços fixos, não é de todo bom porque a prefeitura de São Bernardo usa como parâmetro a tabela de preços oficial da Conab para São Paulo e segundo os agricultores este preço está defasado. Na visão deles, seria melhor fazer da mesma forma que a prefeitura de Sorocaba, onde os preços acompanham a cotação do dia no Ceagesp local. Além disso, há uma grande dificuldade com o retorno das caixas da associação que levam os produtos para São Bernardo, tendo assim um prejuízo no patrimônio.

O senhor de 76 anos, por estar próximo à cidade e não mais possuir carro – quando possuía, ele mesmo teve ponto de venda na feira de Piedade – vende todas as suas “bugingangas” no próprio sítio aos feirantes e ao restaurante próximo, e dentre todos os entrevistados é o que possui a maior diversidade de produtos. São eles: almeirão, catalônia, alface, cebolinha, salsa, pimentão, pimenta, abobrinha, abóbora menina, milho verde, rabanete, rúcula, coentro, maxixe e mandioca. A renda dele e da esposa provêm tanto da aposentadoria, cada um com um salário de benefício, como da horta e segundo ele a receita da roça e das aposentadorias são equivalentes.

A família dos quinze demonstra grande perspicácia mais uma vez na forma como comercializa. Suas vendas se direcionam tanto a intermediários do Ceagesp de São Paulo, a outro intermediário que envia os produtos para

torneados e ralados, dentre outros processos, mas mantidos no estado fresco e metabolicamente ativos”.

Campo Grande, MS, e a uma rede varejista de Ribeirão Preto, SP. Como a força de trabalho é numerosa, eles sempre têm produtos – brócolis ninja, alho porró e alface – para os compradores, fazendo colheitas e preparando carga todos os dias da semana. Segundo o entrevistado, com essa ação não há falta de produto e isso gera uma confiança mútua que possibilita ao comprador pagar um preço fixo e bom para eles.

Dessa maneira, a família fica incentivada a trabalhar e produzir ainda mais. O preço fixo e justo é um desejo de muitos agricultores familiares, especialmente os que produzem hortaliças. As variações são enormes – o coentro é símbolo da imensa flutuação, com o preço da dúzia de maços variando desde R\$ 5,00 a picos em que chega a R\$ 200,00 –, e isso gera insatisfação em muitos dos entrevistados. Porém, na família dos quinze, embora não tenham contrato assinado com os compradores, sua relação é tão boa com eles a ponto destes aumentarem o patamar de preço quando há um pico mais prolongado no mercado e não abaixarem quando o mercado despenca.

No produtor orgânico certificado, acontece de forma parecida. Seus produtos, cenoura, morango, alho porró e couve manteiga, com a cenoura sendo o principal, são vendidos para uma empresa comercializadora de Ibiúna, município vizinho a Piedade. Os preços são fixos e todo plantio já é programado de acordo com a capacidade do comprador em adquiri-los. Para ele, a grande vantagem de sua lavoura está em vender sem flutuações de preço, além do valor dos produtos em si serem melhores que os convencionais e por isso haver maior rentabilidade mesmo trabalhando numa área menor.

Há ainda outra família não mencionada anteriormente que intensifica a produção com o trabalho dos familiares e às vezes pagam algum diarista para auxiliar. Eles são cinco atualmente e as vendas agora são feitas por eles mesmos, através de um caminhão comprado com financiamento via Pronaf. Os produtos, que antes seguiam para o Ceagesp de São Paulo através de um intermediário agora são levados por um dos irmãos do entrevistado e assim “dá pra tirar o frete, despesa de embalagem e mais um pouco por cima” segundo ele, ou seja, recebem um valor melhor agora do que recebiam antes.

O veículo próprio para transporte dos produtos é uma ferramenta que faz muita diferença na hora da comercialização. A família dos quinze foi “empurrada pra frente” quando comprou um caminhão, também com financiamento do Pronaf, e com isso passou a levar os produtos ao Ceabasp de Piedade e entregar direto aos compradores. Os intermediários que “compram as roças” sempre possuem seu próprio veículo utilitário e pessoal de apoio (geralmente diaristas) para fazer a colheita, encaixamento e transporte aos locais onde entregam as mercadorias.

Por isso mesmo, alguns agricultores fizeram questão de tratá-los não como atravessadores e sim como intermediários, feirantes ou comerciantes, já que eles desempenham um papel importante ao viabilizar vendas que sem eles em alguns momentos seria impossível. Mas mesmo com alguns agricultores reconhecendo a necessidade de haver esses compradores e o benefício que trazem a muitos que não possuem ferramentas próprias para acessar algum canal de venda direta no varejo ou mesmo no atacado, um agricultor fez questão de frisar quanto é difícil depender deles:

“porque quando o mercado tá ruim, tá sobrando mercadoria, os cara faz a gente de bobo, trata de vir comprar e não vem; combina um preço e paga outro; deixa perder mercadoria na roça, a gente que perde, cê fica na mão dos cara aí e é ruim. O atravessador é um mal necessário, mas é um mal. Ruim com eles, pior sem eles, mas é difícil.”

Para finalizar este tópico da comercialização, os proprietários do caqui agroecológico se destacam ao abrir a porta de seu sítio e permitir que os turistas colham os caquis do formato, tamanho e ponto de maturação que quiserem, na quantia que desejarem e pagando por quilo da fruta. Assim, os frutos que antes eram vendidos no Ceagesp de Sorocaba e colhidos com dificuldade pois encontrar mão de obra é um empecilho relatado pelo casal, agora são colhidos pelos próprios visitantes consumidores.

4.1.3 Entraves da agricultura e do meio rural piedadense

Neste tópico, os entrevistados foram questionados sobre as maiores dificuldades da agricultura, a deles próprios e do município como um todo e do meio rural em geral. Foi verificado no conjunto das entrevistas, uma

indissociação entre meio rural e agricultura. Ao serem questionados sobre os entraves da agricultura as respostas fluíram, na maioria dos casos, rapidamente e sem hesitação e ao ouvirem a mesma pergunta com o termo ‘meio rural’ no lugar de ‘agricultura’, a resposta também era rápida e sempre esteve relacionada à agricultura, porém neste caso mais à agricultura dos outros e não ao próprio sítio.

O único agricultor que titubeou para responder à questão sobre a agricultura em geral foi o produtor orgânico certificado. No começo, na primeira vez que foi questionado evitou falar dos outros, trazendo a questão para si mesmo e ressaltando que pensa no consumidor e na qualidade de seus produtos. Mas na segunda vez disse que não pode obrigar ninguém a pensar no consumidor visto que “a turma pensa no bolso” e não poderia responder pelos agricultores convencionais.

A comercialização da produção é o grande entrave, a principal dificuldade dos agricultores familiares pesquisados. Foi relatada em oito das dez propriedades alguma dificuldade no que se refere à venda dos produtos, em especial com relação aos valores de venda, seja a incerteza de preços e a instabilidade do mercado ou os preços baixos e defasados, com a perda crescente do poder de compra. Outros dois temas correlatos que surgiram foram a incerteza de recebimento pelas vendas, os calotes aplicados em prejuízo dos agricultores, e quando se combina pequena produção com a grande distância do sítio à sede municipal, gerando empecilho aos compradores.

O casal do caqui agroecológico também frisou, de duas formas, os problemas de preço. A primeira se dá com eles porquanto ainda levam uma parte da produção ao Ceagesp antes de iniciar o Colha & Pague a fim de fazer um caixa para investirem no evento, além de tirar o caqui taninoso (variedade Taubaté) do pomar e evitar que os turistas os comam. Em segundo lugar, a esposa relatou o caso de um amigo agricultor convencional:

esse preço aí que é o difícil porque as coisa que compra, não orgânico, um tava falando da semente outro dia, era R\$ 30 a latinha de semente do nabo uns dois anos atrás, agora tá R\$ 90 a latinha e o preço [*do nabo*] é o mesmo, continua R\$ 2,50.

Outros três relatos foram feitos acerca dessa defasagem nos valores de venda dos produtos agrícolas em comparação ao preço de outros itens, especialmente os próprios insumos usados na produção agrícola. O senhor de 76 anos ressaltou da seguinte forma “eu vendo pros feirante, eu vendo um maço de rúcula por R\$ 0,50 pra eles já faz oito anos que eu tô vendendo e não subi. Já teve inflação, não teve?” Outro disse que a caixa de acelga era vendida por R\$ 8 logo no início do Plano Real em 1995 enquanto o saco de adubo custava R\$ 17. Hoje, a caixa de acelga ainda é vendida em torno de R\$ 8 ao passo que o adubo custa entre R\$ 45 e R\$ 65, o mais barato e o mais caro, respectivamente.

Na família do Café Caipira o comentário foi sobre o alho. O pai iniciou o assunto, dizendo “e nós plantemo alho aqui, muito alho, teve a época do alho. Hoje o alho não tem preço, chega ali no [*Supermercado*] Sonda e vê R\$ 4,80 o quilo, o que o lavrador tá recebendo?” Daí, a esposa teceu o comentário: “isso que eu falo, o tempo que nós plantava o alho, nós vendemos nesse preço e continua o mesmo! [*Há*] Mais de vinte ano que nós paramos de plantar. Não melhorou nada”.

A incerteza não ronda apenas os preços de venda da maioria dos produtos olerícolas, mas em certos momentos há dúvidas sobre a própria colocação da produção em algum mercado, o que gera perdas de lavouras inteiras em muitos casos. Este é um problema recorrente das hortaliças, principalmente das folhosas que em questão de poucos dias passam do ponto de colheita, ainda mais quando há muita oferta do produto. Dois agricultores relataram casos da agricultura em Portugal e Japão, contando sobre a regulação e planejamento dos plantios agrícolas naqueles países de forma a evitar superproduções e garantir uma remuneração justa e estável aos agricultores.

Outro empecilho da agricultura familiar piedadense é o custo de produção das lavouras, geralmente alto e quando combinado à falta de planejamento e estratégia para a venda, caracteriza um tipo de agricultor denominado “aventureiro”. A busca por “acertar em alguma lavoura”, obter um bom lucro com determinado plantio o guia, e nesse rumo o plantio é feito com base no

sucesso de safras anteriores de outros produtores, que obtiveram um preço excepcional de venda. A preocupação com o custo de produção é insignificante e da mesma forma mal planejam a venda, acreditando na “loteria da lavoura”.

Alguns agricultores, especialmente aqueles mais centrados em diminuir as despesas e ter compradores certos para a produção, também chamam esses aventureiros de “cabeça dura”. O aperto, sentido com forte intensidade pela agricultura convencional pode ainda ser pior quando não se possui uma estratégia e um planejamento para minimizar a força com que os setores a montante e a jusante comprimem a produção agrícola. Dependentes do mercado para a compra de insumos – sementes, mudas, fertilizantes sintéticos, agrotóxicos – e de equipamentos e ferramentas para o manejo das culturas; e novamente dependentes do mercado instável para a venda da produção, os agricultores familiares sentem essa pressão que os envolve.

Tanto sentem ou já sentiram este aperto, nas palavras deles “dificuldade; lavoura ruim; agricultor tá achatado; explorado; sofrendo”, que foi comentado em cinco entrevistas tais dificuldades. O interessante é que todos eles haviam frisado o entrave em algum ponto da comercialização e desses cinco, três também ressaltaram o alto custo de produção, “muita despesa” como problema. Enfim, a maioria deles percebe que as despesas para produzir estão muito elevadas e a venda dos produtos em muitas vezes não é compatível com os custos, porém apenas dois deles percebem que diminuição dos custos pode ser o primeiro passo para uma maior rentabilidade. Os outros comentaram que devem melhorar a comercialização.

Sobre estes dois que mencionaram a diminuição das despesas como saída para o aperto, um enfatizou que a família deve estar unida para o trabalho agrícola porque além de não haver força de trabalho suficiente, a que existe é cara e dessa forma ele acredita que

família do produtor tem que tá unida, mulher, esposa, filho, aquele que quiser sobreviver na área pequena, sobrevive bem, mas unido! Se [*depende de*] muito empregado ele não sobrevive não, que os custo é muito alto, os riscos são muito grande, perigoso.

O outro agricultor que mencionou a diminuição das despesas o fez com maior ênfase aos custos de produção despendidos com insumos, pois em sua

produção isso já foi feito. Ele, que é o “cabeça” dos quinze familiares, disse que já passaram por dificuldades mas quando acertaram a comercialização e a diminuição dos insumos, melhorou muito a situação financeira da propriedade a ponto dos quatro sobrinhos voltarem a trabalhar na agricultura. Atualmente, ele é o Diretor Municipal de Agricultura e ao comentar sobre o cenário agrícola do município fala que “tem produtor que não se acertou ainda, eu acho que mais na comercialização e no gasto demais. (...) Que diminua os insumos aí e que aprenda mais um pouco, eu acho que é por aí”.

Outro entrevistado que passou pelo aperto e conseguiu sair dele é aquele que trabalha como tratorista na prefeitura. Quando questionado sobre a motivação que o fez procurar emprego, ele salienta que “foi a dificuldade que a gente tava passando, que foi uns anos aí que tivemos bem difícil mesmo com a lavoura. Teve ano aí que não passamos fome porque tinha o que comer em casa, do sítio porque senão... ganhar, não ganhava nada”. Agora que está empregado há mais de um ano, ele diz que “a minha vida melhorou cem por cento, foi bem melhor. Tanto na parte financeira como na parte mental da gente também”.

Uma opinião interessante ainda sobre o aperto da agricultura foi essa: “hoje em dia ficou mais moderno, mais fácil de mexer com preparação de terra, essas coisas, mas eu não sei, fica quase mais difícil que... Numa parte melhorou, mas o custo é mais caro”. Porém, de acordo com este lavrador, a principal dificuldade que a família enfrenta é a pouca área que possuem para plantio e “tem terra que nós estamos plantando faz quinze anos, plantando direto”. Além disso, este agricultor frisou que a mão de obra é um problema, “tá pouca, (...) os que estudam bem, eles vão querer [trabalhar] na outra área, principalmente os mais novos”.

A falta de força de trabalho ainda permeou outras entrevistas como uma dificuldade, especialmente no que se refere aos trabalhos agrícolas. Nas duas propriedades com eventos de turismo este tema foi problematizado como um entrave, mas em ambas esteve relacionado aos serviços agrícolas e não aos trabalhos ligados ao turismo. Percebe-se também, assim como relatado acima, que não há ajuda dos filhos em diversas propriedades e este rompimento na

sucessão familiar tem relações com a falta de perspectivas e o aperto da agricultura.

Um agricultor fez questão de frisar a carência na qualidade do trabalho dentro da família agricultora, pois segundo ele seria muito importante que algum dos filhos fizesse um curso técnico ou superior na área agropecuária para exercer funções de administração e de planejamento da produção e da comercialização na propriedade. Segundo ele, este é o diferencial dos grandes produtores que contam com o serviço desse tipo de profissional e assim têm mais informações sobre o mercado e sobre as técnicas de produção, além de uma contabilidade mais precisa e melhor programação das safras. Ou seja, nota-se como pano de fundo a inexistência ou a precariedade dos serviços públicos de extensão rural.

Uma questão tida como um problema atual da agricultura piedadense é a diminuição da vazão dos cursos d'água, percebida por quatro agricultores. Essa escassez de água em algumas épocas do ano não era observada há alguns anos ou décadas atrás e pode estar associada à erosão dos solos, ao maior uso de água na irrigação pela agricultura e até à mudanças no microclima, já que dois agricultores relataram o aumento na frequência e na intensidade das chuvas de granizo. Um deles salientou que essas mudanças podem até inviabilizar certos cultivos de hortaliças e que a tendência futura é o plantio em estufas com irrigação localizada e feita com mais critério técnico.

Outros dois indicaram o empobrecimento do solo nas áreas agricultáveis bem como a grande ocorrência de erosões como problemas dos agricultores. A alta declividade dos terrenos combinada com o plantio de culturas temporárias e o manejo inadequado do solo têm promovido uma série de problemas erosivos por todo o município. Soma-se a estes três fatores a deficitária orientação técnica existente, relatada por três agricultores, que colabora para a má conservação do solo e das estradas rurais. Um deles fez questão de realçar a falta de informações e orientação à qual os agricultores estão submetidos e como isso colabora para o uso sem critério de agrotóxicos, que eleva o custo de produção e para a irrigação das lavouras com água poluída por esgoto.

As estradas rurais foram mencionadas como um entrave ao setor agrícola visto que elas possibilitam ou não o escoamento contínuo da produção. Como um item de infraestrutura de responsabilidade do poder público municipal, elas ainda permitem o trânsito das famílias rurais em seus deslocamentos e a falta de apoio da administração pública foi comentada apenas por uma entrevistada. Outro tema relatado foi a dificuldade de comunicação, em especial os serviços de telefonia móvel e internet. A internet foi lembrada por dois agricultores e um deles disse que esta ferramenta é importante para saber a cotação de preços das mercadorias no Ceagesp mas que ainda não possui no sítio pelas dificuldades e alto custo de instalação.

Ainda foi citado o problema da falta de titulação das propriedades rurais e em decorrência dessa inexistência de documentos registrados, a não obtenção de créditos agrícolas e outros documentos ou serviços. Por fim, alguns agricultores comentaram que o individualismo, a falta de organização e de união entre eles é um entrave à agricultura familiar seja na comercialização ou mesmo na obtenção de equipamentos para processar e agregar valor às mercadorias conforme narrado por um agricultor, atual presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR e membro de uma associação de pequenos produtores rurais.

4.1.4 Passado, presente e futuro: melhorias e questões a avançar

Os agricultores e as agricultoras também foram questionados sobre aspectos de sua atividade econômica, do sítio e do meio rural em geral que já estão melhores, em sua visão, em relação ao que eram no passado e no que ainda são necessários mais esforços para se avançar futuramente. Este questionamento justifica-se pelas mudanças já vividas no meio rural piedadense, sendo os principais eventos o ápice e a crise da cebola, com a diversificação e a maior distribuição das oportunidades decorrente desse processo. Além disso, os agricultores que por algum motivo se sentiram inibidos em falar das dificuldades, com a mudança do questionamento para “o que ainda pode ser melhorado”, os fez dizer mais coisas e enriquecer o relato.

Assim, por causa do enorme apelo que o passado de “Capital da Cebola” ainda traz à memória dos agricultores, implicou avaliar em quê os sistemas produtivos e as relações externas à propriedade se modificaram e mais do que isso, descobrir a qualidade dessas mudanças. A melhoria mais comentada foi a da condição de vida da grande maioria dos agricultores e moradores do meio rural em geral. E todos que mencionaram este fator fazem uma relação causal com a diversificação dos cultivos proporcionada pela crise da cebola, portanto vêem que a melhoria foi causada pela diversificação. Além disso, a própria diversificação em si foi apontada com uma melhoria por três entrevistados.

Dessa forma, o presidente do CMDR falou com muita propriedade que “essa diversificação no meu entendimento foi o que ajudou a agricultura de Piedade sobreviver e tá mantendo, apesar da dificuldade, da falta de incentivo que a gente tem, mas tá ajudando o povo sobreviver e até melhorou de vida”. Ele ainda cita que a própria predominância da agricultura familiar nos dias atuais em Piedade decorre da crise da cebola e da quebra de muitos ceboleiros e cenoureiros. Foi por conta disso que os antigos meeiros, muitas vezes explorados pelos parceiros, conseguiram se emancipar dos antigos proprietários da terra e plantar suas lavouras por conta própria, seja como arrendatários e em alguns casos até como novos proprietários de terra.

Quando houve esse problema com a cebola e com a cenoura, esses caras que eram forte, a maioria quebraram. Então aí a turma foi pra cidade, arrumaram emprego, outros começaram a arrendar um pedacinho de terra e plantar um pouquinho de verdura como houve essa diversificação, área pequena, arrendava, plantava de meia, aí a turma foram ganhando dinheiro e muitos que eram meieiro, que eram camarada naquela época hoje plantam por conta, arrenda terreno. Porque aí começou sobrar terreno porque ceboleiro, cenoureiro que plantava bastante começaram parar. (...) Eu acho que aí o pessoal que era meieiro, era camarada, começaram plantar por conta, começaram sair dessa escravidão e ficou mais familiar. Eu vejo assim, pelo que eu conheço na nossa região aqui, foi mais em função disso que a agricultura familiar cresceu.

Outro entrevistado, filho e neto de agricultores e que mora nessa mesma propriedade herdada da família, comenta sobre a mudança social ocorrida com a derrocada da cebola.

Nessa época da cebola existia muita desigualdade. Tinha os produtores que tinham muito, mas tinha muito empregado e

hoje não, mudou muito, hoje ninguém mais tem muito empregado; muitos que eram empregado hoje são dono dos próprios negócio. Então melhorou muito nesse tipo. Hoje, nesse tipo de plantação que a gente faz, a maior vantagem disso é que se trabalha muito em família hoje em dia. Hoje se uniu muito a família por causa desses tipo de cultura. Hoje ninguém tem mais bastante empregado, só quem planta morango mesmo, os morangueiro já tem mais empregado. Já quem lida mais com verdura evita ter empregado, é mais família mesmo. Então, comparando, a vida do produtor da roça melhorou muito, hoje praticamente todo mundo tem o seu carrinho, todo mundo tem sua condução, sua casa própria, coisa que há tempos atrás muita gente não tinha isso. Hoje, um carro ou uma moto pode-se dizer que todo produtor tem, então nesse ponto melhorou muito.

O diretor de agricultura do município, chefe da família dos quinze, corrobora essa melhoria salientando que:

Com essa diversificação, essa mudança de lavoura melhorou bastante, o pessoal não ficou amarrado só em um. (...) Lógico, tem produtor que não se acertou ainda, no rumo dele ainda... eu acho que mais na comercialização e no gasto demais. Eu acho que o erro tá aí e quem se acertou já no seu controle, tá melhor, mas eu acredito que mais de 60% já tem o rumo certo.

Outro ponto de melhoria citado diversas vezes é o “saber trabalhar a terra” tanto pela diminuição dos custos de produção, com o menor uso de agrotóxicos e adubos sintéticos como para o controle das erosões na propriedade. O menor uso de agrotóxicos é um ponto frisado por três entrevistados, sendo que um menciona uma diminuição de 90% em relação à época dos grandes plantios de cebola. O segundo foi no Colha & Pague onde já não usam agrotóxicos há mais de uma década. Ainda na mesma época pararam de aplicar adubos comprados em função dos estudos dos filhos e da falta de retorno com o caqui, e passaram a aplicar o composto de cogumelo. Seus caquizeiros estão retratados na foto 11.

Foto 11: Caquizeiros na época do Colha & Pague do Kaki Fuyu.
Bairro Sarapuí de Cima, Piedade-SP.



Fonte: Claudio Eduardo Silva Nadaleta, abr. 2011.

Estes agricultores relataram diversas vezes a satisfação que têm ao falar aos visitantes que os caquizeiros não são pulverizados com produtos tóxicos e se mostraram otimistas ao afirmar que seria plenamente possível aos produtores de hortaliças também produzirem de forma ecológica. O esposo ainda disse “mas é bom esse sistema orgânico – que esse que nós temos não tem certificado porque dá despesa o certificado – mas o que a gente não usa de adubo e agrotóxico já é bastante coisa”, ou seja, a economia nos custos de produção é relevante para eles.

Outro agricultor que salientou o “saber trabalhar a terra” foi o produtor certificado orgânico. Em sua visão, sua propriedade melhorou muito após a implantação do sistema orgânico já que a erosão é um item delicado, observado com muita cautela nas auditorias da certificadora. Segundo ele já não há mais erosão em seu terreno e pelo contrário, há até produção de solo em uma área plana na qual o ponto mais baixo está se nivelando lentamente

ao que era mais alto em função das frequentes incorporações de matéria orgânica.

Como um ponto a melhorar, ele ressalta que é necessário haver mais técnicos para orientar os agricultores na área de conservação do solo porque ele está “vendo coisa muito errada em Piedade”, referindo-se às inúmeras e graves erosões encontradas nas roças. Outros agricultores também mencionaram que há necessidade de mais técnicos trabalhando na assessoria agropecuária para que os produtores saibam usar as tecnologias disponíveis com mais critério e conhecimento. Para eles, as tecnologias de produção avançaram bastante, porém ainda falta mais informação para que sejam bem utilizadas no sentido de aumentar a qualidade da produção.

Apesar do acesso à informação ser ainda um ponto que deve melhorar, houve avanços no que se refere ao conhecimento dos agricultores. Dois relataram que hoje sabem muito mais coisas relacionadas aos cultivos do que sabiam antes e que atualmente existem mais informações disponíveis, inclusive a adubação verde foi citada por um deles como algo que aprenderam com outros agricultores e hoje não deixam de fazer. O apoio do poder público foi citado por uma agricultora, que fez questão de comentar a ajuda que receberam da atual administração municipal através da análise de solo gratuita e a respectiva recomendação de calagem e adubação.

Este apoio também foi elogiado em relação aos programas criados pelo governo federal para compra de alimentos diretamente dos agricultores familiares. O chamado mercado institucional é um avanço e no dizer do próprio agricultor:

Tem uma porta aberta aí, só falta ele acreditar e se organizar. Só se organizar, só ele acreditar porque tem uma porta aberta hoje... **Você fala em qual porta?** Essa que nós tamo trabalhando da agricultura familiar vendendo pra merenda escolar, olha que porta aberta que não existia uns anos atrás que é um preço, ele já sabe o preço que tá na mão dele. Hoje tem duas opção que nós tamo trabalhando com tabela Conab, que ela tá defasada, mas pelo menos bastante produto ainda dá pra trabalhar e hoje com a tabela Ceagesp que pode ser feito, é excelente.

Como ponto que ainda deve ser trabalhado, foi citado quatro vezes a organização coletiva dos agricultores e dos envolvidos com o turismo rural. Em

resumo, o trabalho com “união” é a “solução” para vender os produtos em conjunto, para acessar os mercados institucionais ou mesmo para montar uma estrutura de processamento mínimo e agregar valor na produção, deixando de perder produtos na lavoura, e também para fortalecer os eventos de turismo rural.

A foto 12 mostra os sócios da Associação de Pequenos Produtores de Piedade – APPRUPI preparando a carga no caminhão referente à venda para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Prefeitura Municipal de Diadema, SP. Segundo um desses associados “é bom o pessoal trabalhar junto, organização. Até porque só o pequeno não tem muita chance sozinho, então se for um grupinho aí...”.

Foto 12: Agricultores familiares “fazendo carga” para o PAA de Diadema-SP.
Sede da APPRUPI, Piedade-SP.



Fonte: Claudio Eduardo Silva Nadaletto, mar. 2011.

Ainda há que se melhorar, segundo quatro entrevistados, a questão da instabilidade dos preços dos produtos agrícolas. Na opinião de todos, o

governo deveria encontrar uma forma de regular e estabilizar estes preços através de uma regulação dos plantios e de garantia de preços mínimos. Nota-se que a comercialização realmente é o maior empecilho da agricultura familiar, já que aparece como pano de fundo da organização dos agricultores para a venda conjunta e com agregação de valor, conforme citado no parágrafo anterior, e na regulação dos preços de venda para que haja estabilidade e certeza de negociação da produção.

Outro ponto que se relaciona com a comercialização, citado três vezes, é a mudança para a agricultura orgânica. O presidente do CMDR (foto 13) frisou que apesar da idade, pretende mudar aos poucos para um estilo de agricultura mais ecológica e sustentável,

porque eu acho que tá crescendo essa procura por produto orgânico e é um mercado que tá crescendo e a vantagem pra quem mexe com isso é grande, porque você não vai tá mexendo com produto perigoso pra saúde, esses produto que usa na lavoura é perigoso tanto pra quem vai consumir como pra quem tá usando, é pior ainda, fica mais exposto. Além do custo, o perigo e o risco que tá correndo, e depois o produto orgânico, natural é bom pra todo mundo, pra quem planta, pra quem consome, pro meio ambiente, pra tudo. O problema é a dificuldade que a gente tem pra começar, a gente tá acostumado com o outro, então vai ter que ir mudando devagar.

Foto 13: Agricultor, Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.
Bairro dos Oliveiras, Piedade-SP.



Fonte: Claudio Eduardo Silva Nadaletto, jun. 2012.

Ademais, este mesmo agricultor vê como uma possível saída para o gargalo da comercialização, o plantio de hortaliças planejado e combinado com os compradores, mesmo que sejam intermediários. A exploração de outras funções das propriedades no território rural foi comentada por um agricultor e pela agricultora que realiza o Café Caipira. Ela, que assim como a irmã já trabalhou por mais de onze anos fora do sítio em uma fonte de água mineral por conta do aperto que viviam na lavoura, diz que aposta na diversificação das explorações para além da agricultura e que “vai ter que criar força no turismo, vai ter que diversificar porque da lavoura Piedade não sobrevive mais”. Ela, sua mãe e seu pai estão retratados na foto 14.

Foto 14: Família agricultora que realiza o Café Caipira.
Bairro dos Cavalheiros, Piedade-SP.



Fonte: Claudio Eduardo Silva Nadaletto, mar. 2012.

4.1.5 Análise transversal das estratégias mais positivas

A enorme diversidade do universo rural piedadense não pode ser expressa em tão poucas páginas, por isso se fez necessário o recorte na agricultura familiar produtora de frutas e hortaliças e em duas propriedades onde além da produção agrícola, contam com ações de turismo rural que possuem a agricultura e o modo de vida caipira como atrativos. Mesmo assim, corre-se o risco iminente de ainda não captar as nuances mais sutis que envolvem as atividades empreendidas por essas famílias agricultoras.

Atendo-se aos objetivos e à hipótese que instigaram esta pesquisa, não restam dúvidas de que o aperto vivenciado pela agricultura direciona as famílias a elaborarem estratégias condizentes com a sua realidade e dentre essas estratégias para saírem do aperto, a combinação de ações que os aproximam do campesinato, da agroecologia, da pluriatividade e da multifuncionalidade se mostram como as mais promissoras e atraentes para o

universo em questão. A intensificação da mão de obra na propriedade pela família combinada com o baixo custo de produção é o caráter que mais remete ao modo de produção camponês.

Na realidade abordada, onde a força de trabalho é escassa e quando é paga onera demasiadamente, quanto mais familiares estiverem trabalhando juntos com o mesmo objetivo, mais sólida será a atividade empreendida. Tanto é que esse tema foi citado de três maneiras distintas: primeiro, a família mais unida no trabalho da lavoura percebido como um efeito positivo da diversificação de cultivos; segundo, para diminuir os custos de produção, a importância de intensificar o trabalho dos familiares na propriedade; e terceiro, a necessidade de haver algum familiar com formação técnica nas áreas agropecuária e administrativa para gerenciar plantios, compra, venda e a contabilidade do sítio.

Porém, essa aproximação do campesinato por meio da intensificação do trabalho familiar pode não obter sucesso se outros entraves não forem superados. A grande distância de algumas propriedades ao centro urbano municipal e a falta de um veículo próprio de transporte se mostra como uma barreira enorme para vendas com bom resultado. Por isso, tampouco bastaria combinar disponibilidade de mão de obra familiar com uma agricultura de baixo custo se a produção é pequena e a distância do centro é grande. Este é o caso da família que tem o pai trabalhando como tratorista na prefeitura, onde apenas a segurança proporcionada pelo seu salário permitiu a tranquilidade da família e a pluriatividade foi essencial para superar o aperto.

Em outro caso, a combinação de intensificação e organização da mão de obra familiar com baixo custo de produção e a aquisição de um caminhão para transpor os pouco mais de dez quilômetros entre a roça e o entreposto foi a salvação da lavoura. A partir daí a 'família dos quinze' viu seus negócios prosperarem e outro traço marcante é que até os intermediários são para eles, pessoas que merecem elogios pois seus negócios têm sido muito bons. Quer dizer que a sociabilidade camponesa que os faz confiar mutuamente uns nos outros sem precisar assinar qualquer contrato é algo que os ajuda

imensamente até nisso, já que a boa relação entre eles não deixa dúvida sobre sua influência positiva nos negócios.

Ademais, diversos agricultores mencionaram a comercialização da produção como sua pior dificuldade e indicaram o trabalho coletivo em associação ou cooperativa como um dos caminhos para superar tais deficiências. Trabalhando em conjunto, eles poderiam ter um veículo próprio para fazer a “catação” das mercadorias na roça e entregar os produtos aos compradores.

Além disso, poderiam acessar com maior volume e frequência o mercado institucional que hoje, no caso pesquisado, está restrito ao presidente da associação, seus irmãos e mais dois associados pelo fato dele ser o único a possuir um caminhão e morar há vinte e cinco quilômetros do centro e há quase trinta do associado mais próximo. Para os irmãos, as vendas são muito interessantes a ponto do presidente já ter pensado em deixar de ir ao Ceagesp de Sorocaba para se dedicar somente ao PNAE e PAA.

No que tange à agroecologia, no sítio da produção orgânica certificada se percebe que a introdução de um novo sistema de cultivo abriu portas enormes de estabilidade e garantia de comercialização em boas condições. Ali, a rentabilidade dos cultivos é tão satisfatória que por si só permite a contratação de mais funcionários. Como exprimido pelo agricultor, a “matéria orgânica é uma poupança na terra” e por isso sua agricultura é de baixo custo. Além do mais, a pouca oferta desses produtos em comparação à alta procura no mercado faz com que seu valor seja maior que os convencionais e se mantenha estável ao longo do ano.

Nesta propriedade merece destaque também a participação decisiva do filho na mudança do sistema produtivo convencional para o sistema orgânico. Ao passo que em muitas propriedades convencionais não se encontra filhos ou filhas de agricultores trabalhando junto com os pais, nesta família, a opinião do filho foi imprescindível para a mudança na forma de trabalhar a terra e os cultivos. A partir disso percebe-se quanta importância têm a educação e a capacitação técnica agroecológica na formação dos jovens rurais e na mudança dos paradigmas de produção agropecuária.

Já no Colha & Pague, os caquis são tratados e conduzidos com baixíssimo custo e a colheita, feita pelos turistas é paga em preço de varejo pelo quilo de caqui colhido e não há qualquer tipo de impacto dos visitantes ao pomar. Os proprietários (foto 15) estão muito satisfeitos com o evento porquanto receber sete mil pessoas no sexto ano de realização realmente é algo extraordinário no meio rural piedadense. Combinando técnicas ecológicas de produção com recepção de turistas no estabelecimento, o casal demonstra muita motivação para seguir melhorando a cada ano este evento de grande êxito.

Foto 15: Casal de agricultores familiares, criadores do Colha & Pague do Kaki Fuyu. Bairro Sarapuí de Cima, Piedade-SP.



Fonte: Claudio Eduardo Silva Nadaletto, mai. 2012.

Por fim, cabe ressaltar que essa pluralidade de estratégias dentro da agricultura familiar é um efeito do processo de diversificação iniciado com a derrocada da cebola e em menor grau da cenoura. Até mesmo a atual predominância do sistema familiar de produção no município foi causada por

uma “reforma agrária” peculiar aí ocorrida após as crises, permitindo a redistribuição no acesso à terra. Além disso, a diversificação chegou junto com a reforma e possibilitou a ascensão de inúmeras famílias que antes eram empregadas ou meeiras para a situação de arrendatárias e até proprietárias da terra e donas de suas lavouras.

Conclusões

O rompimento da dependência de apenas um ou dois cultivos agrícolas deu grandes lições à agricultura e à população de Piedade. A diversificação forçada de cultivos e criações oxigenou os pulmões do município, debilitados por uma imensa e ardida monocultura. Dessa forma houve avanços significativos principalmente na socialização das oportunidades com a redistribuição mais equitativa da terra, seja pelo arrendamento ou pela compra, e na melhoria das condições gerais de vida da população rural.

Deve-se à crise da cebola e da cenoura o aparecimento de oportunidades para inúmeros trabalhadores rurais que estavam em condições precárias de parceria, especialmente sob a meação com os proprietários de terras. Com isso, conformou-se um novo arranjo socioeconômico e fundiário no município, ao passo que muitos antigos grandes proprietários saíram de cena e cediam espaço aos novos produtores autônomos em terra arrendada ou até mesmo própria com o passar dos anos.

A própria diversificação em si trouxe novas opções de ocupação e renda através da exploração de pequenos terrenos com o cultivo de hortaliças de ciclos mais curtos e retorno mais rápido. Além disso, incrementou a inserção das mulheres na produção agrícola, especialmente de maçarias⁷ e ervas condimentares e medicinais, facilitando a emancipação financeira de muitas delas. Percebe-se também um avanço na qualidade do trabalho feminino pelo modo como elas participam na tomada de decisões e na execução de tarefas não apenas braçais ou de apoio, mas sim de raciocínio e comando.

⁷ Maçaria é o nome coletivo comumente utilizado para todas as hortaliças vendidas na forma de maço, por exemplo, couve manteiga, cebolinha, salsa, espinafre, coentro, almeirão, hortelã, etc. Por serem mais leves e exigirem habilidade e sutileza manual, as mulheres agricultoras frequentemente se ocupam desses tipos de cultivos.

No entanto, ainda há grandes entraves sendo enfrentados no âmbito da produção e comercialização das frutas e hortaliças em Piedade. A falta de apoio do poder público quer seja na prestação de serviços de assessoria técnica ou na melhoria da infraestrutura de comunicação física e virtual dos bairros rurais é ainda uma realidade existente. Do outro lado, a inexpressiva união entre os pequenos produtores familiares os relega à marginalidade dos mercados e à mão implacável e ao mesmo tempo indispensável dos intermediários.

Além disso, trabalhando isoladamente não reúnem força suficiente para exercer qualquer tipo pressão ao poder público em favor de suas reivindicações e demandas. Enfim, a transição de uma agricultura de baixo custo, já praticada em várias propriedades, para a consolidação plena de um sistema de produção calcado nas técnicas agroecológicas poderia ser sobremaneira facilitada através da atuação eficiente dos serviços públicos de extensão rural.

As dificuldades financeiras que a muitos sufocam é por um lado, fruto da alta subordinação e dependência do mercado de insumos convencionais e conseqüentemente, do alto custo de produção. Por outro, reflete a fragilidade com que os agricultores familiares, especialmente os produtores de gêneros convencionais comercializados *in natura*, se inserem no mercado de alimentos perecíveis. O processamento mínimo dos alimentos para agregação de valor e aproveitamento integral seria uma excelente opção para os produtores desses itens e mais uma vez, o agrupamento cooperativo para viabilizar uma iniciativa neste sentido é o caminho mais pertinente.

Um efeito muito evidente do aperto econômico que a agricultura convencional experimenta é a pequena sucessão familiar observada nessas famílias agricultoras. Sem perspectiva de futuro na roça, os filhos e filhas desses agricultores deixam o sítio para trabalhar em outros setores na cidade de Piedade ou em outras da região. Aí é interessante notar que os filhos das famílias que se tornam mais camponesas (produção agroecológica, orgânica certificada e a família dos quinze) ou que inovam com o turismo rural estão junto de seus pais, pois o retorno e a estabilidade têm sido maiores.

São justamente essas famílias que criam mecanismos dentro de seus domínios que os diferenciam e os elevam a um nível mais alto de estabilidade e autonomia. Ao combinarem intensificação do trabalho familiar com técnicas de produção de baixo custo ou técnicas agroecológicas que implicam num custo menor ainda, somadas ao aproveitamento de outras funções da ruralidade, esses agricultores familiares mostram claramente qual é o caminho para combater as diversas e recorrentes crises planetárias, desde a carestia alimentar até o desemprego.

Demandando trabalho capacitado em diversas áreas do conhecimento, zelando pela qualidade ambiental dos recursos naturais, gastando menos energia e recursos externos no processo produtivo e, finalmente, produzindo alimentos com qualidade e em quantidades satisfatórias, os agricultores e as agricultoras familiares, especialmente os agroecológicos, mostram que o importante não é ter uma infinidade de terra, de empregados e de maquinários, mas sim trabalhar com planejamento e respeito para alcançar a estabilidade e o êxito.

Referências Bibliográficas

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U., 1986. 100p.

MORETTI, C. L. **Manual de Processamento Mínimo de Frutas e Hortaliças**. Brasília: Embrapa Hortaliças, 2007. 531 p.

DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa de campo possibilitou o aprofundamento da análise acerca da diversidade da agricultura familiar e na maneira como esta categoria se insere nos processos de desenvolvimento agrícola e rural e de envolvimento rural. Em Piedade, assim como em outras regiões agrícolas familiares brasileiras, a marginalização socioeconômica e política sempre foi uma constante. A cebola tirou o município e sua agricultura do histórico anonimato e embora tenha gerado divisas e garantido a reprodução social das famílias, sua grande expansão através da difusão e incorporação dos pacotes oferecidos pela modernização conservadora refletem um típico processo de desenvolvimento agrícola tradicional, onde a crise profunda é a colheita mais certa.

A crise dos anos 90 fez o rumo da agricultura local se modificar. A diversificação e a redistribuição fundiária foram os principais efeitos da ruína enfrentada com a cebola e a cenoura. As condições de vida de muitos antigos trabalhadores rurais, meeiros, parceiros e camaradas melhoraram bastante segundo os relatos e hoje vários deles têm sua própria roça em terreno comprado ou arrendado. Contudo, não bastou diversificar a produção e continuar dependendo do mercado convencional para comprar e vender, pois o aperto é implacável em espremer os agricultores familiares.

Assim, denota-se um processo de desenvolvimento rural, onde o modelo conservador e reducionista dos pacotes tecnológicos ainda ordena a maior parte da produção agrícola e o mercado de produtos inespecíficos escoar o grande volume de mercadorias, apesar da diversificação na produção agropecuária e de novas atividades no campo, inclusive relacionadas às demais funções do território como o turismo rural. Assim como na discussão teórica sobre o desenvolvimento rural defendida no segundo capítulo, aqui se encontram novas práticas como a diversidade e a reorganização fundiária e produtiva, imbuídas de velhas roupagens, neste caso o sistema convencional de produção e comércio.

Confirma-se com a pesquisa de campo que as estratégias mais exitosas e atraentes em termos de estabilidade, autonomia e motivação da família

agricultora são aquelas em que os agricultores se aproximam do campesinato e da agroecologia, com incursões da pluriatividade e sobretudo da função turística advinda da multifuncionalidade. É aí que se nota um nível superior nas estratégias de enfrentamento ao aperto e seria ininteligível chamar esse processo de desenvolvimento, pois o que mais o caracteriza, assim com as comunidades camponesas, são o dinamismo e o envolvimento dos atores nas dimensões socioeconômica, ambiental, política, cultural, e principalmente territorial.

Além disso, percebe-se que os jovens dessas famílias mais camponesas estão envolvidos e trabalhando junto com seus pais, promovendo a sucessão hereditária na propriedade, o que não acontece na maioria das propriedades convencionais pesquisadas. E indo além dos jovens sucessores, há ainda que se mencionar o papel relevante das mulheres na agricultura familiar piedadense de uma forma geral, envolvidas não só com o trabalho braçal mas também com a gestão e a tomada de decisões na propriedade.

Com estratégias que os tornam mais camponeses do que empresários, os agricultores familiares conseguem a partir da intensificação e da organização do trabalho familiar superar o aperto socioeconômico tanto pela venda da produção em melhores condições como pela diminuição dos custos de produção e com isso agregam mais valor e aumentam a rentabilidade da atividade. Importa considerar aqui a relevância e centralidade que o trabalho desempenha nessas estratégias, tanto em quantidade como na qualidade, possibilitando a melhoria constante dos processos produtivo, organizativo, comercial e administrativo do sítio.

Se as técnicas oriundas da agroecologia ainda não se fazem presentes em muitos cultivos, o aperto acaba de alguma forma por limitar ou diminuir os gastos e por conseguinte o custo de produção, que basicamente é composto por insumos. Dessa maneira, esses sítios podem entrar futuramente numa transição agroecológica e assim caminhar na direção de uma maior sustentabilidade em diversos âmbitos por estarem no rumo de se tornarem mais camponeses. Se a ruralidade é demasiadamente importante e promissora para a superação das crises planetárias e dos desafios impostos por elas, a

agricultura familiar agroecológica e portanto camponesa, é o mais alto nível entre as ferramentas rurais para este combate.

Por fim, conclui-se que o envolvimento rural é a somatória de uma herança camponesa presente sobretudo nas famílias agricultoras agroecológicas, percebida pela centralidade do trabalho e pela sociabilidade baseada na reciprocidade e nas questões morais que a norteiam, combinada com as inovações advindas não só das técnicas agroecológicas de produção mas também das novas oportunidades que surgem como a exploração do turismo e das outras funções que os territórios rurais familiares podem oferecer, sem esquecer da importância que a pluriatividade assume ainda ao garantir a reprodução social e a manutenção da propriedade até que as dificuldades seja superadas.

Neste sentido, serão de extrema relevância novas pesquisas que qualifiquem as políticas públicas em andamento bem como sugiram a formulação de novas, levando em conta a diversidade da agricultura familiar nos territórios e observando com atenção suas particularidades e os casos de maior sucesso e estabilidade. Assim, propostas mais condizentes e realizáveis poderão surgir em consonância com o caminho sustentável que o envolvimento rural indica para a produção agrícola e para a reprodução das sociedades em geral, especialmente nos territórios camponeses envolvidos.

ANEXO 1

Roteiro de Entrevista

Entrevistado(a/s): _____

Bairro/Local: _____

Data: ____ / ____ / ____

- 1) Para começar, eu quero que o(a) senhor(a) me conte a sua história e da sua família na agricultura: o que vocês produziam, como vendiam, onde era a propriedade, como a agricultura era feita na época e quais facilidades e dificuldades que vocês tinham.
- 2) O que você(s) produz(em) hoje?
- 3) Como é feita a produção? (Aquisição e uso de sementes, mudas e insumos sintéticos: adubos, agrotóxicos, fertilizantes foliares; Uso de técnicas ecológicas: manejo de pragas e doenças, adubação verde, cobertura morta, quebra ventos, cultivo mínimo, biofertilizantes, adubação orgânica e integração com pecuária).
- 4) Como a produção é vendida?
- 5) Quem trabalha no sítio?
- 6) Qual a sua maior dificuldade na agricultura hoje? E qual o maior problema da agricultura de Piedade?
- 7) Qual a maior dificuldade ou problema no meio rural de Piedade hoje?
- 8) O que já está melhor hoje em dia no sítio, na agricultura e no meio rural em geral? E o que ainda precisa melhorar?
- 9) Você já pensou em arrumar emprego fora? E os filhos já pensaram nisso? Por quê?

10) No caso de atividades não agrícolas na propriedade: Porque vocês diversificaram a atividade no sítio? Como vocês se sentem com isso?